

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a) o texto completo desta Dissertação será disponibilizado somente a partir de 13/06/2028.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

TALITA ÂNGULO ERÉDIA MARCHÃO

O Mercosul na política externa brasileira nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022)

São Paulo – SP

2026

TALITA ÂNGULO ERÉDIA MARCHÃO

O Mercosul na política externa brasileira nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Regionalismo”.
Orientador: Luís Alexandre Fuccille.
Coorientador: Guilherme Augusto Guimarães Ferreira.

São Paulo – SP

2026

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Marchão, Talita Ângulo Erédia.

M315 O Mercosul na política externa brasileira nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022) / Talita Ângulo Erédia Marchão. – São Paulo, 2026.

236 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Coorientador: Guilherme Augusto Guimarães Ferreira.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2026.

1. Brasil – Relações exteriores – Países do Mercosul – Séc. XXI. 2. Brasil Presidente (2019-2022 : Jair Bolsonaro). 3. Brasil Presidente (2016-2018 : Michel Temer). I. Título.

CDD 327.8108

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa contribui para compreender as mudanças no Mercosul e seus efeitos sobre o Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação de setores produtivos e da sociedade, com potencial para promover crescimento econômico inclusivo e redução das desigualdades no próprio Brasil e entre os países do bloco.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The research contributes to understanding the changes in Mercosur and their effects on Brazil, offering inputs for the formulation of public policies and for the actions of productive sectors and society, with the potential to promote inclusive economic growth and the reduction of inequalities in Brazil itself and among the countries of the bloc.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación contribuye a comprender los cambios en el Mercosur y sus efectos sobre Brasil, proporcionando insumos para la formulación de políticas públicas y para la actuación de los sectores productivos y de la sociedad, con potencial para promover el crecimiento económico inclusivo y la reducción de las desigualdades en el propio Brasil y entre los países del bloque.

TALITA ÂNGULO ERÉDIA MARCHÃO

O Mercosul na política externa brasileira nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Regionalismo”.
Orientador: Luís Alexandre Fuccille.
Coorientador: Guilherme Augusto Guimarães Ferreira.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Regiane Nitsch Bressan (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior (Universidade de Brasília)

São Paulo, 12 de junho de 2026

Às minhas avós, Izaltina e Leonor, que não tiveram as mesmas oportunidades de estudo que eu, mas são parte de absolutamente tudo o que me trouxe até aqui.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES. O apoio foi concedido entre maio de 2024 e março de 2025.

Ao meu esposo, Wellington Ramalhão, por estar ao meu lado em todo este caminho, desde a concepção do projeto até a defesa. Obrigada pela parceria, pelas conversas, pelas leituras atentas e por segurar tantas pontas para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. Por cuidar de tudo – e de mim – nos momentos mais difíceis. E por caminhar ao meu lado desde os nossos tempos de redação. A você e ao Marco, meu enteado, pelos inúmeros almoços de domingo preparados com tanto carinho, que me permitiram seguir estudando e simplesmente me sentar à mesa.

Aos meus pais, Fátima e Adair Marchão, por todo o apoio e, sobretudo, por tornarem possível o meu caminho até aqui, desde muito antes da faculdade de Jornalismo e ao longo de toda a minha carreira. Agradeço pelo cuidado cotidiano, pela presença constante e por todo o suporte. À minha irmã, Pâmella Marchão, por ter me incentivado, do seu jeito direto, a prestar a seleção para o mestrado – e por isso tudo ter começado. À minha prima, Kelly de Freitas, por cuidar da casa dos meus pais quando eu não podia estar presente. Ao meu primo, Bruno Ângulo, pela consultoria de comércio exterior à distância.

Ao meu orientador, Luís Alexandre Fuccille, pelo apoio que viabilizou minha dedicação integral à pesquisa, pela autonomia na condução do trabalho, pela compreensão e pela confiança diante dos desafios de conciliar a vida acadêmica com as demandas profissionais e familiares, especialmente após um longo período afastada da universidade.

Ao meu coorientador, Guilherme Augusto Guimarães Ferreira, pela generosidade, pela escuta e pelo acompanhamento cuidadoso ao longo de todo o percurso. Por compartilhar seus conhecimentos sobre o Mercosul e, sobretudo, por me ajudar a compreender, traduzir e dar forma à minha própria hipótese de pesquisa. Agradeço também pela oportunidade de integrar o projeto de pesquisa sobre Estados Pequenos no Mercosul na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), experiência que contribuiu de forma significativa para minha formação acadêmica. A ambos, agradeço por me guiarem no retorno à vida acadêmica após quase 20 anos dedicados ao jornalismo.

À professora Regiane Bressan, por aceitar integrar a banca de qualificação e defesa, pela generosidade em compartilhar toda a sua experiência durante o estágio de docência e pela oportunidade de participar de seu grupo de pesquisa sobre Regionalismo, Política Externa e Atores Domésticos, desenvolvido com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual pude realizar parte das entrevistas de campo desta dissertação, e pelas oportunidades de colaboração em trabalhos acadêmicos. Ao professor Haroldo Ramanzini Júnior, também integrante da banca de defesa, pelas contribuições feitas no exame de qualificação, fundamentais para o aprimoramento deste trabalho. Ao professor André Leite Araújo, pelas conversas e trocas de ideias que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. E ao professor Guilherme Casarões, pelo incentivo para que eu ingressasse no mestrado e pelas contribuições na formulação inicial deste projeto.

Aos colegas dos tempos de jornalismo, Luciana Amaral, Nivaldo Souza, Leandro Prazeres e Carolina Marins, pela ajuda na identificação de entrevistados. Às amigas da redação, Ana Carla Bermúdez, Bruna Souza Cruz, Mirthyani Bezerra e Beatriz Montesanti, pelas conversas, desabafos, comemorações e pelo acolhimento durante este processo. À Débora Istoe, por três décadas de amizade e por me lembrar de que tudo daria certo.

Às pessoas que gentilmente aceitaram conceder entrevistas para esta pesquisa, muitas delas em condição de anonimato, pela confiança depositada em meu trabalho e pelas contribuições valiosas. Registro, ainda, meu agradecimento ao ex-ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira pela disponibilidade em conceder entrevista e pelas importantes contribuições a esta pesquisa.

Ao Observatório de Regionalismo, pelo espaço de debate e pelas contribuições ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Aos colegas de mestrado do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, pelas trocas e pelo aprendizado compartilhado. Aos funcionários do programa, pelo suporte ao longo do curso, em especial à Graziela, pela atenção e pela ajuda fundamental com as normas da ABNT; ao Jefferson, pelo apoio na qualificação; e à Giovanna e à Isabela, pela disponibilidade e apoio na secretaria. Aos colegas que me apoiaram durante as apresentações em congressos, simpósios e palestras, pelo incentivo constante, especialmente nos momentos em que falar em público foi um desafio.

Ao longo deste percurso, aprendi que a pesquisa acadêmica pode ser um caminho solitário, sobretudo para uma jornalista acostumada ao ambiente coletivo de uma redação, onde as ideias circulam o tempo todo. Por isso, agradeço a todos que, de alguma forma, estiveram presentes.

Um belo dia resolvi mudar.
E fazer tudo o que eu queria fazer.
Rita Lee & Tutti Frutti (1975)

RESUMO

Esta dissertação analisa o modelo de Mercosul defendido pela política externa brasileira durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), com o objetivo de compreender suas características, agendas prioritárias, interesses e o papel atribuído ao bloco na estratégia de inserção internacional do Brasil. Parte-se da hipótese de que, a partir de 2016, consolidou-se um padrão contínuo de atuação brasileira no Mercosul, associado à reconfiguração da coalizão de poder doméstica após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016). Essa mudança foi impulsionada pela ascensão de grupos na coalizão de poder do governo que defendiam o Mercosul como uma ferramenta para expandir o comércio extrabloco. Subsidiariamente, argumenta-se que, da perspectiva brasileira, a formação de preferências estatais orientou a priorização da agenda externa do Mercosul, com impactos diretos sobre a organização da agenda interna do bloco. A análise fundamenta-se no Intergovernamentalismo Liberal, explorando como as preferências domésticas moldaram a atuação internacional do Brasil no âmbito do Mercosul. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa estruturada na análise temática reflexiva e examina documentos, literatura acadêmica, produção jornalística e entrevistas semiestruturadas. A revisão da literatura sobre a crise do regionalismo contextualiza as mudanças no bloco no período. Os resultados indicam a preservação dos fundamentos estruturais do modelo de Mercosul historicamente defendido pelo Brasil, como o caráter intergovernamental, a centralidade do Executivo, a dependência da articulação entre Brasil e Argentina e a utilização do bloco como instrumento de inserção internacional. Ao mesmo tempo, observa-se uma mudança na sua dinâmica: a agenda externa passou a exercer papel estruturante na organização da agenda interna, orientando processos de modernização normativa em função das negociações extrabloco. Conclui-se que essa reorientação produz efeitos ambivalentes. O avanço das negociações extrarregionais reforça a percepção de dinamismo e de revitalização do bloco, ainda que persistam fatores estruturais que limitam o aprofundamento da integração.

Palavras-chave: Mercosul; política externa brasileira; regionalismo; integração regional.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the model of Mercosur advocated by Brazilian foreign policy during the Temer (2016-2018) and Bolsonaro (2019-2022) governments, with the objective of understanding its characteristics, priority agendas, interests, and the role attributed to the bloc in Brazil's strategy of international insertion. It starts from the hypothesis that, from 2016 onwards, a continuous pattern of Brazilian action in Mercosur was consolidated, associated with the reconfiguration of the domestic power coalition following the impeachment of Dilma Rousseff (2011-2016). This change was driven by the rise of groups within the government's power coalition that defended Mercosur as a tool to expand extra-bloc trade. Subsidiarily, it is argued that, from the Brazilian perspective, the formation of state preferences guided the prioritization of Mercosur's external agenda, with direct impacts on the organization of the bloc's internal agenda. The analysis is grounded in Liberal Intergovernmentalism, exploring how domestic preferences shaped Brazil's international action within Mercosur. Methodologically, the research adopts a qualitative approach structured around reflexive thematic analysis, and examines documents, academic literature, journalistic production, and semi-structured interviews. The review of literature on the crisis of regionalism contextualizes the changes in the bloc during the period. The results indicate the preservation of the structural foundations of the Mercosur model historically advocated by Brazil, such as its intergovernmental character, the centrality of the Executive, the dependence on coordination between Brazil and Argentina, and the use of the bloc as an instrument of international insertion. At the same time, a change in its dynamics is observed: the external agenda began to play a structuring role in the organization of the internal agenda, guiding processes of normative modernization in response to extra-bloc negotiations. It is concluded that this reorientation produces ambivalent effects. The advancement of extra-regional negotiations reinforces the perception of dynamism and revitalization of the bloc, even though structural factors that limit the deepening of integration persist.

Keywords: Mercosur; Brazilian foreign policy; regionalism; regional integration.

RESUMEN

Esta disertación analiza el modelo de Mercosur defendido por la política exterior brasileña durante los gobiernos de Temer (2016–2018) y Bolsonaro (2019–2022), con el objetivo de comprender sus características, agendas prioritarias, intereses y el papel atribuido al bloque en la estrategia de inserción internacional de Brasil. Se parte de la hipótesis de que, a partir de 2016, se consolidó un patrón continuo de actuación brasileña en el Mercosur, asociado a la reconfiguración de la coalición de poder doméstica tras el impeachment de Dilma Rousseff (2011–2016). Este cambio fue impulsado por el ascenso de grupos dentro de la coalición de poder del gobierno que defendían el Mercosur como una herramienta para expandir el comercio extrabloque. De manera subsidiaria, se argumenta que, desde la perspectiva brasileña, la formación de preferencias estatales orientó la priorización de la agenda externa del Mercosur, con impactos directos sobre la organización de la agenda interna del bloque. El análisis se fundamenta en el Intergubernamentalismo Liberal, explorando cómo las preferencias domésticas moldearon la actuación internacional de Brasil en el ámbito del Mercosur. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo estructurado en el análisis temático reflexivo, y examina documentos, literatura académica, producción periodística y entrevistas semiestructuradas. La revisión de la literatura sobre la crisis del regionalismo contextualiza los cambios en el bloque en el período. Los resultados indican la preservación de los fundamentos estructurales del modelo de Mercosur históricamente defendido por Brasil, como el carácter intergubernamental, la centralidad del Ejecutivo, la dependencia de la articulación entre Brasil y Argentina y la utilización del bloque como instrumento de inserción internacional. Al mismo tiempo, se observa un cambio en su dinámica: la agenda externa pasó a ejercer un papel estructurante en la organización de la agenda interna, orientando procesos de modernización normativa en función de las negociaciones extrabloque. Se concluye que esta reorientación produce efectos ambivalentes. El avance de las negociaciones extrarregionales refuerza la percepción de dinamismo y de revitalización del bloque, aunque persisten factores estructurales que limitan la profundización de la integración.

Palabras clave: Mercosur; política exterior brasileña; regionalismo; integración regional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa do tema “Reconfiguração das coalizões domésticas e formação de preferências estatais como motor da mudança”.....	56
Figura 2 –	Mapa do tema “Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial”.....	64
Figura 3 –	Mapa do tema “Redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa”.....	72
Gráfico 1 –	Comparação entre o total de exportações extrabloco e intrabloco do Mercosul (2015-2018).....	76
Gráfico 2 –	Comparação entre o total de exportações intrabloco e entre os principais parceiros do Mercosul entre 2015 e 2018.....	77
Gráfico 3 –	Comparação entre o total de exportações extrazona do Mercosul e seus principais destinos (2015-2018), em bilhões de dólares.....	78
Gráfico 4 –	Comparação entre o total de importações extrazona do Mercosul entre 2015 e 2018 com os maiores parceiros do bloco em bilhões de dólares.....	78
Gráfico 5 –	Evolução da participação do comércio extrabloco do Mercosul, por Estado Parte, entre 2015 e 2018.....	79
Gráfico 6 –	Evolução da participação das importações extrazona do Mercosul, por Estado Parte, entre 2015* e 2018.....	80
Gráfico 7 –	Evolução da participação do comércio intrabloco entre 2015 e 2018.....	80
Figura 4 –	Nuvem de códigos associada ao tema “Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial” entre 2016 e 2018.....	82
Figura 5 –	Nuvem de códigos associada ao tema “Redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa” entre 2016 e 2018.....	83
Figura 6 –	Mapa do tema “Reconfiguração das coalizões domésticas e formação de preferências estatais como motor da mudança”.....	100
Figura 7 –	Mapa do tema “Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial”.....	108
Figura 8 –	Mapa do tema “Redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa”.....	112

Gráfico 8 – Comparação entre o total de exportações extrabloco e intrabloco (2015-2022).....	119
Gráfico 9 – Comparação entre o total de exportações intrabloco e entre os principais parceiros do Mercosul entre 2015 e 2022.....	120
Gráfico 10 – Comparação entre o total de exportações extrazona do Mercosul e seus principais destinos (2019-2022), em bilhões de dólares.....	121
Gráfico 11 – Comparação entre o total de importações extrazona do Mercosul (2019-2022)* em bilhões de dólares.....	121
Gráfico 12 – Evolução da participação do comércio extrabloco do Mercosul, por Estado Parte (2019-2022).....	122
Gráfico 13 – Evolução da participação das importações extrazona do Mercosul, por Estado Parte (2019-2022).....	123
Gráfico 14 – Evolução da participação do comércio intrabloco dos Estados Partes do Mercosul (2015-2022)* em bilhões de dólares.....	124
Figura 9 – Nuvem de códigos associada ao tema “Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial” entre 2019 e 2022.....	126
Figura 10 – Nuvem de códigos associada ao tema “Redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa” entre 2019 e 2022.....	126
Quadro 1 – Comparação das dimensões da atuação brasileira no Mercosul nos governos Temer e Bolsonaro (2016-2022).....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABIPLAST	Associação Brasileira da Indústria do Plástico
ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção
ABCP	Associação Brasileira de Cimento Portland
ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ACFI	Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APC	Acordo de Preferências Fixas
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CASA	Comunidade de Nações Sul-Americanas
CAN	Comunidade Andina
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMC	Conselho do Mercado Comum
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONICET	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
COVID-19	<i>Coronavirus disease 2019</i>
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado
DEM	Democratas (partido político)
DJAI	Declarações Juradas Antecipadas de Importação
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
ELETROS	Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos
EUA	Estados Unidos da América
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
Fonplata	Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
G20	Grupo dos Vinte
GAHTEC	Grupo Ad Hoc para Examinar a Consistência e Dispersão da TEC
GMC	Grupo do Mercado Comum
GRELEX	Grupo de Relacionamento Externo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAS	Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IPA	Instituto Pensar Agro
INTERFARMA	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPDH	Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos
ISM	Instituto Social do Mercosul
LCSP	Laboratorio Central de Salud Publica
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MPF	Ministério Público Federal
NOVO	Partido Novo
OEA	Organização dos Estados Americanos
ODR	Observatório de Regionalismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações não governamentais
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
Parlasul	Parlamento do Mercosul
PCFI	Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEB	Política Externa Brasileira
PFL	Partido da Frente Liberal
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressistas
PPB	Partido Progressista Brasileiro

PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROSUL	Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SACIM	Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação do Mercosul
SACU	<i>Southern African Customs Union</i>
SAE	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
SECEM	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TEC	Tarifa Externa Comum
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
UE	União Europeia
UEE	União Econômica Euroasiática
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UTECEM	Unidade Técnica de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Hipóteses do trabalho.....	29
1.2	Considerações teóricas: o Intergovernamentalismo Liberal e seus potenciais para o estudo do Mercosul.....	31
1.2.1	A lógica analítica do Intergovernamentalismo Liberal.....	33
1.2.2	O Mercosul à luz do Intergovernamentalismo Liberal.....	37
1.3	Considerações metodológicas: análise temática reflexiva e estratégia analítica da pesquisa.....	40
1.4	Estrutura da dissertação.....	48
2	O MODELO DE MERCOSUL NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2018).....	50
2.1	A coalizão de poder pós-<i>impeachment</i> no governo Temer.....	50
2.2	Medidas da PEB e econômicas relacionadas ao Mercosul no governo Temer.....	55
2.2.1	A posição brasileira sobre a agenda externa do Mercosul no governo Temer	63
2.2.2	A posição brasileira sobre a agenda interna do Mercosul no governo Temer	71
2.3	O Mercosul durante o governo Temer (2016-2018).....	75
2.3.1	Estrutura e orientação do comércio do Mercosul (2015-2018).....	75
2.3.2	Agendas e reconfiguração institucional do Mercosul (2016-2018).....	82
2.4	Considerações parciais.....	90
3	O MODELO DE MERCOSUL NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022).....	94
3.1	A coalizão de poder no governo Bolsonaro (2019-2022).....	94
3.2	Medidas da PEB e econômicas relacionadas ao Mercosul no governo Bolsonaro.....	99
3.2.1	A posição brasileira sobre a agenda externa do Mercosul no governo Bolsonaro.....	107
3.2.2	A posição brasileira sobre a agenda intrabloco do Mercosul no governo Bolsonaro.....	112
3.3	O Mercosul durante o governo Bolsonaro (2019-2022).....	118
3.3.1	Estrutura e orientação do comércio do Mercosul (2019-2022).....	118

3.3.2	Agendas e reconfiguração institucional do Mercosul (2019-2022).....	125
3.4	Considerações parciais.....	134
4	O MODELO DE MERCOSUL ADOTADO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE 2016 E 2022.....	138
4.1	Elementos de continuidade e ruptura entre Temer e Bolsonaro (2016-2022).....	139
4.1.1	Reconfiguração das coalizões domésticas e formação de preferências nacionais.....	141
4.1.2	Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial.....	143
4.1.3	Redefinição institucional, flexibilização e priorização da agenda interna voltada à externa.....	146
4.2	A consolidação de um modelo contínuo: permanências estruturais e transformações operacionais entre 2016-2022.....	148
4.3	Implicações do modelo de Mercosul defendido pela política externa brasileira para o processo de integração e o regionalismo latino-americano.....	151
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	165
	APÊNDICE A – MAPA TEMÁTICO FINAL.....	202
	APÊNDICE B – ENTREVISTAS SOB ANONIMATO.....	203
	APÊNDICE C – ENTREVISTAS COM O EX-CHANCELER ALOYSIO NUNES FERREIRA.....	204
	APÊNDICE D – LIVRO DE CÓDIGOS E TEMAS.....	218
	ANEXO A – ORGANOGRAMA DO MRE EM FEVEREIRO DE 2016	227
	ANEXO B – ORGANOGRAMA DO MRE EM AGOSTO DE 2016.....	228
	ANEXO C – ORGANOGRAMA DO MRE EM JULHO DE 2017.....	229
	ANEXO D – ORGANOGRAMA DO MRE EM AGOSTO DE 2020.....	230
	ANEXO E – ORGANOGRAMA DO MRE EM JUNHO DE 2021.....	231
	ANEXO F – ORGANOGRAMA DO MRE EM 2022.....	232

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul)¹, em 1991, a política externa brasileira tem atuado a partir de uma concepção própria sobre o papel do bloco e o formato institucional que orienta o seu funcionamento. Como argumenta Mariano (2007, 2015), esse modelo reflete uma estratégia que orienta tanto o funcionamento institucional do Mercosul quanto sua articulação com os objetivos nacionais de desenvolvimento e inserção internacional.

Partindo desse entendimento, esta pesquisa investiga quais são as características do modelo de Mercosul defendido pela política externa brasileira entre os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). O eixo central da pesquisa está em analisar como as coalizões de poder que sustentaram esses governos influenciaram a formulação das preferências nacionais e moldaram a atuação do Brasil no bloco. Ao propor a continuidade do modelo ao longo do período, estruturado a partir das prioridades definidas por grupos que ascenderam ao poder após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016) e passaram a redefinir os rumos do bloco, a análise busca identificar as agendas priorizadas, os interesses dominantes e o papel do Mercosul na estratégia de inserção internacional do Brasil.

O Mercosul ocupa um lugar estratégico na política externa do Brasil: serviu como instrumento de inserção internacional, alavanca para ampliar a projeção do país no cenário global e vitrine da ambição do país de liderar a integração sul-americana. A literatura especializada (Almeida, 1993; Cervo, 2001; Cervo; Bueno, 2022; Malamud, 2011; Mariano; Menezes, 2021; Mariano, 2007, 2015; Oliveira, 2003; Vaz, 2002; Vigevani; Cepaluni, 2011; Vigevani; Ramanzini Júnior, 2022, 2023) sublinha essa estratégia e reconhece no bloco um instrumento eficaz para ampliar a projeção estratégica do Brasil no sistema internacional, ao mesmo tempo em que promove o protagonismo regional brasileiro no processo de integração sul-americano.

Apesar da centralidade histórica do Mercosul na política externa brasileira, as transformações da última década, tanto no cenário doméstico do país quanto no contexto internacional, colocaram em xeque a natureza do modelo de Mercosul defendido pelo Brasil.

¹ O Mercosul reúne seis Estados Partes (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Bolívia). A Venezuela encontra-se suspensa com base no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático desde 2017, enquanto a Bolívia concluiu a adesão em 2024 e dispõe de um período de transição de quatro anos para adaptar a sua legislação às normas do bloco. O Mercosul conta ainda com Estados Associados (Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Peru e Suriname). Ao longo deste trabalho, a expressão “Estados Partes” refere-se aos integrantes plenos do bloco, que correspondem atualmente ao núcleo fundador e signatário do Tratado de Assunção (1991): Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Desde a sua origem, o bloco atravessou diferentes concepções de regionalismo que acompanharam os ciclos políticos e econômicos da região. Nos anos 1990, esse período foi caracterizado pelo regionalismo aberto² (CEPAL, 1994), associado à ênfase na liberalização econômica, na redução tarifária e na inserção no mercado global. A partir dos anos 2000, com a ascensão de governos progressistas, o Mercosul passou por uma guinada que a literatura descreve como regionalismo pós-liberal³ (Sanahuja, 2009; Veiga; Rios, 2007) ou pós-hegemônico⁴ (Riggirozzi; Tussie, 2012), marcada pela ampliação da agenda regional para incluir pautas sociais, políticas e de segurança (Sanahuja, 2009).

Essas mudanças revelam que o modelo de funcionamento do Mercosul resulta de processos históricos dinâmicos, permeados por disputas ideológicas e influenciados por diferentes coalizões de poder (Mariano, 2007). Nos anos recentes, o esgotamento do ciclo chamado pós-liberal (Sanahuja, 2009; Veiga; Rios, 2007), somado às mudanças na conjuntura política brasileira, reabriu o debate sobre os objetivos estratégicos do bloco na política externa brasileira e os contornos do modelo que passou a ser promovido pela política externa.

A baixa densidade institucional do Mercosul reflete o arranjo intergovernamental historicamente defendido pelo Brasil (Malamud, 2005; Mariano, M., 2015; Vigevani; Cepaluni, 2011), que busca preservar a sua soberania e autonomia decisória, evitando os constrangimentos que uma integração mais profunda e institucionalizada, com elementos supranacionais, poderia impor. A resistência a esse tipo de delegação não se limita ao Executivo: é compartilhada por integrantes do legislativo, lideranças empresariais e até autoridades subnacionais, como governadores e prefeitos. Como observa Sanahuja (2017), essa preocupação com a soberania é compreensível em contextos marcados por assimetrias estruturais e instabilidade política, mas impõe sérias limitações à construção de compromissos duradouros e institucionalmente vinculantes no âmbito do bloco. Essa tensão entre a integração e a soberania resulta em uma arquitetura institucional flexível, com baixa

² Conceito formulado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que propõe a integração como estratégia para aumentar a competitividade das economias da região em um contexto de liberalização comercial. A ideia parte do reconhecimento da interdependência entre os países latino-americanos e defende a formação de blocos como instrumento para ampliar o comércio internacional (CEPAL, 1994).

³ Conceito utilizado para descrever o modelo de integração que ganhou força na América Latina a partir dos anos 2000, marcado pela crítica ao regionalismo aberto e às reformas neoliberais. Atribui maior protagonismo ao Estado na política externa e amplia a agenda ao incorporar temas políticos, sociais e de desenvolvimento (Sanahuja, 2009; Veiga; Rios, 2007).

⁴ Conceito que refere-se ao modelo de integração latino-americana que ganhou força nos anos 2000, associado à busca de maior autonomia regional e à crítica à influência dos EUA. Nesse contexto, a integração passa a enfatizar o papel dos Estados e a ampliar a agenda regional para incluir temas sociais e de desenvolvimento (Riggirozzi; Tussie, 2012).

densidade normativa e forte necessidade de negociações permanentes (Hernández Nilson, 2022; Mariano; Menezes, 2021; Mariano; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2021).

O Mercosul combina mecanismos institucionais de rigidez – como a exigência de decisões por consenso, o direito de veto e a obrigatoriedade de negociações externas conjuntas – com margens significativas para acomodações políticas e reinterpretações estratégicas. Esse desenho institucional, embora possa favorecer certa estabilidade e continuidade, conforme argumentam Mahoney e Thelen (2009), também impõe obstáculos ao processo de integração, sobretudo em contextos marcados por mudanças frequentes nas orientações políticas domésticas dos Estados Partes. Essas oscilações impactam diretamente o grau de comprometimento com os objetivos comuns do bloco, dificultando a construção de consensos duradouros e tornando o processo de integração mais vulnerável (Burian, 2015; Hernández, 2023; Malamud, 2008; Mariano; Menezes, 2021). Isso gera uma dinâmica em que a agenda regional se torna fluida e imprevisível, moldada por alinhamentos efêmeros, prioridades nacionais mutáveis e articulações políticas voláteis (Bressan; Marchão, 2025).

Embora o Tratado de Assunção⁵ (Mercosul, 1991) tenha estabelecido como metas a criação de uma união aduaneira no curto prazo e, a longo prazo, a constituição de um mercado comum, a atuação brasileira tem se concentrado na consolidação da primeira (Bressan; Marchão, 2025), ainda que com os seus regimes de exceção. Para o Brasil, uma união aduaneira já atende aos seus objetivos estratégicos, e a supranacionalidade é percebida como uma ameaça à flexibilidade e à autonomia (Mariano, 2007, 2015; Oliveira, 2003). Outro traço característico da postura brasileira no Mercosul é a preferência por soluções negociadas entre governos, em detrimento dos mecanismos institucionais de solução de controvérsias do próprio bloco (Mariano, 2007, 2015). Essa escolha confere vantagem ao Brasil, ao permitir que sua diplomacia qualificada atue de forma estratégica, ao mesmo tempo em que evita a criação de normas regionais que possam restringir sua autonomia (Pinheiro, 2004).

Ao longo de sua trajetória, o Mercosul consolidou marcos institucionais relevantes, que conferiram maior densidade jurídica sem comprometer a natureza intergovernamental do bloco. O Protocolo de Ouro Preto (Mercosul, 1994) atribuiu personalidade jurídica ao Mercosul, permitindo-lhe negociar com terceiros países, ao mesmo tempo em que formalizou a tarifa externa comum (TEC), etapa essencial para viabilizar a união aduaneira. O protocolo também reforçou o modelo intergovernamental, preservando a regra do consenso e o poder de

⁵ O Tratado de Assunção define o mercado comum como um arranjo que envolve a eliminação de barreiras alfandegárias, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, a adoção de uma TEC e de uma política comercial conjunta, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e a harmonização de legislações nacionais necessárias ao funcionamento do processo de integração (Mercosul, 1991).

veto e limitando o avanço de mecanismos supranacionais. Foi nesse momento que se definiram os principais órgãos decisórios do Mercosul: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). Também foram instituídos o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), com funções meramente consultivas, e a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), posteriormente transformada no Parlamento do Mercosul (Parlasul), em 2005.

Apesar da centralidade do Brasil na arquitetura decisória do Mercosul, o país nunca assumiu o papel de *paymaster* do processo de integração (Mariano, M., 2015; Mariano; Ramanzini Júnior, 2012; Mattli, 1999; Saraiva, 2012). A recusa ou impossibilidade de arcar com os custos financeiros e políticos necessários para reduzir as assimetrias do bloco, como apontam Vigevani e Ramanzini Júnior (2022, 2023), está relacionada a limitações estruturais internas, como os indicadores de desenvolvimento humano (IDH) e PIB per capita brasileiros inferiores aos de países como o Uruguai. Nessa conjuntura, a ideia de realizar transferências financeiras via Mercosul torna-se politicamente sensível.

A criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2004, por exemplo, representou um avanço institucional relevante ao introduzir instrumentos de coesão regional e de enfrentamento das assimetrias estruturais do bloco. No entanto, sua existência não altera a lógica predominante da política externa brasileira (Mariano; Ramanzini Júnior, 2012). Embora responda por 70% das contribuições ao FOCEM, o Brasil tem privilegiado mecanismos indiretos de compensação, como o financiamento de obras e projetos regionais por meio de instituições nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o estímulo à internacionalização de empresas brasileiras nos países do bloco (Hernández, 2023; Neves, 2023). A limitada disposição do país em assumir compromissos redistributivos mais profundos reflete tanto a ausência de pressões internas por maior interdependência econômica com os vizinhos (Gardini; Almeida, 2016) quanto a baixa prioridade dada à redução das assimetrias no interior do bloco (Mariano, M., 2015; Vigevani; Cepaluni, 2011).

O Mercosul também se caracteriza pelo caráter hiperpresidencialista, no qual os presidentes dos Estados Partes ocupam posição central nas decisões do bloco (Malamud, 2003, 2005). A chamada diplomacia presidencial (Malamud, 2010) concentra o poder político nas cúpulas executivas, embora o Itamaraty possua relativa autonomia nas negociações, desde que respaldado pelo chefe do Executivo (Mariano, 2007, 2015). Esse arranjo impacta diretamente a dinâmica da integração, sobretudo nas relações entre Brasil e Argentina. Quando há desalinhamento entre os dois presidentes, o bloco tende à paralisia, com perda de

dinamismo institucional, retrocessos diplomáticos e redução do protagonismo regional brasileiro, como observa Rodríguez Díaz et al. (2024), revelando a fragilidade do Mercosul diante de momentos de crise.

No caso brasileiro, embora o presidente e o corpo diplomático desempenhem papéis centrais nas decisões sobre o Mercosul, a formulação das preferências nacionais é resultado de uma dinâmica mais ampla, que envolve múltiplos atores. Essa configuração está diretamente relacionada ao presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988), que obriga o chefe do Executivo a negociar com sua base parlamentar e a levar em conta os efeitos internos da política externa, especialmente no que diz respeito à sua repercussão política e econômica, no cenário doméstico. Além do Itamaraty, ministérios com agendas econômicas diretamente ligadas à integração regional e à infraestrutura – como o Ministério da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Planejamento e Orçamento (MPO), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e, durante o governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Economia, resultante da fusão destas pastas, exceto o MAPA – influenciam de forma decisiva a formulação das posições brasileiras no Mercosul (Mariano, 2007, 2015; Neves, 2023). Governadores e prefeitos também exercem pressão, especialmente em regiões de fronteira ou em áreas logísticas estratégicas para exportação, como portos ou corredores comerciais (Barros; Gonçalves, 2021; Junqueira, 2019, 2024; Neves, 2023).

O Legislativo também se apresenta como ator relevante na definição das preferências nacionais. Embora a Constituição Federal de 1988 atribua ao Presidente da República a prerrogativa exclusiva de celebrar tratados e acordos internacionais, estes atos estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional (Brasil, 1988; Oliveira; Onuki, 2007). Isso abre margem para que o processo legislativo funcione como instrumento político, permitindo ao Congresso ajustar, moldar ou até postergar decisões estratégicas (Diniz; Ribeiro, 2008, 2010; Figueiredo; Limongi, 2001; Ribeiro, 2012). Setores empresariais organizados são atores-chave na política externa voltada ao Mercosul (Hirst, 1996; Mariano, M., 2015; Pose-Ferraro, 2023). Associações patronais e setoriais, grupos exportadores e elites econômicas, frequentemente integradas às coalizões de governo, articulam-se para influenciar decisões de política externa que favoreçam seus interesses (Neves, 2023; Pose-Ferraro, 2023; Vaz, 2002), seja por meio do *lobby* ou pela participação em órgãos técnicos e consultivos.

Se os elementos institucionais e normativos descritos até aqui revelam características-base do Mercosul e do modelo defendido pelo Brasil, as principais mudanças ao longo do tempo ocorreram no plano da agenda priorizada. Nesse sentido, as

transformações políticas e econômicas na América Latina ao longo das últimas décadas foram posteriormente interpretadas pela literatura como diferentes ondas de regionalismo. Enquanto os anos 1990 foram caracterizados como o período do regionalismo aberto (CEPAL, 1994), com foco na liberalização comercial e na formação da união aduaneira, nos anos 2000, com a chamada “onda rosa”⁶ (Beasley-Murray; Cameron; Hershberg, 2009; Castañeda, 2006; Lievesley; Ludlam, 2009; Silva, 2011), o Mercosul ampliou sua agenda, incorporando temas sociais e mecanismos de participação cidadã (Ferreira, 2021; Menezes; Mariano, 2017; Ramanzini Júnior; Mariano, 2018), em um movimento que a literatura descreve como regionalismo pós-liberal (Sanahuja, 2009; Veiga; Rios, 2007) ou pós-hegemônico (Riggirozzi; Tussie, 2012). Esse processo refletiu-se em mudanças concretas na estrutura e nas prioridades do bloco.

No marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto, o Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006 passou a estruturar a atuação do bloco em dois eixos principais: o “Mercosul Econômico-Comercial” e o “Mercosul Social” (Mercosul, 2003). A agenda foi ampliada para abranger temas como regulação de investimentos, propriedade intelectual, compras governamentais, concorrência, fundos estruturais voltados à redução de assimetrias, além da harmonização tributária, coordenação macroeconômica e agrícola, direitos humanos e políticas sociais (Ferreira, 2021). Nesse contexto, houve um aumento da visibilidade de atores não estatais, como organizações sindicais, ONGs, cooperativas e setores das elites⁷ econômicas e sociais (Ferreira, 2021). Apesar dessa ampliação, a atuação permaneceu majoritariamente consultiva e limitada aos espaços previamente definidos pelos governos nacionais (Mariano, 2000; Vaz, 2002; Vigevani, 1998).

O Brasil assumiu posição de destaque na formulação desse novo modelo de regionalismo sul-americano, buscando exercer liderança na organização política da região (Sanahuja, 2017; Saraiva; Velasco Júnior, 2016). Segundo Saraiva e Velasco Júnior (2016), o país passou a defender uma concepção ampliada de integração regional, superando a lógica predominantemente econômica que havia prevalecido nos anos 1990. Ao incorporar dimensões sociais à agenda, pretendia-se promover políticas redistributivas e enfrentar as disparidades entre os países (Briceño Ruíz, 2022; Caetano; Luján, 2013; Ferreira, 2021).

⁶ Período entre 1998 e meados da década de 2010 marcado pela eleição de governos do espectro político da esquerda ou da centro-esquerda em grande parte dos países latino-americanos. Entre os principais nomes eleitos estão Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2002), Néstor Kirchner (Argentina, 2003), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2004), Evo Morales (Bolívia, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006) e Fernando Lugo (Paraguai, 2008).

⁷ O termo elite é empregado neste trabalho em sentido pluralista (Bressan, 2012; Dahl, 1961), referindo-se a grupos políticos, econômicos e institucionais capazes de mobilizar recursos e exercer influência sobre o processo decisório estatal, disputando a definição de agendas e preferências na política externa.

Nesse contexto, a noção de desenvolvimento ganhou centralidade na política externa brasileira, consolidando-se como vetor de sua projeção internacional (Cervo, 2008). Projetos como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada no governo FHC, foram ressignificados na gestão Lula como instrumentos para impulsionar a atuação de empresas brasileiras – especialmente do setor de construção civil – nos mercados sul-americanos (Neves, 2023). O fortalecimento do modelo econômico-social brasileiro também ampliou sua capacidade de influência regional, com destaque para políticas de cooperação técnica (Saraiva; Velasco Júnior, 2016).

Apesar da centralidade mantida pelo Mercosul na política externa brasileira, tanto como plataforma de inserção internacional quanto como instrumento de liderança regional, o peso dos projetos de integração regional começou a diminuir nas estratégias adotadas pelas elites políticas e pelo próprio Estado brasileiro (Mariano; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2021). A atenção deslocou-se progressivamente para a articulação com o Sul Global, concebida como vetor de projeção internacional e de ampliação do poder de barganha do Brasil em um sistema internacional cada vez mais multipolar (Burges, 2017; Cervo, 2008; Hirst, 2006; Mariano; Ramanzini Júnior; Vigevani, 2021; Vigevani; Cepaluni, 2011). Essa orientação se materializou em iniciativas como o fortalecimento de alianças com os BRICS⁸, o IBAS⁹ e o G20¹⁰. Ao mesmo tempo, não implicou o abandono da articulação regional (Spektor, 2014a). Foi nesse contexto que os países do Mercosul, em parceria com outros vizinhos latino-americanos, rejeitaram a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), interpretada como um projeto hegemônico pelos EUA, que colocaria os países da região em posição de desvantagem.

Cervo (2008) destaca o papel decisivo do Brasil nesse processo, ao adotar uma postura crítica com base na defesa do desenvolvimento nacional, na exigência de maior simetria nas negociações e na recusa a acordos que consolidassem a primazia econômica dos EUA. Outro marco desse movimento foi a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, iniciativa liderada pelo Brasil com o objetivo de aproximar os países do Mercosul e da Comunidade Andina, além de incorporar Chile, Suriname e Guiana em um esforço de integração mais abrangente (Bandeira, 2007; Briceño Ruíz, 2007). Essa articulação culminaria, em 2008, na fundação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), reunindo

⁸ Sigla em inglês utilizada para designar o grupo informal de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O bloco agora tem 11 países, incluindo Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia

⁹ Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, criado em 2003 para fortalecer as relações Sul-Sul.

¹⁰ Fórum de cooperação internacional composto pelas maiores economias do mundo, incluindo 19 países e a UE.

os doze países da região¹¹ em uma estrutura voltada ao diálogo político e à concertação regional.

Apesar do impulso integracionista observado na América do Sul durante os anos 2000, a partir de 2010 o cenário regional passou a ser marcado por mudanças políticas e institucionais que enfraqueceram os vetores da integração. O ciclo pós-liberal entrou em crise, abrindo espaço para incertezas quanto ao futuro do Mercosul (Briceño Ruíz, 2021; Mariano; Bressan; Luciano, 2021). No plano político, uma série de eventos sinalizou o início desse novo cenário. Em 2010, faleceu o ex-presidente argentino Néstor Kirchner, enquanto sua sucessora e esposa, Cristina Kirchner, ocupava a presidência. Em 2011, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o governo no Brasil em uma continuidade à gestão Lula. No ano seguinte, o presidente paraguaio Fernando Lugo – ex-bispo e referência da esquerda no país – foi destituído por um processo de *impeachment* considerado pelo próprio Mercosul como uma ruptura da ordem constitucional (Mercosul, 2012), o que levou à suspensão temporária do Paraguai. Foi nesse contexto que se efetivou a entrada da Venezuela no Mercosul (Mercosul, 2012). A adesão, que já havia sido ratificada por Argentina e Uruguai em 2007 e pelo Brasil em 2010, foi concluída durante o período de suspensão do Paraguai, cujo Congresso havia resistido sistematicamente à aprovação da entrada da Venezuela no bloco. Em 2013, Hugo Chávez faleceu pouco antes de iniciar seu quarto mandato presidencial.

Paralelamente, fatores econômicos também contribuíram para a retração do regionalismo sul-americano. A crise econômica global e o fim do chamado ciclo das *commodities*¹² (Briceño Ruiz, 2020; Saraiva; Velasco Júnior, 2016), intensificados pela desaceleração da economia chinesa, provocaram uma queda acentuada nos preços das exportações de bens primários. Essa redução na entrada de divisas comprometeu a capacidade financeira dos Estados da região, agravando a fragilidade institucional dos mecanismos de integração.

No contexto brasileiro, o esgotamento do ciclo de crescimento sustentado da década anterior coincidiu com o agravamento das crises fiscal e política (Bressan, 2016; Saraiva; Velasco Júnior, 2016). A retração da economia, somada à intensificação das tensões sociais e

¹¹ A Guiana Francesa não integrava a UNASUL porque não é um Estado soberano, mas um território ultramarino da França, integrante da União Europeia (UE).

¹² Fase marcada pela forte valorização das *commodities*, impulsionada sobretudo pela demanda chinesa, que favoreceu o crescimento econômico de países exportadores de matérias-primas.

institucionais – catalisadas pela onda de protestos iniciada em 2013¹³ – culminou na abertura de um processo de *impeachment* contra Rousseff, que resultaria em sua destituição em 2016. Com sua saída, o vice-presidente Michel Temer (PMDB, posteriormente MDB) assumiu a Presidência e deu início a uma nova orientação da política externa brasileira, marcada por uma guinada liberal e pela reformulação do papel do país no Mercosul (Caetano, 2019; Casarões, 2021; Hernández, 2023; Mariano, 2017; Saraiva; Velasco Júnior, 2016).

Mesmo antes da ruptura política de 2016, já se observava um movimento de distanciamento em relação aos compromissos institucionais assumidos no âmbito do Mercosul. Durante seu primeiro mandato, o governo Rousseff interrompeu os repasses ao FOCEM (Paraguassu, 2015) e, nos anos seguintes, a inadimplência se estendeu a outras instâncias, como o Parlasul e o Tribunal Permanente de Revisão (TPR). A dívida brasileira junto ao bloco só seria quitada quase uma década depois, em 2023 (Brasil, 2024). Esse cenário refletia não apenas restrições fiscais, mas também uma reconfiguração das prioridades da política externa, cada vez mais subordinada às urgências da política doméstica (Bressan; Menezes; Ribeiro, 2021; Casarões, 2021; Saraiva; Velasco Júnior, 2016).

Embora tenha mantido estruturas e diretrizes de integração herdadas do governo Lula (Briceño Ruiz, 2020; Spektor, 2014a, 2014b), a gestão Rousseff contribuiu para a perda gradual de protagonismo do Brasil na América do Sul. Mesmo que o Mercosul continuasse a ser considerado uma ferramenta relevante para garantir a estabilidade nas relações com os países vizinhos (Saraiva, 2014), a política externa e a integração regional deixaram de ser uma prioridade do governo (Bressan; Menezes; Ribeiro, 2021; Casarões, 2021; Saraiva; Velasco Júnior, 2016). O período ainda foi marcado pela ausência de reformas voltadas à adaptação da economia brasileira ao novo ambiente competitivo internacional, o que acentuou processos estruturais como a desindustrialização e a reprimarização (Cervo; Lessa, 2014).

O segundo mandato de Rousseff aprofundou esse quadro, com a deterioração das condições econômicas, cortes orçamentários e uma crescente erosão da base parlamentar, criando as condições para o avanço da Operação Lava Jato¹⁴ e para o desgaste da imagem do governo (Saraiva; Velasco Júnior, 2016). Nesse ambiente, ganharam força discursos críticos à internacionalização de recursos (Cervo; Lessa, 2014; Nolte; Schenoni, 2021), multiplicaram-se as críticas aos investimentos do BNDES em países vizinhos, frequentemente

¹³ Onda de protestos contra o aumento das tarifas de transporte público em diversas cidades brasileiras, com grande repressão policial, que incorporou críticas mais ao governo pelo aumento da inflação, gastos públicos com os estádios para a Copa do Mundo de 2014 e se intensificou até a queda de Rousseff, em 2016.

¹⁴ A Operação Lava Jato foi uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF) a partir de 2014, voltada à apuração de esquemas de corrupção envolvendo contratos da Petrobras, grandes empreiteiras e partidos políticos, com forte impacto sobre o sistema político brasileiro.

associados a empreiteiras envolvidas em escândalos de corrupção, e à política externa praticada até então – descrita por seus opositores como ideológica, ineficaz e excessivamente alinhada a regimes de esquerda como os de Cuba e Venezuela (Casarões, 2021).

O Mercosul, nesse contexto, passou a ser alvo frequente da oposição. O então senador José Serra (PSDB) classificou o bloco como um “delírio megalomaniaco” e uma “renúncia à soberania da política comercial” (Brasil, 2015a) – posicionamentos que seriam posteriormente levados ao centro da política externa brasileira quando o próprio Serra assumiu o Ministério das Relações Exteriores no início da gestão Temer (Bressan; Menezes; Ribeiro, 2021).

O conjunto de tensões, que incluía a retração da política externa, o abandono da agenda regional e o desgaste do modelo pós-liberal de integração, abriu espaço para a emergência de uma nova abordagem em relação ao Mercosul. Com o *impeachment* de Rousseff em 2016 e a mudança na coalizão de poder, consolidou-se uma nova orientação alinhada aos interesses de grupos econômicos favoráveis à liberalização comercial e à busca por novos parceiros. Embora as bases institucionais do Mercosul tenham sido preservadas, a reconfiguração das prioridades brasileiras no interior do bloco passou a refletir os interesses de setores específicos da nova coalizão governante. É nesse contexto que se insere o **problema de pesquisa** desta dissertação: investigar quais são as características do modelo de Mercosul defendido pela política externa brasileira durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), e de que forma as coalizões que sustentaram esses governos moldaram as preferências nacionais e a atuação do Brasil no bloco.

O encerramento do governo de Bolsonaro e a transição para um novo mandato de Lula a partir de 2023 oferecem uma oportunidade estratégica para examinar, de forma retrospectiva, o modelo de Mercosul promovido nos últimos anos e relacioná-lo à guinada à direita na região e à crise econômica brasileira iniciada no governo Rousseff, bem como situá-lo no contexto mais amplo das transformações políticas e econômicas observadas na região desde a segunda metade da década de 2010. A mudança de orientação política em diversos países sul-americanos, associada aos efeitos da crise econômica, contribuiu para redefinir prioridades na agenda de integração regional e para reconfigurar o papel atribuído ao Mercosul na estratégia de inserção internacional do Brasil.

Nesse contexto, a agenda externa constitui um dos pilares estratégicos do Mercosul, tanto pela ampliação do acesso a mercados quanto por funcionar como indicador da profundidade do processo de integração regional (López, 2023; Luján, 2010). Segundo Luján (2010), a condução da agenda externa do Mercosul é fortemente influenciada pela política externa do Brasil, que atua com base em sua projeção como ator global economicamente

relevante, e pelos limites impostos pela política doméstica dos demais membros. No caso da Argentina, restrições econômicas e instabilidade governamental tendem a frear avanços, enquanto o Uruguai tem se posicionado favoravelmente à flexibilização das negociações externas, buscando maior autonomia para celebrar acordos comerciais (Marchão, 2025b).

Portanto, compreender as transformações no modelo de Mercosul implementado durante as gestões Temer e Bolsonaro (2016-2022) torna-se relevante não apenas para o debate acadêmico e para formuladores de políticas públicas envolvidos no processo de integração, mas também para setores produtivos e atores sociais¹⁵ que acompanham e participam das dinâmicas políticas, econômicas e institucionais associadas ao funcionamento do bloco.

1.1 Hipóteses de Trabalho

Esta pesquisa parte do modelo de Mercosul formulado por Mariano (2007, 2015), segundo o qual os governos brasileiros atuam a partir de uma visão estratégica própria sobre o papel que o Mercosul deve desempenhar, tanto internamente – como ferramenta de articulação com interesses econômicos –, quanto externamente, como instrumento das políticas econômicas e de relações exteriores do país. A partir desse pressuposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as características desse modelo de Mercosul nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), com ênfase nas agendas prioritárias, interesses envolvidos e na função atribuída ao bloco na estratégia de inserção internacional do Brasil.

A hipótese principal sustenta que, a partir de 2016, consolidou-se um modelo de Mercosul contínuo nos governos Temer e Bolsonaro, estruturado em decorrência da alteração na coalizão de poder no governo brasileiro após as crises política e econômica durante o governo Rousseff (2011-2016) que culminaram em seu *impeachment*. Essa mudança levou à ascensão de grupos que defendiam o bloco como instrumento para ampliar o comércio extrabloco e diversificar os parceiros comerciais do Brasil. Nesse contexto, pressões vindas dos setores produtivos – especialmente do agronegócio – exerceram papel determinante na reorientação das prioridades da política externa brasileira para o Mercosul.

¹⁵ Esta pesquisa adota o conceito de atores sociais conforme formulado por Moravcsik (1997), entendido como indivíduos ou grupos privados cujas preferências são canalizadas por meio de instituições representativas com o objetivo de influenciar decisões de política externa. Incluem-se nesse conjunto empresas, associações empresariais, sindicatos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Essa reconfiguração resultou na priorização da chamada agenda externa do Mercosul, compreendida como o conjunto de esforços diplomáticos e negociações comerciais mantidos pelo bloco com países terceiros e agrupamentos regionais (López, 2023; Luján, 2010). Essa dimensão externa organiza as relações comerciais e políticas do Mercosul com parceiros extrarregionais e constitui um dos principais vetores de sua projeção internacional.

De forma subsidiária, sustenta-se que a formação das preferências estatais da coalizão de governo orientou a priorização da agenda externa do Mercosul, centrada nas negociações de livre comércio. Essa orientação também influenciou diretamente a configuração da agenda interna do bloco, impulsionando debates sobre a flexibilização das negociações comerciais conjuntas, sobre a revisão da TEC, e na definição de prioridades em infraestrutura regional. Neste último caso, destaca-se o apoio à construção do Corredor Bioceânico, concebido como uma via estratégica para escoamento das exportações brasileiras rumo ao Oceano Pacífico, em sintonia com os interesses dos setores produtivos voltados ao comércio extrabloco (Marchão, 2025b; Neves, 2023).

Os resultados da pesquisa indicam que, entre 2016 e 2022, a política externa brasileira manteve os fundamentos estruturais do modelo de atuação no Mercosul identificado por Mariano (2007, 2015). Elementos como o caráter intergovernamental do bloco, a centralidade do Executivo na condução da política externa e a utilização do Mercosul como instrumento de inserção internacional permaneceram presentes no período, assim como a prioridade atribuída à dimensão econômico-comercial em detrimento de uma agenda regional mais ampla. Esses elementos não constituem novidade na trajetória do bloco e já estavam presentes desde sua consolidação nos anos 1990.

A principal transformação observada diz respeito à centralidade assumida pela agenda externa na organização da dinâmica do Mercosul. A partir de 2016, as negociações comerciais com parceiros extrarregionais passaram a orientar de forma mais direta tanto a agenda interna quanto os debates sobre a flexibilização do arranjo institucional existente. Nesse contexto, a modernização normativa¹⁶ intrabloco passou a responder de maneira mais direta às exigências dessas negociações, em especial no âmbito dos acordos de segunda geração, como o acordo Mercosul-União Europeia. Instrumentos internos foram mobilizados e ajustados para viabilizar compromissos assumidos com terceiros, deslocando o eixo de organização da agenda regional. A agenda interna passou, assim, a ser estruturada de forma mais direta pela

¹⁶ Neste trabalho, o termo “modernização normativa” designa processos de atualização ou adaptação de normas e instrumentos do Mercosul relacionados às negociações extrabloco, como compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, comércio eletrônico, indicações geográficas e a revisão do regime de origem. O termo é utilizado de forma descritiva e não implica necessariamente em uma avaliação positiva dos seus efeitos.

lógica da inserção internacional, reduzindo a centralidade das dinâmicas intrabloco e evidenciando a interdependência entre a inserção internacional e o funcionamento institucional do Mercosul (Álvarez, 2021; Doctor, 2015).

A priorização das negociações extrarregionais, no entanto, apresenta efeitos ambivalentes. A ampliação de acordos comerciais contribui para projetar uma imagem de dinamismo e de avanço institucional do bloco, ainda que permaneçam as questões estruturais que restringem o aprofundamento da integração. Entre esses fatores, destacam-se a reduzida densidade institucional do Mercosul, a permanência de instrumentos domésticos que interferem no comércio intrabloco e a fragilidade de mecanismos regionais voltados à gestão de assimetrias e de conflitos distributivos entre os Estados Partes (Briceño Ruiz, 2020, 2021b; Mariano; Menezes, 2021; Pena et al., 2023). Nesse contexto, a agenda externa opera como vetor de projeção internacional e de coordenação entre os países do bloco, mas não se traduz, necessariamente, em maior densidade no processo de integração regional. O período analisado revela, portanto, a preservação da base estrutural da atuação brasileira no Mercosul combinada à reorganização de sua dinâmica em torno da agenda externa.

A seção a seguir apresenta o referencial teórico que orienta a análise, com base no Intergovernamentalismo Liberal.

1.2 Considerações teóricas: o Intergovernamentalismo Liberal e seus potenciais para o estudo do Mercosul

Esta pesquisa adota como referencial teórico o Intergovernamentalismo Liberal, desenvolvido por Andrew Moravcsik (1995, 1997, 1998, 2018; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b), em articulação com a metodologia da Análise Temática Reflexiva proposta por Braun e Clarke (2021), apresentada no item 1.3 desta Introdução.

É importante reconhecer, inicialmente, que o Mercosul não se enquadra plenamente nas teorias tradicionais de integração regional. Embora o Intergovernamentalismo Liberal possa ser aplicado ao bloco ao considerar o Estado como ator central na definição das preferências nacionais e na condução das negociações, trata-se de uma teoria formulada a partir da experiência europeia, na qual a sociedade é concebida como o ponto de partida do processo de integração. No caso do Mercosul, a dinâmica observada apresenta diferenças relevantes: a integração resulta sobretudo da vontade política dos governos nacionais, que posteriormente estimularam a mobilização de atores econômicos e sociais em torno do processo regional (Malamud, 2003; Vaz, 2002). Além disso, o bloco não se originou da

interdependência econômica prévia, mas da cooperação política entre Brasil e Argentina iniciada no final da década de 1970 (Almeida, 1993; Bandeira, 2014; Gardini, 2010).

Da mesma forma, características associadas ao neofuncionalismo (Haas, 1958; Niemann; Lefkofridi; Schmitter, 2018; Schmitter, 1970, 2010) também não são totalmente aplicáveis ao Mercosul. Nesse modelo, processos de integração tenderiam a gerar dinâmicas de transbordamento funcional (*spillover*), impulsionadas pela mobilização de elites econômicas e sociais e pela transferência gradual de lealdades políticas para o nível regional (Malamud; Schmitter, 2007). Como observam Vigevani e Ramanzini Júnior (2022, 2023), a integração do Mercosul não foi impulsionada de maneira sistemática por demandas empresariais, inovações tecnológicas ou mobilização das elites ou da sociedade civil. Além disso, os próprios governos optaram por não aprofundar a institucionalização regional, o que limitou a geração de incentivos capazes de sustentar dinâmicas de transbordamento intrabloco.

Diante dessas características, esta investigação ancora-se analiticamente na abordagem do Intergovernamentalismo Liberal. A escolha desse referencial não decorre da expectativa de que ele explique plenamente o processo de integração do Mercosul, mas do fato de que a pergunta de pesquisa desta dissertação se concentra no modelo de Mercosul defendido pela política externa brasileira. Nesse sentido, a natureza da pergunta orienta a escolha teórica: o Intergovernamentalismo Liberal oferece instrumentos analíticos particularmente úteis para compreender como governos formulam preferências e conduzem negociações internacionais. Sua estrutura conceitual enfatiza a formação doméstica das preferências estatais, a barganha interestatal e os arranjos institucionais negociados (Moravcsik, 1997, 1998; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b).

Assim, o modelo mostra-se especialmente adequado para compreender a relação entre dinâmicas domésticas e o modelo de Mercosul promovido pela política externa brasileira nos governos Temer e Bolsonaro. Esta pesquisa mobiliza o Intergovernamentalismo Liberal sobretudo a partir de sua ênfase na formação doméstica das preferências estatais. Parte-se do pressuposto de que as posições defendidas pelos governos na política externa refletem processos internos de articulação de interesses sociais e econômicos que se projetam na atuação do Estado no Mercosul. A análise concentra-se, portanto, na forma como diferentes coalizões de poder influenciaram a definição das preferências brasileiras para o bloco entre 2016 e 2022 e como essas preferências contribuíram para a consolidação de um modelo específico de atuação do Brasil no Mercosul.

Esta pesquisa adota ainda o conceito de política externa formulado por Pinheiro (2004), que a compreende como uma política pública composta por decisões e ações do Estado moldadas por demandas e oportunidades de natureza doméstica e internacional. Nessa perspectiva, os interesses e ideias que orientam a atuação externa de um país resultam da interação contínua entre diferentes atores, instituições e arranjos políticos internos, os quais condicionam a forma como um país reage e se adapta às pressões do sistema internacional.

Incorpora-se também o conceito de política comercial externa desenvolvido por Milner (1997), que a define como resultado de uma barganha estratégica entre atores domésticos que utilizam o ambiente internacional para obter vantagens econômicas e políticas no plano interno. A política comercial, nesse sentido, ultrapassa a dimensão estritamente interestatal e configura-se como instrumento de política pública mobilizado pelos governos para impulsionar interesses econômicos nacionais e reforçar posições domésticas.

A partir dessa perspectiva, a relação entre os interesses domésticos e o plano internacional pode ser examinada a partir da Teoria dos Jogos de Dois Níveis (Putnam, 1988; Villa; Cordeiro, 2006), que também influenciou os trabalhos de Moravcsik e oferece uma compreensão mais detalhada da formulação das decisões governamentais e das interações estratégicas entre atores domésticos e internacionais. A abordagem parte do entendimento de que a implementação de acordos internacionais depende da legitimidade interna, o que leva os governos a negociarem no plano doméstico para construir uma base de apoio sólida.

Essas definições são compatíveis com o Intergovernamentalismo Liberal ao compreender a política externa e a política comercial como projeções de preferências domésticas articuladas pelo Estado nas arenas de negociação internacional. A seção seguinte detalha o arcabouço teórico do Intergovernamentalismo Liberal, com ênfase em suas premissas centrais e em suas implicações para o estudo da integração regional.

1.2.1 A lógica analítica do Intergovernamentalismo Liberal

O estudo da cooperação internacional mobilizou diferentes abordagens teóricas nas Relações Internacionais. Entre elas, o liberalismo destaca-se por enfatizar o papel dos fatores domésticos na definição do comportamento dos Estados. A partir dessa perspectiva, Moravcsik (1997) reformulou a teoria liberal ao incorporar a configuração doméstica dos Estados como elemento central da política externa, originando o que denominou como "novo Liberalismo" (Moravcsik, 1992, 1997, 2008), base conceitual do Intergovernamentalismo Liberal.

Para Moravcsik (1997, 1998), as preferências estatais constituem o elemento central para compreender o comportamento dos Estados. Elas não são fixas nem previamente determinadas, mas resultam de processos dinâmicos de interação entre Estado e sociedade. Ainda que tenham origem social, não refletem uma representação igualitária de todos os segmentos sociais, e tendem a expressar as demandas de grupos organizados e institucionalmente articulados, capazes de exercer influência sobre o processo decisório estatal. Partindo do pressuposto de que o Estado é uma instituição representativa sujeita à influência de atores internos, Moravcsik (1997, 1998; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b) argumenta que as preferências estatais são moldadas por fatores domésticos e transnacionais, pela interdependência econômica e pelos próprios mecanismos institucionais de representação. Nesse processo, as negociações internas desempenham um papel central (Herz; Hoffmann, 2004; Hirst, 1996; Moravcsik, 1997), uma vez que atores privados e indivíduos com capacidade de mobilização tornam-se vetores da formulação da política externa ao projetar seus interesses no interior do Estado.

A interdependência entre as preferências estatais constitui um fator decisivo para determinar se os Estados cooperam ou entram em conflito, a depender do grau de convergência ou divergência entre seus interesses (Moravcsik, 1997). Nesse contexto, Moravcsik (1997, 1998; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a) incorpora o conceito de interdependência assimétrica elaborado por Keohane e Nye (2012), segundo o qual o poder está associado à capacidade de influenciar decisões e resultados em contextos de interdependência. Para aprofundar essa compreensão, Keohane e Nye (2012) distinguem os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade. Enquanto a sensibilidade refere-se aos custos imediatos provocados por mudanças externas, a vulnerabilidade diz respeito à capacidade de um Estado de absorver esses custos. Quanto menor a vulnerabilidade, maior tende a ser o poder de barganha do Estado nas negociações internacionais.

Com base nessa lógica, Moravcsik (1997) reformula o conceito de poder no liberalismo, ao defini-lo como a capacidade de barganha, resultante da combinação entre as preferências estatais e a interdependência assimétrica (Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b). Estados menos vulneráveis tendem a possuir maior poder de barganha, pois enfrentam custos relativamente menores em comparação aos seus parceiros. Nesse modelo analítico, a explicação do comportamento estatal segue uma sequência lógica: primeiro a formação das preferências a partir dos interesses domésticos; em seguida, a barganha interestatal em torno de arranjos institucionais específicos.

A partir desse enfoque, o Intergovernamentalismo Liberal enxerga a interdependência assimétrica como um elemento central para explicar as variações na cooperação internacional e, por extensão, em processos de regionalismo como o Mercosul. Moravcsik (1997) identifica três padrões de interdependência entre Estados: preferências harmônicas, quando as políticas de um Estado são compatíveis ou neutras em relação às dos demais, promovendo a coexistência pacífica; preferências de soma zero ou bloqueadas, quando os interesses entram em conflito e tornam as negociações mais difíceis, resultando em alto risco de tensões; e preferências mistas, quando a interação entre Estados produz benefícios compartilhados e incentiva a cooperação. Esses elementos compõem as bases do modelo teórico do Intergovernamentalismo Liberal (Moravcsik, 1993, 1997, 2018; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019b), desenvolvido como uma formulação mais sistemática da tradição intergovernamentalista associada a Hoffmann (1966)¹⁷. Ainda assim, como observa Mariano (2007, 2015), trata-se de um modelo voltado a explicar decisões estatais no âmbito da integração, e não o processo de integração em si.

O Intergovernamentalismo Liberal apoia-se em duas premissas centrais. A primeira concebe o Estado como ator racional em um sistema internacional anárquico, responsável por agregar preferências domésticas e transformá-las em posições de política externa. A segunda sustenta que as decisões estatais são orientadas por cálculos estratégicos de custos e benefícios no cenário internacional (Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b).

Com base nessas premissas, Moravcsik (1993, 1997, 1998; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019b) propõe uma estrutura analítica em três fases para explicar a cooperação entre Estados. A primeira corresponde à formação das preferências nacionais, momento em que são definidos os objetivos que orientam a atuação estatal no cenário internacional. Essa etapa ocupa posição central no modelo teórico, pois as preferências resultam da interação entre o Estado e os atores domésticos, cujos interesses derivam da interdependência em setores específicos da economia e da sociedade.

A segunda fase refere-se à barganha interestatal, na qual os Estados negociam entre si para alcançar seus objetivos, mesmo diante da divergência entre preferências nacionais (Moravcsik, 1998, 2018; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019b). Nessa etapa, o poder de barganha – entendido como a capacidade de um Estado influenciar as negociações a seu favor – depende diretamente da interdependência assimétrica entre os atores. Quanto menor a

¹⁷ O intergovernamentalismo, formulado por Hoffmann (1966), descreve uma forma de cooperação interestatal na qual os governos nacionais preservam o controle sobre as decisões com base no princípio da soberania e na negociação entre os Estados, rejeitando a delegação de autoridade a instituições supranacionais.

vulnerabilidade de um Estado frente aos custos da interdependência, maior tende a ser sua margem de manobra nas negociações internacionais. Assim, embora as preferências se formem no plano doméstico, o ambiente internacional condiciona os resultados das negociações. Idealmente, os acordos negociados nesse processo distribuem ganhos entre os envolvidos, ainda que de forma desigual, de modo a preservar o interesse mútuo na manutenção da cooperação.

A terceira fase corresponde à delegação institucional, responsável por explicar a criação de instituições destinadas à gestão dos acordos firmados entre os Estados (Moravcsik, 1998; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019a, 2019b). Nesse estágio, os países podem optar por criar organizações internacionais, muitas vezes de caráter regional, para coordenar a implementação dos compromissos assumidos e reduzir os custos políticos, sociais e operacionais associados à cooperação. Estas instituições recebem autonomia para executar, monitorar e assegurar o cumprimento do que foi acordado. Ainda assim, sob a lógica do Intergovernamentalismo Liberal, mesmo instituições com características supranacionais permanecem sob controle dos Estados, que retêm a autoridade decisória e delegam apenas competências específicas. No caso do Mercosul, essa dinâmica se traduz na ausência de instituições supranacionais e na preservação de sua natureza intergovernamental, garantindo que os Estados mantenham controle direto sobre os rumos do processo de integração (Mariano, 2007, 2015).

Entre as três dimensões analíticas propostas pelo Intergovernamentalismo Liberal – formação das preferências nacionais, barganha interestatal e delegação institucional –, esta pesquisa concentra-se especialmente na primeira, para compreender como se formaram as preferências que orientaram a política externa brasileira para o bloco entre 2016 e 2022. Nessa perspectiva, a análise volta-se para os processos domésticos de articulação de interesses que condicionam a atuação internacional do Estado, com atenção particular às coalizões de poder e aos setores econômicos capazes de influenciar a formulação da política externa brasileira para o Mercosul (Mariano, 2007, 2015; Moravcsik, 1997).

A partir desses pressupostos, o Intergovernamentalismo Liberal oferece um referencial analítico adequado para examinar como as preferências formadas no plano doméstico influenciam a atuação dos Estados em processos de cooperação regional. No item seguinte, esses elementos são mobilizados para interpretar o desenvolvimento do Mercosul e a atuação da política externa brasileira no interior do bloco.

1.2.2 O Mercosul à luz do Intergovernamentalismo Liberal

Com base no modelo teórico apresentado na seção anterior, esta seção mobiliza os conceitos do Intergovernamentalismo Liberal para interpretar o Mercosul. A proposta é utilizar a estrutura analítica da teoria, centrada na formação das preferências nacionais, para compreender como as variáveis domésticas ajudam a explicar a condução da política regional brasileira e, em particular, a constituição de um modelo de Mercosul contínuo entre os governos Temer e Bolsonaro.

Como discutido anteriormente, o Mercosul configura-se como um bloco de natureza intergovernamental, cuja governança é marcada por um perfil hiperpresidencialista (Doctor, 2013; Malamud, 2003), no qual os chefes de Estado desempenham papel decisivo na formulação e na condução das políticas regionais. Na prática, trata-se de uma união aduaneira incompleta, caracterizada por extensas listas de exceções à TEC, o que evidencia os limites da convergência econômica no interior do bloco.

Nesse contexto, as preferências nacionais de Brasil e Argentina, moldadas por crises econômicas, processos de transição democrática e pela necessidade de fortalecer suas posições no cenário internacional, desempenharam um papel central na criação e na consolidação do Mercosul (Bernal-Meza, 2008; Vaz, 2002). A formação dessas preferências foi profundamente influenciada por fatores domésticos, como a busca por estabilidade econômica e política, e por pressões sistêmicas enfrentadas por ambos os países. Entre elas, destacam-se os efeitos da crise da dívida latino-americana, a proliferação de políticas protecionistas no comércio internacional e a necessidade de ampliar a capacidade de barganha dos países da região no cenário global, reduzindo a sua vulnerabilidade a decisões internacionais das quais participavam de forma limitada (Brasil, 1985). As experiências de hiperinflação e as moratórias das dívidas externas – pelo Brasil em 1987 e pela Argentina em 1989 – ilustram como a convergência entre pressões internas e externas moldou as preferências nacionais, criando incentivos à cooperação regional, em linha com a lógica do Intergovernamentalismo Liberal.

No modelo de Moravcsik, o Mercosul emergiu, portanto, em um contexto relativamente favorável, tanto no plano doméstico quanto no internacional, no qual foi possível harmonizar as preferências estatais dos países envolvidos. Todos os Estados Partes viam no bloco uma oportunidade para facilitar o comércio intrarregional, ainda que os maiores beneficiários tenham sido Brasil e Argentina, sobretudo o primeiro. Além disso, o Mercosul foi concebido como instrumento para ampliar a capacidade de barganha e a

projeção internacional de seus integrantes, ainda que cada país mobilizasse o bloco a partir de objetivos econômicos e políticos específicos (Caichiolo, 2017).

Para o Uruguai, o bloco representava uma oportunidade de expandir o comércio com os países vizinhos (Burian, 2015; Burian; Míguez, 2021); para o Paraguai, além do acesso preferencial a mercados regionais e do fortalecimento de sua capacidade negociadora, a participação no Mercosul integrou esforços históricos para mitigar as restrições estruturais associadas à sua condição de país sem litoral (Heduvan, 2019; Yegros; Brezzo, 2013). Desde sua origem, portanto, o Mercosul combinou dimensões políticas e econômicas.

Um elemento importante nessa análise diz respeito à limitada interdependência econômica entre os integrantes do Mercosul, agravada pelas assimetrias internas (Krapohl, 2019; Malamud, 2005; Vigevani; Ramanzini Júnior, 2022, 2023). As economias dos Estados Partes apresentam características muito semelhantes e, em muitos casos, competem nos mesmos mercados externos, o que dificulta processos de especialização e o aprofundamento de vínculos econômicos regionais (Doctor, 2022). A baixa complementaridade econômica, somada à centralização do processo decisório nos presidentes, restringe a capacidade do bloco de avançar em uma integração de maior densidade. Ainda que o Mercosul tenha contribuído para o fortalecimento do diálogo político entre seus integrantes (Caichiolo, 2017), os períodos de maior coesão resultaram em avanços pontuais, que permanecem entre os poucos momentos de progresso institucional mais significativos ao longo de sua trajetória.

Conforme argumenta Moravcsik (1997, 1998), as preferências nacionais emergem de disputas e negociações no plano doméstico entre atores capazes de influenciar as decisões estatais e moldar as escolhas de política externa. No caso do Mercosul, entretanto, o processo decisório e a formulação das políticas regionais permaneceram concentrados em determinados setores econômicos organizados (Cervo, 2008), como associações agroempresariais, industriais, empresariais, comerciais e exportadoras. Ao longo da trajetória do bloco, a formação de preferências nacionais caracterizou-se pela forte centralização estatal e pela participação limitada da sociedade civil, o que reforça o caráter hierárquico e intergovernamental do processo de integração. Atores domésticos com potencial para impulsionar uma agenda de integração mais ampla enfrentaram barreiras políticas significativas, sobretudo em razão da concentração de poder nos Executivos nacionais, que permaneceram como os principais definidores dos rumos da integração, recorrendo frequentemente à diplomacia presidencial (Ferreira, 2021; Oliveira, 2003; Sanahuja, 2009).

Nesse contexto, a formação das preferências estatais ocorre principalmente no interior das coalizões de governo, que articulam interesses de diferentes setores produtivos e atores

políticos e os projetam na política externa. A orientação da política externa brasileira para o Mercosul pode, portanto, ser interpretada como resultado da forma pela qual essas coalizões articulam interesses domésticos e os traduzem em posições defendidas pelo Estado no âmbito do bloco.

A trajetória do Mercosul permite identificar diferentes categorias de atores domésticos que influenciaram, em graus variados, os rumos do processo de integração. O primeiro grupo foi constituído pelos chamados “mercocratas” (Hirst, 1996, p. 218), uma pequena burocracia técnica composta por representantes dos Estados Partes. Estes agentes atuaram sob pressões diretas de outros atores estatais, como ministérios e agências governamentais, especialmente da área econômica, além de governos subnacionais, em particular aqueles situados em regiões fronteiriças ou diretamente interessados nos benefícios da integração. Os mercocratas também assumiram papel relevante na condução da agenda externa do bloco e na mediação técnica das posições defendidas pelos Estados Partes nas negociações internacionais.

Um segundo grupo relevante foi o setor empresarial, cuja atuação ocorreu principalmente por meio de canais nacionais de pressão e *lobby*. Incluíram-se nesse grupo setores industriais e financeiros que, após aceitarem o espaço econômico regional como um custo inevitável (Hirst, 1996), passaram a perceber a integração regional como uma oportunidade estratégica para aumentar a sua competitividade. Esse grupo englobava tanto empresas transnacionais quanto grandes conglomerados nacionais.

O terceiro grupo de destaque foi formado pelos presidentes dos Estados Partes, em razão do caráter hiperpresidencialista do Mercosul e do perfil personalista de suas lideranças (Malamud, 2003). Em plano secundário, situaram-se partidos políticos, organizações sindicais e pequenos e médios empresários que, embora buscassem atuar como grupos de *lobby* ou pressionar por meio de mobilização política, dispunham de capacidade limitada para desempenhar um papel efetivo na formulação de políticas regionais.

A identificação dessas categorias de atores permite compreender como diferentes interesses domésticos se articulam no processo decisório e influenciam a definição das preferências estatais. No caso do Mercosul, esses atores funcionam como canais por meio dos quais demandas econômicas e políticas são mediadas no interior do Estado e convertidas em posições defendidas pelos governos nas negociações regionais. Para os propósitos desta pesquisa, a atenção recai sobre esse processo doméstico de formação das preferências, na medida em que ele condiciona a forma como o Brasil define suas prioridades e atua no interior do bloco.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que o modelo de Mercosul promovido pela política externa brasileira entre 2016 e 2022 reflete a forma como interesses domésticos foram articulados no interior das coalizões de governo. Conforme argumenta Moravcsik (1997), em contextos nos quais determinados setores produtivos se beneficiam da expansão do comércio internacional, esses grupos tendem a apoiar políticas de abertura econômica e a pressionar governos a adotarem estratégias externas compatíveis com esses interesses. No caso brasileiro, esse processo ocorre principalmente no interior das coalizões de governo, que funcionam como arenas institucionais de mediação de interesses domésticos e de definição das prioridades da política externa.

Dois elementos analíticos orientam a interpretação do caso estudado: as coalizões de poder e as preferências nacionais. Em diálogo com o Intergovernamentalismo Liberal (Moravcsik, 1997, 2018; Moravcsik; Schimmelfennig, 2019b), parte-se do pressuposto de que a atuação brasileira no Mercosul reflete a forma como interesses domésticos são agregados no interior das coalizões governamentais e projetados na política externa. A análise busca examinar, nos dados empíricos, como essas preferências foram priorizadas e operacionalizadas na condução da política regional brasileira entre os governos Temer e Bolsonaro.

A análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2021), apresentada no item 1.3 a seguir, articulada ao referencial teórico adotado, oferece ferramentas para construir uma leitura interpretativa das práticas e padrões identificados no corpus documental. Por meio da interação entre teoria e dados, a análise busca identificar padrões interpretativos que permitam compreender como as coalizões domésticas influenciaram o posicionamento do Brasil no Mercosul e como essas preferências se traduziram na formulação de um modelo específico de atuação no bloco.

1.3 Considerações metodológicas: análise temática reflexiva e estratégia analítica da pesquisa

Esta pesquisa adota a abordagem metodológica da análise temática reflexiva, conforme proposta por Braun e Clarke (2021). Trata-se de um método qualitativo que reconhece o pesquisador como participante ativo do processo interpretativo. Trajetória profissional, repertório teórico e experiência acumulada influenciam a seleção, a codificação e a interpretação do material empírico. No caso desta pesquisa, essa dimensão é particularmente relevante, uma vez que a pesquisadora acompanhou o Mercosul de forma sistemática, como

jornalista especializada em política internacional, durante o período analisado. Essa experiência é mobilizada como recurso analítico para uma leitura sensível das dinâmicas políticas e institucionais da integração regional.

Na perspectiva de Braun e Clarke (2021), a subjetividade do pesquisador é uma ferramenta indispensável, e não uma limitação metodológica: é ela que orienta a construção de significados, a identificação de padrões e a articulação entre dados empíricos e interpretações teóricas. Em linha com essa perspectiva, a análise temática reflexiva é aqui articulada ao referencial do Intergovernamentalismo Liberal, conforme proposto por Moravcsik (1997, 1998, 2018) e apresentado na seção 1.2.

A teoria cumpre um papel organizador no processo analítico, fornecendo os conceitos que orientam tanto a construção dos códigos quanto a formulação dos temas analíticos (Braun; Clarke, 2021). Essa articulação entre método e teoria permite uma leitura coerente sobre como as preferências domésticas são projetadas na política externa e moldam o comportamento externo dos Estados no plano regional, em especial no caso brasileiro e sua atuação no Mercosul. A análise é compreendida, portanto, como um processo interpretativo no qual padrões de significado recorrentes são identificados, organizados e examinados para revelar as motivações, estruturas decisórias e escolhas estratégicas que influenciam a política externa do Brasil para o bloco.

Na análise temática reflexiva, as opções ontológicas e epistemológicas estruturam toda a abordagem analítica e influenciam os caminhos interpretativos adotados (Braun; Clarke, 2021). No plano ontológico, a pesquisa adota uma perspectiva ancorada no realismo crítico (Bhaskar, 1975; 1979, *apud* Braun; Clarke, 2021), que parte da premissa de que existe uma realidade objetiva independente da percepção humana, ainda que ela se torne acessível por meio de interpretações mediadas. Essas interpretações são construídas por atores situados em contextos históricos, sociais e institucionais específicos. Essa perspectiva revela-se particularmente adequada para a análise da política externa e dos processos decisórios que moldam a atuação do Brasil no Mercosul, ao considerar, ao mesmo tempo, os dados empíricos e as interpretações políticas dos atores envolvidos, avançando para além da descrição formal das decisões governamentais e alcançando os mecanismos estruturais que moldam a integração regional.

Ao mesmo tempo, a pesquisa se apoia em uma epistemologia contextualista (Alvesson; Sköldberg, 2009; Madill et al., 2000, *apud* Braun; Clarke, 2021), que reconhece a interdependência entre contexto e conhecimento, destacando a relevância dos fatores históricos, institucionais e culturais na construção dos significados analíticos, enfatizando que

o significado não é intrínseco aos dados em si, mas construído na interação entre pesquisador, fontes e realidade analisada.

Nesse sentido, a análise temática reflexiva oferece uma abordagem adequada para pesquisas qualitativas em ciências sociais (Braun; Clarke, 2021). Sua principal contribuição está na capacidade de lidar com a complexidade e a ambiguidade dos fenômenos sociais sem reduzir a análise a procedimentos meramente técnicos ou classificatórios. Como destacam as autoras, a qualidade da análise depende menos do domínio do método e mais da clareza teórica, do envolvimento reflexivo e das escolhas interpretativas realizadas ao longo do processo. A teoria, nesse sentido, não é um complemento opcional, e sim um pilar interpretativo que orienta e legitima o processo analítico, especialmente em áreas como as Relações Internacionais, marcadas por disputas conceituais e múltiplos vetores de interpretação.

O corpus documental da pesquisa inclui documentos oficiais do governo brasileiro, como discursos, entrevistas e artigos dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro que fazem referência ao Mercosul, bem como pronunciamentos e textos dos ministros das Relações Exteriores no período – José Serra, Aloysio Nunes Ferreira, Ernesto Araújo e Carlos França. Esses documentos foram coletados a partir de bases institucionais públicas, incluindo os acervos digitais da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e de outros órgãos do governo federal. No caso das transmissões semanais realizadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais, foram utilizados os áudios disponibilizados em bases organizadas por jornalistas investigativos por meio da ferramenta Google Pinpoint¹⁸, incluindo os acervos sistematizados pela revista Piauí e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Os áudios originais das transmissões foram novamente transcritos para fins de análise, de modo a assegurar maior precisão no tratamento do material empírico. As *lives* foram incluídas no corpus documental por constituírem um canal recorrente de comunicação política utilizado pelo presidente.

Para mapear as decisões brasileiras no âmbito do Mercosul, foram analisadas as atas e comunicados emitidos pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), pelo Grupo Mercado Comum (GMC) e pelo Grupo de Relacionamento Externo (GRELEX), disponíveis no sistema documental do Mercosul e em bases institucionais associadas ao bloco. De modo complementar, foram utilizados dados de comércio exterior provenientes do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul (SECEM), bem como relatórios elaborados pela Unidade Técnica de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul (UTECEM),

¹⁸ Ver: <https://journaliststudio.google.com/pinpoint/about/>

vinculada à Secretaria do Mercosul, além de bases e relatórios internacionais, como os da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e do Banco Mundial.

A pesquisa também incorpora posicionamentos de entidades patronais relevantes nos setores industrial e do agronegócio, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), além de relatórios do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como o *Informe Mercosul*, e da Secretaria do Mercosul, que sistematizam as atividades das presidências rotativas.

Considerando a experiência profissional da pesquisadora na cobertura de cúpulas do Mercosul, reconhece-se que parte das informações relevantes não se encontra disponível em fontes públicas. Nesses casos, as entrevistas desempenharam papel importante para complementar a interpretação dos dados documentais. Para a realização dessas entrevistas, foi conduzida uma viagem de campo a Brasília em agosto de 2025, além de encontros realizados de forma virtual ou presencial em São Paulo.

No total, foram realizadas 11 entrevistas com roteiros semiestruturados, de modo presencial e virtual, com diplomatas, servidores públicos federais, ex-integrantes do Executivo federal e representantes de entidades empresariais envolvidas nas políticas brasileiras para o Mercosul. Dentre essas entrevistas, uma foi autorizada para divulgação pública – com o ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira –, enquanto as demais foram conduzidas sob condição de anonimato, conforme acordado com os participantes. Para preservar a confidencialidade, os entrevistados são identificados no texto por meio de códigos numéricos (Entrevistado X, por exemplo). A identificação completa dos perfis institucionais dos entrevistados encontra-se apresentada em tabela disponível no Apêndice B, assegurando o sigilo das identidades.

Todos os materiais utilizados na pesquisa foram armazenados em ambiente digital protegido, com cópias de segurança mantidas em dispositivo físico externo. As entrevistas foram transcritas automaticamente e posteriormente revisadas manualmente por meio da ferramenta Google Pinpoint. A entrevista autorizada para divulgação pública encontra-se disponível no Apêndice C. Os demais registros permanecerão armazenados em ambiente seguro, de acesso restrito à pesquisadora, em razão dos compromissos de confidencialidade estabelecidos com os participantes.

A partir desse corpus documental e das entrevistas realizadas, a análise foi conduzida por meio das seis fases da análise temática reflexiva propostas por Braun e Clarke (2021): (1)

familiarização com os dados; (2) codificação inicial; (3) geração de temas; (4) desenvolvimento e revisão dos temas; (5) refinamento, definição e nomeação dos temas; e (6) redação analítica dos resultados. Essas etapas não seguem uma lógica rígida ou linear e são parte de um processo orgânico e adaptável no qual o pesquisador pode retornar a fases anteriores conforme a análise se aprofunda. Cada uma dessas fases é examinada a seguir, a fim de demonstrar como dialogam com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico adotado.

A primeira fase, de familiarização com os dados, corresponde à imersão inicial no material empírico iniciada ainda na fase de elaboração do projeto. No caso desta pesquisa, essa familiarização ocorreu por meio da leitura sistemática de documentos governamentais, atas do Mercosul e bibliografia especializada, permitindo identificar padrões preliminares na formação das preferências estatais brasileiras. Braun e Clarke (2021) definem essa etapa como uma imersão ativa, na qual o pesquisador começa a identificar ideias preliminares, registrar observações analíticas iniciais e reconhecer padrões que orientarão as etapas posteriores do processo interpretativo

A segunda fase corresponde à codificação sistemática dos dados. Nessa etapa, os dados são organizados em rótulos interpretativos – os códigos – que capturam significados relevantes ou recorrentes. Esses códigos funcionam como unidades analíticas iniciais e permanecem abertos a ajustes ao longo da análise, de acordo com Braun e Clarke (2021). A codificação adotada neste trabalho seguiu uma estratégia dedutiva, orientada pelo referencial teórico do Intergovernamentalismo Liberal. A estrutura analítica de Moravcsik organiza a análise em três dimensões que funcionaram como guia interpretativo ao longo da codificação: (1) a formação das preferências nacionais; (2) os processos de barganha intergovernamental; e (3) a delegação de competências a instituições regionais.

A terceira fase consiste na geração inicial de temas, a partir do agrupamento de códigos em padrões de significado mais amplos. Na abordagem de Braun e Clarke (2021), um tema não corresponde a um assunto recorrente, mas a uma unidade interpretativa que organiza o material empírico em torno de uma ideia central conectada à pergunta de pesquisa. Códigos e temas operam em níveis analíticos distintos: enquanto os códigos representam unidades analíticas iniciais, os temas emergem do agrupamento de códigos que compartilham um mesmo padrão interpretativo.

A conversão de códigos em temas marca, assim, o início de uma nova etapa analítica, caracterizada pela construção dos chamados temas candidatos, que possuem caráter provisório e serão refinados nas fases subsequentes. Braun e Clarke (2021) enfatizam que um tema não

deve ser confundido com um agrupamento de tópicos: trata-se de um produto interpretativo, ancorado em uma lógica analítica que conecta os dados empíricos às perguntas de pesquisa. Dessa forma, os códigos foram organizados em três temas principais: reconfiguração das coalizões domésticas e formação de preferências estatais como motor da mudança; agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial; e redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa. O livro de códigos e sua vinculação com os temas estão disponíveis no Apêndice D.

A quarta fase corresponde ao desenvolvimento e à revisão desses temas, com o objetivo de avaliar se os agrupamentos propostos se sustentam como núcleos analíticos coerentes. Braun e Clarke (2021) comparam esse momento a um ajuste de foco na lente analítica: um processo de refinamento que exige atenção, flexibilidade e disposição para retornar às fases anteriores, quando necessário. Nesta fase, códigos podem ser realocados, temas reconfigurados ou até mesmo descartados, caso não expressem com clareza os sentidos presentes no material empírico. O objetivo central não é forçar uma narrativa previamente definida, mas estruturar interpretações consistentes e ancoradas nos dados analisados. Para apoiar esse processo de codificação, revisão e organização dos códigos e temas, foi utilizado o software de análise qualitativa MAXQDA¹⁹, usado também para facilitar a recuperação sistemática dos dados.

Nesta etapa, deve-se elaborar um mapa temático provisório, que funciona como um esboço visual da análise. Esse instrumento permite identificar quais temas assumem posição central e de que modo se articulam em torno da pergunta de pesquisa. Mesmo com caráter exploratório, o mapa orienta os próximos passos da pesquisa. A partir desta fase, a escrita ocupa um papel central no processo analítico, ainda que a redação definitiva dos capítulos só ocorra posteriormente.

A quinta fase é dedicada ao refino, definição e à nomenclatura dos temas. O objetivo é consolidar os contornos analíticos construídos até então e assegurar que cada tema seja distinto, coeso e diretamente conectado à pergunta central da pesquisa, ao mesmo tempo em que se avalia se seus limites estão claramente delimitados. Braun e Clarke (2021) destacam que uma tarefa fundamental deste momento consiste na elaboração de um resumo analítico para cada tema, capaz de explicitar o conceito central que estrutura aquele agrupamento de significados. Por fim, os temas recebem denominações definitivas: formuladas a partir de títulos precisos e informativos, que traduzam com clareza o núcleo de sentido construído em cada caso.

¹⁹ Ver: <https://www.maxqda.com/pt>

A sexta fase corresponde à redação analítica dos resultados, etapa em que os temas construídos ao longo da codificação são articulados com o referencial teórico e com as perguntas de pesquisa. Conforme destacam Braun e Clarke (2021), a escrita constitui parte integrante da análise, pois é durante esse processo que as interpretações são refinadas e organizadas em uma narrativa analítica coerente. A estrutura do relatório final proposta pelas autoras foi, neste estudo, adaptada às exigências do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, considerando tanto os parâmetros acadêmicos quanto a natureza aplicada da pesquisa.

A codificação do material empírico foi realizada em duas etapas analíticas distintas e articuladas. Na primeira etapa, foram examinados documentos relacionados ao governo brasileiro e às entidades representativas de interesses domésticos, bem como as entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa. Essa estratégia permitiu analisar inicialmente a formação das preferências estatais antes da leitura dos documentos institucionais do Mercosul, preservando a separação entre a etapa doméstica e os processos de barganha interestatal previstos no modelo do Intergovernamentalismo Liberal, que distingue a formação doméstica das preferências estatais dos processos de barganha e coordenação interestatal.

Na segunda etapa da codificação, foram analisados documentos produzidos no âmbito do Mercosul. Essa separação analítica dialoga com a estrutura do Intergovernamentalismo Liberal. Ao mesmo tempo, essa estratégia é compatível com a análise temática reflexiva, que reconhece o caráter não linear do processo analítico e admite o uso de etapas organizadas como recurso para preservar a autonomia interpretativa do pesquisador ao longo da análise (Braun; Clarke, 2021).

Em consonância com a análise temática reflexiva, o mapa temático final foi construído de forma integrada, a partir da articulação entre as duas etapas de codificação, assegurando que os temas identificados representassem padrões interpretativos do conjunto documental, e não resultados parciais de fases isoladas da análise. O mapa temático está disponível no Apêndice A. A codificação não foi orientada por critérios de frequência ou quantificação dos códigos, mas por sua densidade analítica e relevância interpretativa em relação aos objetivos da pesquisa. A recorrência de um código, portanto, não foi tomada como indicativo automático de sua importância no processo analisado (Braun; Clarke, 2021). A análise adotou uma postura reflexiva explícita, na qual o conhecimento acumulado da pesquisadora sobre o tema e sobre a política externa brasileira foi mobilizado para calibrar a interpretação dos dados.

Esse aspecto mostrou-se particularmente relevante na análise dos códigos relacionados à atuação de atores domésticos. Embora o setor industrial apresente maior volume documental, em razão de sua produção institucional mais extensa e da maior disponibilidade de fontes públicas, essa diferença não foi interpretada como evidência direta de maior influência política. A análise indicou que o agronegócio exerceu papel substantivamente mais relevante na formação das preferências estatais no período examinado, interpretação sustentada pela bibliografia especializada, pelas entrevistas realizadas e pela própria composição da coalizão de governo no período.

A análise também considerou a existência de códigos complementares, cuja relevância analítica não decorre de sua frequência individual, mas de sua articulação interpretativa no interior dos temas construídos. Alguns códigos foram mobilizados como indicadores convergentes de um mesmo padrão analítico, sinalizando orientações estratégicas mais amplas da política externa brasileira para o Mercosul. É o caso, por exemplo, dos códigos “harmonização técnica intrabloco” e “modernização da agenda e dos acordos”, que, embora distintos, foram interpretados de forma relacional, indicando a centralidade atribuída à priorização dos elementos da agenda interna do bloco como condição para a viabilização de acordos de nova geração, em especial o acordo Mercosul-UE.

A análise comparativa entre os governos de Temer e Bolsonaro também levou em consideração as diferenças temporais entre os dois períodos. Enquanto o governo Temer abrange aproximadamente dois anos e meio, o governo Bolsonaro compreende um mandato completo de quatro anos, o que impactou diretamente no volume, na diversidade e na densidade do material empírico disponível. Essa assimetria temporal foi incorporada ao longo da codificação e da construção dos temas, de modo a evitar inferências relacionadas à quantidade de documentos ou na recorrência de códigos. Assim, a comparação entre os dois governos foi orientada pela identificação de padrões qualitativos de continuidade, mudança ou aprofundamento das prioridades da política externa brasileira para o Mercosul.

Por fim, embora a análise temática reflexiva não exija a construção de um livro de códigos formal, optou-se pela elaboração de descrições dos códigos como ferramenta organizadora do processo analítico. Conforme argumentam Braun e Clarke (2021), a codificação deve ser flexível, reflexiva e evolutiva, não devendo ser compreendida como um sistema rígido de classificação. Nesse sentido, as descrições dos códigos foram utilizadas de forma aberta, passíveis de ajuste ao longo da análise, sem a pretensão de esgotar os significados possíveis ou de padronizar o processo de codificação.

Como parte do esforço de estruturar a análise de forma colaborativa, conforme orientado por Braun e Clarke (2021), este estudo foi desenvolvido em articulação com os grupos de pesquisa “A Política dos Estados Pequenos: Paraguai, Uruguai e a Agenda Externa do Mercosul” (processo FAPESP número 2024/13017-3) e “Regionalismo, Política Externa Brasileira e Atores Domésticos: os impactos locais e setoriais das novas dinâmicas das relações regionais e inter-regionais” (processo CNPq número 420112/2023-5), dos quais a pesquisadora faz parte. Essa articulação contribuiu para o aprofundamento metodológico e analítico da pesquisa, ao possibilitar o intercâmbio contínuo com outras investigações sobre o tema, a circulação de fontes relevantes e a discussão coletiva de hipóteses e interpretações. Os resultados parciais e as análises desenvolvidas ao longo do projeto também foram compartilhados com o Observatório de Regionalismo (ODR), grupo de pesquisa criado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) e vinculado à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

1.4 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução, estruturada em três seções: a seção 1.1 apresenta as hipóteses; a seção 1.2 apresenta o referencial teórico da pesquisa, com base no Intergovernamentalismo Liberal; e a seção 1.3 apresenta as considerações metodológicas, detalhando a estratégia analítica, com base na análise temática reflexiva, e o corpus documental mobilizado na pesquisa. A análise empírica é desenvolvida nos capítulos seguintes.

O capítulo 2 examina o modelo de Mercosul promovido pela política externa brasileira no governo Michel Temer (2016-2018). O capítulo inicia com o mapeamento da coalizão de governo e discute a formação das preferências estatais no período. Em seguida, analisa as medidas adotadas pelo Brasil em relação ao Mercosul e examina a dinâmica do bloco, com foco nas prioridades das agendas externas e internas e nos principais acontecimentos do período. Por fim, reúne as considerações parciais.

O capítulo 3 volta-se à atuação do Brasil no Mercosul durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), mantendo a mesma estrutura analítica do capítulo 2. Assim, apresenta a composição da coalizão de governo e a formação das preferências estatais, examina a condução da política brasileira para o bloco e analisa a dinâmica do Mercosul no período, com ênfase nas agendas externas e internas e nos principais marcos. Ao final, reúne as considerações parciais.

O capítulo 4 apresenta a discussão dos resultados da pesquisa, identificando elementos de continuidade ou mudança entre os dois governos, bem como padrões de atuação e suas implicações para o processo de integração regional. O capítulo 5 apresenta as considerações finais da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve origem na percepção de mudanças no modo como o Brasil passou a conduzir determinadas pautas no interior do Mercosul a partir da segunda metade da década de 2010. Esse estranhamento inicial suscitou o questionamento sobre qual modelo de Mercosul passou a ser defendido pela política externa brasileira durante os governos Temer e Bolsonaro (2016-2022), questão que orientou a investigação desenvolvida ao longo deste trabalho. A pesquisa buscou compreender as características desse modelo, identificando suas agendas prioritárias, os interesses que orientaram a sua formulação e a função atribuída ao bloco na estratégia de inserção internacional do Brasil.

Partiu-se da hipótese de que, entre 2016 e 2022, consolidou-se um modelo contínuo de Mercosul, associado à mudança na coalizão de poder no governo após as crises política e econômica que marcaram o final do governo Dilma Rousseff (2011-2016). A ascensão de grupos favoráveis à ampliação do comércio extrabloco, especialmente setores vinculados ao agronegócio e a segmentos industriais, contribuiu para reconfigurar o funcionamento do bloco. Em perspectiva subsidiária, argumentou-se que a formação de preferências estatais moldadas por esses interesses domésticos levou à priorização da agenda externa do Mercosul, com impactos diretos sobre a agenda interna do bloco. Para examinar essas hipóteses, a dissertação articulou três dimensões analíticas: a formação de preferências no plano doméstico, a atuação do Brasil no interior do Mercosul e as transformações institucionais observadas no funcionamento do bloco entre 2016 e 2022.

A análise desenvolvida ao longo da dissertação demonstrou que, entre 2016 e 2022, apesar das diferenças políticas entre os dois governos brasileiros, consolidou-se um padrão contínuo de atuação do país em relação ao bloco. De modo geral, os resultados indicam que os fundamentos estruturais do modelo de Mercosul historicamente defendido pelo Brasil (Mariano, 2007, 2015) permaneceram preservados, como o intergovernamentalismo, a centralidade nos Executivos nacionais, a dependência da convergência entre Brasil e Argentina e a utilização do bloco como instrumento de inserção internacional.

Ao mesmo tempo, observam-se mudanças sobretudo na forma de operação do bloco: no período analisado, a agenda externa passou a exercer papel mais estruturante na organização da agenda interna do bloco, orientando processos de modernização normativa, debates sobre a TEC e discussões sobre flexibilização das regras de negociação conjunta – medidas que passaram a questionar o padrão máximo da integração no Mercosul defendido pela política externa brasileira, que é a manutenção da união aduaneira imperfeita. O padrão

identificado a partir de 2016 indica que a inserção internacional deixou de operar apenas como um objetivo da integração e passou a atuar como princípio organizador do próprio funcionamento do bloco.

Essa reorientação também se manifesta no plano doméstico. A partir do mapeamento das coalizões de poder que deram sustentação aos governos de Temer e de Bolsonaro, a análise demonstrou que a mudança na coalizão doméstica após 2016 influenciou diretamente as preferências estatais em favor da ampliação da agenda comercial extrabloco. Observou-se o fortalecimento da interlocução entre o Executivo e setores organizados do agronegócio e da indústria, que passaram a exercer influência relevante sobre a agenda comercial. Entidades representativas relacionadas ao agronegócio e à indústria atuaram como intermediárias na formulação e na interlocução de demandas ao governo, reforçando a preferência pela priorização da abertura comercial e pela ampliação de acordos extrarregionais do Mercosul, já que o país deve negociar acordos que envolvam preferências tarifárias em bloco. Ao mesmo tempo, verificou-se a continuidade dos mecanismos institucionais de formação de preferências estatais, com base na mediação entre interesses domésticos, na coordenação interministerial e na centralidade do Itamaraty na condução da política externa brasileira.

No plano regional, os resultados indicam que o Mercosul foi mobilizado prioritariamente como instrumento de inserção internacional, o que se expressou na convergência de interesses entre os Estados Partes a partir de 2016. A priorização da agenda externa manifestou-se na retomada das negociações comerciais com a UE, EFTA, Canadá, Coreia do Sul e Singapura; na abertura de novas frentes negociadoras, como a busca pela aproximação com a Aliança do Pacífico; e na busca pela renegociação dos termos dos acordos do Mercosul negociados no âmbito da ALADI. Esse movimento foi acompanhado por iniciativas de modernização normativa e harmonização técnica intrabloco para tornar o bloco apto a concluir as chamadas negociações de segunda geração, que incluem termos relacionados à facilitação de comércio, serviços, comércio eletrônico e compras governamentais. Deste modo, a agenda externa não ocupou apenas a posição prioritária no discurso político dos Estados Partes, mas também se traduziu nos elementos priorizados da agenda intrabloco, resultando em produção normativa concreta.

Nesse processo, as negociações inter-regionais desempenharam papel relevante. No caso do Mercosul, as tratativas externas, especialmente com a UE, demandaram harmonizações regulatórias e mobilizaram esforços institucionais conjuntos. Contudo, os resultados desta pesquisa indicam que a centralidade da agenda externa no período não se restringiu ao eixo birregional com a UE, ainda que ele seja de relevante importância ao

constituir a maior área de livre comércio do mundo. A abertura de novas frentes negociadoras com parceiros asiáticos, associada à crescente centralidade da Ásia – e particularmente da China – na estrutura comercial do bloco, sugere um movimento mais amplo de diversificação geoeconômica do Mercosul, aproximando-o do eixo Atlântico-Pacífico (Briceño Ruiz, 2017).

Desenvolvimentos posteriores ao período analisado oferecem indícios adicionais sobre a continuidade das dinâmicas identificadas nesta pesquisa. A conclusão e assinatura do acordo Mercosul-UE em 2024 e o processo de ratificação iniciado pelos Estados Partes do Mercosul em 2026, após mais de duas décadas de negociações, reforçam a centralidade da agenda extrabloco na estratégia de inserção internacional do bloco.

À luz destes resultados, esta pesquisa contribui para o debate sobre integração regional e política externa brasileira ao oferecer uma interpretação sistemática do modelo de Mercosul defendido pelo Brasil a partir de 2016. Ao articular a análise da formação de preferências domésticas, da atuação diplomática brasileira e das transformações institucionais observadas no bloco, o estudo demonstra como a agenda externa passou a exercer papel estruturante na organização da dinâmica interna do Mercosul. Essa interpretação permite avançar na literatura ao indicar que as mudanças observadas no período não configuram ruptura institucional do processo de integração, mas uma reorientação operacional do bloco, preservando seus fundamentos intergovernamentais ao mesmo tempo em que redefinem suas prioridades.

Além disso, ao dialogar com a literatura sobre integração regional na América do Sul, o trabalho também contribui para o debate contemporâneo sobre o papel do Mercosul no regionalismo latino-americano. Em um contexto marcado por interpretações que enfatizam a crise ou o enfraquecimento dos processos de integração, os resultados desta pesquisa indicam que o bloco mantém capacidade de adaptação institucional e de coordenação entre os Estados Partes, ainda que dentro de limites estruturais já consolidados. Nesse sentido, o caso do Mercosul entre 2016 e 2022 ilustra uma dinâmica recorrente no regionalismo latino-americano: a preservação de arranjos institucionais intergovernamentais capazes de sustentar níveis mínimos de cooperação, mesmo diante de mudanças políticas domésticas e de pressões do sistema internacional.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa também oferece uma contribuição ao campo de estudos sobre política externa e integração regional ao empregar a análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2021) como estratégia de interpretação do corpus documental. A utilização dessa abordagem permitiu identificar padrões recorrentes nos documentos e nos relatos dos entrevistados para compreender como se estruturam os mecanismos de formação das preferências estatais e de interlocução entre governo e setores organizados da sociedade.

A pesquisa demonstra o potencial dessa estratégia metodológica para investigar processos decisórios complexos em política externa, contribuindo para ampliar o repertório de métodos qualitativos utilizados na literatura sobre integração regional e política externa brasileira.

Os resultados desta pesquisa também oferecem subsídios relevantes para formuladores de políticas públicas, atores econômicos e instituições envolvidas na formulação da política externa e comercial brasileira. A identificação da centralidade assumida pela agenda extrabloco permite compreender como o Mercosul tem sido mobilizado como instrumento de inserção internacional, contribuindo para orientar estratégias diplomáticas e comerciais. Para setores produtivos brasileiros, compreender essa reorientação do bloco torna-se particularmente relevante diante da ampliação de acordos comerciais e da diversificação de mercados.

De forma complementar, do ponto de vista social, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre o papel do Mercosul na estratégia internacional do Brasil. Em um contexto no qual o debate sobre integração regional frequentemente permanece restrito a círculos técnicos ou diplomáticos, compreender as transformações nas prioridades do bloco permite que diferentes atores sociais – como organizações da sociedade civil, sindicatos, associações empresariais e instituições acadêmicas – avaliem de forma qualificada os impactos dessas mudanças sobre suas expectativas e estratégias de atuação no âmbito regional.

Por fim, esta dissertação apresenta algumas limitações que também apontam caminhos para pesquisas futuras. Estudos posteriores poderiam explorar a continuidade ou transformação do modelo identificado nesta pesquisa durante o terceiro governo Lula, iniciado em 2023, sobretudo diante da aparente centralidade que o Acordo entre o Mercosul-UE assumiu. A evolução das relações entre Brasil e Argentina em um contexto de divergência política, especialmente diante do governo argentino liderado por Javier Milei, constitui campo promissor para investigações futuras sobre a trajetória da integração regional sul-americana e sobre a capacidade do Mercosul de avançar mesmo em cenários de divergência política entre seus principais membros.

Em síntese, os resultados desta dissertação indicam que o Mercosul entre 2016 e 2022 preservou seus fundamentos intergovernamentais, mas passou a reorganizar parte importante de sua dinâmica interna em função da agenda externa. Mais do que um espaço voltado ao aprofundamento da integração regional, o bloco consolidou-se, no período, como instrumento de gestão da inserção de seus Estados Partes no comércio global. Ainda distante de formas mais densas de integração, o Mercosul demonstrou, contudo, capacidade de adaptação e

sobrevivência em meio a mudanças políticas domésticas, tensões regionais e transformações da economia internacional e do multilateralismo. O período analisado sugere que, em vez de caminhar para um processo de desintegração, o bloco encontrou novas formas de continuar funcionando, ainda que isso tenha reforçado uma concepção mais limitada de integração regional.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governantes incidentais**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, 1988.
- ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1. ed. [S.l.]: Companhia das Letras, 2018.
- AGÊNCIA EFE. Bolsonaro afirma que Bolívia deu “bons sinais” para entrar no Mercosul - 19/07/2019. **UOL Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/07/19/bolsonaro-afirma-que-bolivia-deu-bons-sinais-para-entrar-no-mercosul.htm>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- ALMEIDA, Mansueto de; LISBOA, Marcos de Barros; PESSÔA, Samuel. Ajuste inevitável. **Folha de S.Paulo**, 19 jul. 2015.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. [S.l.]: Edições Aduaneiras, 1993.
- ÁLVAREZ, María Victoria. 30 Años de la Agenda Externa del Mercosur: Éxitos, Fracasos y excepciones. In: NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos: passado, presente e futuro**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Os desafios do Mercosul. In: NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos: passado, presente e futuro**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.
- ARAÚJO, André Leite. **Deliberação de atos internacionais pelo Congresso Nacional brasileiro: a tramitação do ingresso da Venezuela no Mercosul entre 2007 e 2009**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP), São Paulo, 28 mar. 2018a.
- ARAÚJO, André Leite; SILVA, Matheus Felipe. Venezuela suspensa del Mercosur: la suspensión de un actor de veto. In: **Novos e velhos sentidos da integração da América Latina: práticas e desafios. América Latina - pensamento e pesquisa**. São Paulo: Prolam/USP, 2019.
- ARAÚJO, Ernesto. História e Mito. **Metapolítica 17: contra o globalismo**, 27 out. 2018b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 13 mar. 2026.
- ARAÚJO, Ernesto. Querer grandeza. **Metapolítica 17: contra o globalismo**, 3 nov. 2018c. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, n. 6, p. 323–358, 1 dez. 2017.

ARAÚJO, Flávia Loss de. **A conclusão das negociações do acordo Mercosul-União Europeia: as perspectivas do empresariado brasileiro**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 5 set. 2023.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 2. ed. Lisboa: Coleção Estudos da Economia Moderna, 1961.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects, January 2022**. 1. ed. [S.l.]: World Bank Publications, 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e EUA: da tríplice aliança**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2014.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Comunidade Sul-Americana de Nações. **Portal Latino-Americano**. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-comunidad-sudamericana-de-naciones>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BANDEIRA, Luiza; CARMO, Marcia. Cautela argentina em acordo com UE divide governo brasileiro. **BBC News Brasil**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610_marcosul_uniao_europeia_rb. Acesso em: 12 mar. 2026.

BARCELÓ, Nastasia. Flexibilización ¿para qué? Apuntes sobre la política exterior uruguaya hacia el Mercosur (2015-2022). **Desafíos**, v. 35, n. 2, 14 jun. 2023.

BARROS, Pedro Silva et al. **Corredor bioceânico de Mato Grosso do Sul ao pacífico: produção e comércio na rota da integração sul-americana**. IPEA, n. IPEA e UEMS, 2020.

BARROS, Pedro Silva; CARNEIRO, Helitton Christoffer. Chancay, o Brasil e a América do Sul: considerações sobre o megaporto peruano e a integração da infraestrutura regional. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 40, p. 131–156, 2024.

BARROS, Pedro Silva; GONÇALVES, Julia De Souza Borba. Crisis in South American regionalism and Brazilian protagonism in Unasur, the Lima Group and Prosur. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, p. e009, 2021.

BASSI, Bruno Stankevicius. Quem é a turma da Tereza Cristina, a nova ministra da Agricultura. **Intercept Brasil**. Disponível em: <https://sandbox1.intercept.com.br/2018/11/15/tereza-cristina-ruralistas/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BEASLEY-MURRAY, Jon; CAMERON, Maxwell A.; HERSHBERG, Eric. Latin America's Left Turns: An Introduction. **Third World Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 319–330, 2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 154–178, dez. 2008.

BID. **Informe Mercosur No 21 (2015-2016) Segundo semestre 2015 - Primer semestre 2016**. [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, 15 nov. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/node/15672>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BID. **Los futuros del MERCOSUR: Nuevos rumbos de la integración regional**. [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, mar. 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/los-futuros-del-mercosur-nuevos-rumbos-de-la-integracion-regional>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BIGATÃO, Juliana; VITELLI, Marina. **Informe Temático 2021**. [S.l.]: Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2022.

BIGNOTTO, Newton. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo. In: STARLING, Heloísa; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton (org.). **Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 120–174.

BOLSONARO, Jair. **O Caminho da Prosperidade - Proposta de Governo de Jair Bolsonaro (2018)**. 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/BR/BR/2022802018/280000614517/2018/BR>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BOLSONARO, Jair; ARAÚJO, Ernesto. **Live semanal do presidente Jair Bolsonaro realizada em 11 de julho de 2019**. 11 jul. 2019.

BOLSONARO, Jair; GUEDES, Paulo. **Live semanal do presidente Jair Bolsonaro realizada em 04 de fevereiro de 2021**. 4 fev. 2021.

BOTÃO, Gustavo Rocha. **A burguesia interna brasileira e a reforma neoliberal-ortodoxa do Mercosul (2019-2022)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2023.

BRAGON, Ranier. Aliança pelo Brasil de Bolsonaro acaba e tem apoio anulado. **Folha de S.Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/alianca-pelo-brasil-acaba-e-partido-de-bolsonaro-tera-183-mil-apoios-descartados.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **“A Nova Política Externa Brasileira” (Luanda, Angola, 13/12/2019)**. Ministério das Relações Exteriores, 31 dez. 2019n. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/a-nova-politica-externa-brasil-eira-luanda-angola-13-12-2019>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **“Entrevista con Clarín: El canciller de Brasil comparó a Alberto Fernández con una mamushka: “Lo abrí y está Cristina Kirchner, Lula y Chávez” (Clarín, 19/08/2019)**. Buenos Aires: Ministério das Relações Exteriores, 19 ago. 2019i. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/ernesto-araujo-2019-2021/entrevista-con-cl>

arin-el-canciller-de-brasil-comparo-a-alberto-fernandez-con-una-mamushka-lo-abris-y-esta-cristina-kirchner-lula-y-chavez-clarin-19-08-2019. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. “Nuestra visión del mundo coincide con la de Macri” (La Nación, 06/06/2019)

[Espanol]. Ministério das Relações Exteriores, 6 jun. 2019d. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/entrevistas-mre/ernesto-araujo-2019-2021/nuestra-vision-del-mundo-coincide-con-la-de-macri-la-nacion-06-06-2019-espanol>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. 10-06-2015 - Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da II Cúpula Celac-UE - Bruxelas/Bélgica. Bruxelas: Biblioteca da Presidência da

República, 10 jun. 2015b. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-da-ii-cupula-celac-ue>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Acordo de Complementação Econômica no 53 (ACE 53) - Brasil - México.

Siscomex, 29 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/brasil-mexico-ace-53>. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Brasil – Argentina (ACE 14). Siscomex, 2026. Disponível em:

<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/brasil-argentina-ace-14>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Brasil quita dívidas com organismos internacionais e reforça suporte ao

multilateralismo. Brasília: Planalto, 4 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/01/brasil-quita-dividas-com-organismos-internacionais-e-reforca-suporte-ao-multilateralismo>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Brinde do Presidente da República, Michel Temer, durante almoço oferecido ao Presidente da República Argentina, Mauricio Macri - Palácio Itamaraty. Brasília:

Biblioteca da Presidência da República, 7 fev. 2017b. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/brinde-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-almoco-oferecido-ao-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-palacio-itamaraty>. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Comentários sobre a conjuntura macroeconômica do País e críticas à política econômica implementada pelo Governo Federal. Brasília: Diário do Senado Federal, 4 mar.

2015a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19355?sequencia=161>. Acesso em: 21 ago. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Declaração Conjunta à Imprensa do Presidente da República, Jair Bolsonaro - Buenos Aires/Argentina. Buenos Aires: Ministério das Relações Exteriores, 6 jun. 2019e.

Disponível em:

https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Declaração de Iguaçu**. 30 nov. 1985. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/19502>.

BRASIL. **Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 06/04/2021**. Ministério das Relações Exteriores, 6 abr. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-de-posse-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca-2013-brasilia-06-04-2021>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo na LVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) – sessão matutina**. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 1 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-lvi-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-cmc-2013-sessao-matutina>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores – Brasília, 18 de maio de 2016**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 18 maio 2016b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/jose-serra/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. **Discurso do ministro José Serra por ocasião do encerramento do UNICA Forum 2016 – São Paulo, 28 de novembro de 2016**. São Paulo: Ministério das Relações Exteriores, 28 nov. 2016e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/jose-serra/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-do-encerramento-do-unica-forum-2016-sao-paulo-23-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a abertura da Reunião Plenária da LV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - Bento Gonçalves/RS**. Bento Gonçalves: Biblioteca da Presidência da República, 5 dez. 2019m. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-abertura-da-reuniao-plenaria-da-lv-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercossul-e-estados-associados-bento-goncalves-rs>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante almoço oficial oferecido pelo senhor Mauricio Macri, Presidente da República Argentina - Buenos Aires/Argentina**. Buenos Aires: Ministério das Relações Exteriores, 6 jun. 2019f. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-almoco-oficial-oferecido-pelo-senhor-mauricio-macri-presidente-da-republica-argentina>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Sessão Plenária dos Chefes de Estado - Santa Fé/Argentina. Santa Fé: Biblioteca da Presidência da República, 17 jul. 2019h. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-sessao-plenaria-dos-chefes-de-estado-santa-fe-argentina>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante café da manhã com ministros e parlamentares - Palácio do Planalto. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 4 jul. 2019g. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cafe-da-manha-com-ministros-e-parlamentares-palacio-do-planalto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Congresso Aço Brasil 2019 - Brasília/DF. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 21 set. 2019k. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-congresso-aco-brasil-2019-brasilia-df>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da LVIII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República, 8 jul. 2021j. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-lviii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Cúpula do Mercosul por ocasião dos 30 anos do Tratado de Assunção (videoconferência) - Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República, 26 mar. 2021b. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-mercosul-por-ocasio-dos-30-anos-do-tratado-de-assuncao-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na LVII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República, 16 dez. 2020f. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão Plenária dos Senhores Presidentes dos Estados Membros do Mercosul, Estados Associados,

México e Convidados Especiais – Mendoza/Argentina, 21 de julho de 2017. Mendoza: Ministério das Relações Exteriores, 21 jul. 2017g. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/michel-miguel-elias-temer-lulia-2016-2018/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-sesao-plenaria-dos-senhores-presidentes-dos-estados-membros-do-mercosul-estados-associados-mexico-e-convidados-especiais-mendoza-argentina-21-de-julho-de-2017>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na continuação da Sessão Plenária dos Senhores Presidentes dos Estados Membros do Mercosul, Estados Associados, México e Convidados Especiais - Mendoza/Argentina. Mendoza: Biblioteca da Presidência da República, 21 jul. 2017f. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-continuacao-da-sessao-plenaria-dos-senhores-presidentes-dos-estados-membros-do-mercosul-estados-associados-mexico-e-convidados-especiais-mendoza-argentina>. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Discurso do senador Aloysio Nunes Ferreira na cerimônia de transmissão do cargo de ministro das Relações Exteriores para o embaixador Ernesto Araújo – Brasília, 2 de janeiro de 2019. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2 jan. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/aloysio-nunes-ferreira/discurso-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-das-relacoes-exteriores-para-o-embaixador-ernesto-araujo-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do senhor Ministro de Estado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados (18/05/2022). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 18 maio 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-credn-da-camara-dos-deputados-18-05-2022>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do Senhor Ministro de Estado na Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum. Ministério das Relações Exteriores, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-na-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso do senhor Ministro de Estado para transmissão no 41o Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX). Ministério das Relações Exteriores, 17 nov. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-para-transmissao-no-41o-encontro-nacional-de-comercio-externo-enaex>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Discurso proferido pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, por ocasião da reunião do Conselho do Mercado Comum – Sessão 1 (Estados Partes) (Assunção, 17 de junho de 2018). Assunção: Ministério das Relações Exteriores, 17 jun. 2018b. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/aloysio-nunes-ferreira/reuniao-do-conselho-do-mercado-comum-sessao-1-estados-partes-intervencao-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-a-suncao-17-de-junho-de-2019>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Discursos do Ministro Ernesto Araújo na LV Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC) – Bento Gonçalves, 4 de dezembro de 2019. Bento Gonçalves: Ministério das Relações Exteriores, 4 dez. 2019l. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/discursos-do-ministro-ernesto-araujo-na-lv-reuniao-ministerial-do-mercosul-bento-goncalves-4-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Exposição do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 28 abr. 2021e. Disponível em:

<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/exposicao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca-em-audiencia-publica-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-de-defesa-nacional-da-camara-dos-deputados>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Exposição do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal – Brasília, 06/05/2021.

Ministério das Relações Exteriores, 6 maio 2021g. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/exposicao-do-senhor-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-carlos-alberto-franco-franca-em-audiencia-publica-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-de-defesa-nacional-cre-do-senado-federal-2021-brasilia-6-5-2021>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Fala inicial do Presidente da República, Jair Bolsonaro durante a LVI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República, 2 jul. 2020c. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/fala-inicial-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a-lvi-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Intervenção do Ministro Carlos França por ocasião da Reunião Ordinária do CMC com Estados Partes e Bolívia. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 7 jul. 2021i. Disponível em:

<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/intervencao-do-ministro-carlos-franca-por-ocasio-da-reuniao-ordinaria-do-cmc-com-estados-partes-e-bolivia>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na LVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC). Ministério das Relações Exteriores, 1 jul. 2020b.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/intervencao-do-ministro-ernesto-araujo-na-lvi-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-cmc>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana - 30/11/2020. Ministério das Relações

Exteriores, 30 nov. 2020e. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/intervencao-do-ministro-ernesto-araujo-na-reuniao-extraordinaria-de-chanceleres-da-conferencia-ibero-americana>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na VIII Reunião do Corredor Rodoviário Bioceânico – Campo Grande (MS), em 22 de agosto de 2019. Ministério das Relações Exteriores, 22 ago. 2019o. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/intervencao-do-ministro-ernesto-araujo-na-viii-reuniao-do-corredor-rodoviario-bioceanico-campo-grande-ms-em-22-de-agosto-de-2019>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Intervenção do senhor Ministro de Estado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal - 19/08/2021. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 19 ago. 2021k. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-na-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-cre-do-senado-federal-19-08-2021>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional, 2017. Brasília: Presidência da República, 2017a. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2017.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional, 2018. Brasília: Presidência da República, 2018a. Disponível em:

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/centrais-de-conteudo/publicacoes/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-2018/view>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional, 2019. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em:

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagemaocongresso2019.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Mensagem ao Congresso Nacional, 2020. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em:

https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem_presidencial2020.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2021**. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/mensagem-ao-congresso-nacional/MensagemdoPresidenteaoCongressoNacional2021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2022**. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/mensagem-ao-congresso-nacional/MensagemaoCongressoNacional2022.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Mercosul: avanços, desafios e perspectivas em debate no Senado - 23/4/2021 - Sessão Plenária do Senado Federal: 31a Sessão Extraordinária - sessão de debates temáticos**. TV Senado, 23 abr. 2021d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AyAnoz_bIN0. Acesso em: 15 jan. 2025

BRASIL. **Notas Taquigráficas - 10a - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Brasília: Senado Federal, 4 abr. 2019c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/8343>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. **Notas Taquigráficas - 7a - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Senado Federal, 19 ago. 2021l. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10148>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Organograma do MRE**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, fev. 2016a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160304111611/http://www.itamaraty.gov.br/images//organograma/20160203-Organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Organograma do MRE**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, ago. 2016d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160824002052/http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20160810-Organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Organograma do MRE**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, jul. 2017e. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170807233341/http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20170726-Organograma-port-ltima-verso_atualizacao_26jul2017.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Organograma do MRE**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, ago. 2020d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210102143057/https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/20200826-organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. **Organograma do MRE**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, jun. 2021h. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20220320051421/https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/20210614-organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a nova Política Externa do Brasil e sua vertente comercial – Firjan, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 28 ago. 2019j. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/ernesto-araujo/palestra-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-sobre-a-nova-politica-externa-do-brasil-e-sua-vertente-comercial-firjan-28-8-2019>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Relações Brasil-Estados Unidos: uma conversa com o Ministro Ernesto Araújo. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 5 maio 2021f. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/relacoes-brasil-e-estados-unidos-uma-conversa-com-o-ministro-ernesto-araujo>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Texto base da declaração à imprensa do ministro José Serra por ocasião da visita do chanceler do Paraguai, embaixador Eladio Loizaga – Brasília, 8 de junho de 2016. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 8 jun. 2016c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/jose-serra/declaracao-a-imprensa-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-visita-do-chanceler-do-paraguai-embaixador-eladio-loizaga-brasil-8-de-junho-de-2016>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Texto-base para o discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores – Palácio Itamaraty, 7 de março de 2017. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 7 mar. 2017c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/jose-serra/texto-base-para-o-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-das-relacoes-exteriores-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Um País em Busca de uma Grande Estratégia - Relatório de Conjuntura. Brasília: Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, maio 2017d. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/arquivos/brasil-um-pais-em-busca-de-uma-grande-estrategia.pdf/view>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Thematic analysis: a practical guide.** London; Thousand Oaks, California: SAGE, 2021.

BRESSAN, Regiane Nitsch. **A integração sul-americana e a superação da pobreza: uma abordagem pela percepção das elites.** Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 31 ago. 2012.

BRESSAN, Regiane Nitsch. O espaço da América Latina na política externa brasileira. In: SERBIN, Andrés (org.). **¿Fin de ciclo y reconfiguración regional? América Latina y las relaciones entre Cuba y los Estados Unidos. Anuario de la integración regional de América Latina y el Caribe.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CRIES Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2016.

BRESSAN, Regiane Nitsch; GONÇALVES, Julia De Souza Borba. The convergence between the Pacific Alliance and Mercosur: Advances, stagnation, and contemporary challenges. **Latin American Policy**, v. 14, n. 1, p. 167–183, mar. 2023.

BRESSAN, Regiane Nitsch; MARCHÃO, Talita Angulo Eredia. O Mercosul à luz do regionalismo líquido. In: **A conjuntura latino-americana no contexto do avanço da extrema-direita mundial. XXIV Fórum de Análise de Conjuntura**. [S.l.]: Projeto Editorial Praxis, 2025. p. 107–124.

BRESSAN, Regiane Nitsch; MENEZES, Roberto Goulart; RIBEIRO, Alina da Silva. Aos trancos e barrancos: o Mercosul na Política Externa Brasileira (2015-2021). **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 1, p. 32–54, 29 out. 2021.

BRICEÑO RUIZ, José. **La integración regional en América Latina y el Caribe: procesos históricos y realidades comparadas**. 1. ed. Mérida, Venezuela: Publicaciones Vicerrectorado Académico CODEPRE, 2007.

BRICEÑO RUIZ, José. Latin America beyond the continental divide: open regionalism and post-hegemonic regionalism co-existence in a changing region. In: BRICEÑO RUIZ, José; MORALES MORENO, Isidro (org.). **Post-hegemonic regionalism in the Americas: toward a Pacific-Atlantic divide? International Political Economy of New Regionalisms Series**. New York: Routledge, 2017.

BRICEÑO RUIZ, José. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. In: CARMO, Corival Alves do et al. (org.). **Relações internacionais: olhares cruzados. Coleção Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 193–238.

BRICEÑO RUIZ, José. Projeção, fragmentação e justaposição de processos: regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. **Conjuntura Internacional**, v. 13, n. 1, p. 16, 5 out. 2016.

BRICEÑO RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 3, p. 573–594, dez. 2018.

BRICEÑO RUIZ, José. Da crise da pós-hegemonia ao impacto da Covid-19: o impasse do regionalismo latino-americano. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 29, p. 21–39, 2020.

BRICEÑO RUIZ, José. O auge e a crise do “Novo Mercosul” no período pós-hegemônico (2003-2016). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 112, p. 55–86, abr. 2021a.

BRICEÑO RUIZ, José. El Mercosur tras 30 años: un largo debate sobre la integración que se quiere. **Informe Integrar**, v. 127, n. Instituto de Integración Latinoamericana, abr. 2021b.

BRICEÑO RUIZ, José. Auge y ocaso del regionalismo post-hegemónico: la experiencia del Mercosur. In: MOLANO CRUZ, Giovanni; BRICEÑO RUIZ, José (org.). **El regionalismo en América Latina después de la post-hegemonía**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2021. p. 31–58.

BRICEÑO RUIZ, José. La flexibilización del Mercosur. In: CAETANO, Gerardo; HERNÁNDEZ NILSON, Diego (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

BRONSTEIN, Hugh; DESANTIS, Daniela. Paraguay soybeans flow to China regardless of politics. **Reuters**. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/business/autos-transportation/paraguay-soybeans-flow-to-china-regardless-of-politics-idUSL1N1RW1Q9/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BURGES, Sean. **Brazil in the world: the international relations of a South American giant**. Manchester: Manchester University Press, 2017.

BURIAN, Camilo López. Algunas reflexiones sobre la flexibilización del Mercosur y los análisis académicos que hacemos sobre el tema desde Uruguay. In: HERNÁNDEZ NILSON, Diego; CAETANO, Gerardo (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

BURIAN, Camilo López. **Partidos políticos y política exterior en Uruguay (1985-2015): la importancia de las instituciones, las ideas y los intereses de los actores**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UR. FCS, Montevideu, 2015.

BURIAN, Camilo López; MÍGUEZ, María Cecilia. Uruguay como Estado pequeño en el Mercosur (1991-2020): una lectura desde la autonomía regional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 112, p. 181–216, abr. 2021.

CAETANO, Gerardo. Los nuevos rumbos del MERCOSUR: el cambio de modelo y las consecuencias de la crisis brasileña. **Foro Internacional**, v. 59, n. 1, p. 47–88, mar. 2019.

CAETANO, Gerardo; LUJÁN, Carlos. Las políticas públicas regionales y sus dimensiones institucionales: apuntes teóricos y un análisis de caso. **Perspectivas Internacionales**, v. 9, n. 1, p. 92–139, 2013.

CAETANO, Gerardo; POSE, Nicolás. La búsqueda de la flexibilización de Mercosur: impulsos y límites de la demanda uruguaya. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, p. e44183, 5 fev. 2024.

CAICHILOLO, Carlos Ricardo. The Mercosur Experience and Theories of Regional Integration. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 117–134, 2017.

CARRANZA, Mario E. El aferrarse juntos: la ambiciosa agenda externa del Mercosur, su crisis interna y el futuro de la integración económica regional en América del Sur. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 1, n. 1, p. 89–121, 2006.

CARVALHO, Marina Amaral Egydio de; SALLES, Marcus Maurer de. Relacionamento externo do Mercosul: fundamentos históricos, dilemas contemporâneos e perspectivas futuras. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 35, 2023.

CASARÕES, Guilherme. A política externa interina e os riscos à integração regional. **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 81, 2016.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. In: SERBIN, Andrés; PEDROSO, Carolina Silva; PONT, Serbin Andrei (org.). **Revista**

Pensamiento Propio. América Latina y el Caribe en un mundo en transición: actores extrarregionales y estrategias latinoamericanas. [S.l.: s.n.], v. 49–50, p. 231–274.

CASARÕES, Guilherme. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. **Aisthesis**, n. 70, p. 439–473, 2021.

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em Português**, v. 11, p. 7–44, 2022b.

CASARÕES, Guilherme. Os cinco As do multilateralismo na política externa brasileira (1985-2022). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 81, p. 150–162, 2022a.

CASARÕES, Guilherme. The First Year of the Bolsonaro's Foreign Policy. In: MORI, Antonella (org.). **Latin America and the New Global Order**. IT: Ledizioni srl, 2020.

CASARÕES, Guilherme; FLEMMES, Daniel. Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy. **GIGA Focus Latin America**, n. 5, p. 1–13, 2019.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão E.; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741–761, 3 set. 2022.

CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 3, 1 maio 2006.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2140>. Acesso em: 1 ago. 2024.

CEPAL. **Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe 2022: o desafio de dinamizar as exportações manufatureiras. Síntese**. [S.l.]: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/48686-perspectivas-comercio-internacional-america-latina-caribe-2022-o-desafio-dinamizar>. Acesso em: 10 fev. 2026.

CERVO, Amado. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, n. 1, p. 5–35, 2002.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. [S.l.]: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 6. ed. [S.l.]: Editora Universidade de Brasília, 2022.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133–151, 2014.

CNA. 10 Medidas para Garantir o Crescimento e Fortalecimento da Agropecuária Brasileira. Brasília: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, 28 jul. 2016. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/dia-do-agricultor/pdf/10medidas_para_desenvolvimento_do_set_orsgropecuario.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. Acordo de Associação Mercosul - União Europeia: perspectivas do agro sobre as cestas ofertadas. Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2022. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/storage/arquivos/pdf/Estudo-Mercosul-Uniao-Europeia-pt.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. Acordo Mercosul-Canadá: oportunidades e desafios para a agropecuária brasileira. Brasília: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, set. 2020. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/images/Acordo-Mercosul-Canada_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. Negociações Internacionais Mercosul-Coreia do Sul. Portal CNA Brasil. 2025c. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/negociacoes-internacionais-mercosul-coreia-do-sul>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. Negociações Internacionais Mercosul-EU. Portal CNA Brasil. 2025a. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/negociacoes-internacionais-mercosul-eu>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. Negociações Internacionais Mercosul-Singapura. Portal CNA Brasil. 2025b. Disponível em: <https://cnabrazil.org.br/negociacoes-internacionais-mercosul-singapura>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. O Futuro é Agro: 2018-2030. Brasília: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2018a. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/plano_de_estado_completo_21x28cm_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNA. O Futuro é Agro: 2018-2030; Encontro com os Presidenciais 2018. Brasília: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2018b. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/Resumo-Executivo-Completo-21x28cm-WEB-12-09.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda da Indústria para o 2016/2017 Poder Executivo 2016/2017. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2016a. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/8e/e5/8ee54b33-08f3-477b-905d-6108a99fff5c/agenda_poder_executivo_2016_2017_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda econômica e comercial do Mercosul: documento de posição da indústria. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2017c. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/8e/b8/8eb8c9d3-9557-460b-ae12-f1a6306a4e7/agenda_mercosul_v4_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda econômica e comercial Mercosul-Aliança do Pacífico. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2018b. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/e9/06/e906d81a-1050-42c2-a213-06568cb1443f/mercosulap_agendaeconomicacomercial_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2021. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/61/d3/61d3b5dd-0ea9-4c0f-8402-d9c2c20ff49c/id_236922_agenda_internacional_2021_interativo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria 2016. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2016c. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/75/e8/75e85d35-bfb4-4a88-bfc9-50cfbc503716/agenda_internacional_2016.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria 2017. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2017a. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/47/6b/476b8791-c77e-4641-b74b-f882f1cfd179/agendainternacionalindustria2017_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria 2018. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2018a. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/14/b2/14b2686f-62fe-4c7a-89ab-b7375a3c91f9/agenda_internacional_da_industria_2018_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria 2019. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2019b. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/b5/38/b538217f-3591-4f47-a40f-027d3044a844/agenda_internacional_da_industria_2019_completa_web.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda Internacional da Indústria 2020. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2020a. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/fd/5e/fd5ec5e7-7512-4006-aaa8-742b805d56fd/agenda_internacional_2020.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2016b. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2019/1/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Agenda para o Mercosul 2019: um novo impulso para o bloco. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2019a. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/4c/55/4c557b1a-0c6e-4091-8b6e-0d6f1b662165/agenda_para_o_mercosul_2019.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Alterações de tarifa de importação: diagnóstico e propostas para aprimoramento dos instrumentos no Brasil e no Mercosul. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2019c. Disponível em:

https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/94/d3/94d337f6-9958-472f-89a3-da-b0f65f2ee9/alteracoes_de_tarifas_de_importacao.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. Impactos jurídicos da saída do Brasil do Mercosul. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2020b. Disponível em:

https://fieig.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieig/editor/Image/cni_mercosul_impactos_saida.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. **Negociações entre o Mercosul e a União Europeia: documento de posição da indústria**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2017b. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/c2/ca/c2ca7021-d635-432f-ba54-cb9073ed5130/acordos_comerciais_mercosul_uniao_europeia.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNI. **Proposta da Indústria para as Eleições 2022 - Integração Internacional: abertura com competitividade**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/propostas-da-industria-para-eleicoes/propostas/04-integracao-internacional/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

COSTA, Hugo Bras Martins da; COSTA, Murilo Gomes da. Manutenção da paz em tempos de crise do multilateralismo e ascensão ultraconservadora: uma análise da política externa brasileira. In: DUARTE, Rubens de S.; MILANI, Carlos R. S. (org.). **Política externa, lideranças autoritárias e ultraconservadorismo**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2024. p. 133–162.

DAHL, Robert. **Who governs? Democracy and power in an American city**. New Haven; London: Yale University Press, 1961.

DALCOLMO, Margareth. Entrevista com Margareth Dalcolmo – “China é o maior produtor de insumos em biotecnologia no mundo. É tudo chinês”. **Roda Viva**, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F7OwHidull4>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DE ANGELIS, Jesica et al. **Informe Mercosur No. 27: MERCOSUR: negociaciones estratégicas y escenarios emergentes** (Ricardo Rozemberg, org.). [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/informe-mercursos-no-27-mercursos-negociaciones-estrategicas-y-escenarios-emergentes>. Acesso em: 20 jan. 2026.

DELGADO, Malu. Qual a responsabilidade de Bolsonaro sobre o “orçamento secreto”. **Nexo Jornal**, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/10/13/qual-a-responsabilidade-de-bolsonaro-so-bre-o-orcamento-secreto>. Acesso em: 13 mar. 2026.

DIEGUEZ, Consuelo. O chanceler do regresso. **Piauí**, abr. 2019. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>. Acesso em: 13 mar. 2026.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Acordos internacionais e controle parlamentar no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 75–92, 2010.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. The role of the Brazilian Congress in foreign policy: an empirical contribution to the debate. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, n. 2, p. 10–38, 2008.

DOCTOR, Mahrukh. Interregionalism’s impact on regional integration in developing countries: the case of Mercosur. **Journal of European Public Policy**, v. 22, n. 7, p. 967–984, 9 ago. 2015.

DOCTOR, Mahrukh. MERCOSUR and the challenges of regional integration. In: **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. [S.l.]: Oxford University Press, 2020.

DOCTOR, Mahrukh. Prospects for deepening Mercosur integration: economic asymmetry and institutional deficits. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 515–540, jun. 2013.

DOCTOR, Mahrukh. Regionalism in the Global South: understanding the evolution of Mercosur. In: MCKERCHER, B. J. C. (org.). **The Routledge Handbook of Diplomacy and Statecraft**. 2. ed. Abingdon; New York: Routledge, 2022.

FERREIRA, Aloysio Nunes. A reconstrução do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, 30 out. 2018b. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/aloysio-nunes-2017-2018/a-reconstrucao-do-merc-sul-o-estado-de-s-paulo-30-10-2018>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Brasil y Chile: una amistad “sin límites”. **Ministério das Relações Exteriores**. 11 abr. 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/aloysio-nunes-2017-2018/brasil-y-chile-una-amistad-sin-limites-el-mercurio-11-04-2017-espanhol>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Mercosul e União Europeia, acordo estratégico. **Folha de S. Paulo**, 29 ago. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia-o/2017/08/1913836-merc-sul-e-uniao-europeia-acordo-estrategico.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Mercosul: mais comércio, menos barreiras. **O Estado de S. Paulo**, 7 out. 2017c. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/merc-sul-mais-comercio-menos-barreiras/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Reforçando a integração Mercosul-Aliança do Pacífico. **Exame**, 6 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/aloysio-nunes-2017-2018/reforcando-a-integracao-merc-sul-alianca-do-pacifico-por-aloysio-nunes-exame-4-6-2018>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães. **O desenvolvimento institucional do Mercosul: uma análise da ampliação dos mecanismos de participação das organizações sociais no período 2003-2006**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP), São Paulo, 2021.

FIESP. **Documento de posição: propostas de integração externa da indústria - 2014**. São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. In: FIGUEIREDO, Argelina

Cheibub (org.). **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; FAPESP, 1999.

FIGUEIREDO, Janaina. Entenda como a Bolívia, que não tem mar, dará ao Mercosul acesso a portos do Pacífico e insumos para produção. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/09/entenda-por-que-a-incorporacao-plena-da-bolivia-ao-mercosul-e-importante-para-o-brasil-e-para-o-bloco.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FRENKEL, Alejandro. El Mercosur ante la COVID-19: de la disputa comercial a la amenaza sanitaria. **Fundación Carolina. Análisis Carolina**, n. 40, 24 jun. 2020.

FRENKEL, Alejandro; AZZI, Diego. Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese? **Nueva Sociedad**. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FRENKEL, Alejandro; COMINI, Nicolás. Unasur: de proyecto refundacional al fantasma del Sudamexit. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe**, n. 13, p. 181–207, 2017.

FUCCILLE, Alexandre. A vacilante atuação brasileira na integração regional: o (o)caso do Conselho de Defesa Sul-Americano. **Revista Agenda Política**, v. 7, n. 1, p. 62–85, 27 maio de 2019.

FUCCILLE, Alexandre; LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane Nitsch. Para além do comércio: Mercosul, democracia e segurança. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 112, p. 217–250, abr. 2021.

GAJATE, Rita Marcela. El Mercosur en aprietos... ¿Crisis en la integración sub-regional? In: MELLADO, Noemi B.; FERNÁNDEZ SACA, Juan Carlos (org.). **Desafíos para el regionalismo latinoamericano en el contexto internacional del siglo XXI**. La Libertad: Editorial Delgado, 2017.

GARDINI, Gian Luca. **The origins of Mercosur: democracy and regionalization in South America**. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GARDINI, Gian Luca; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Concluding remarks. In: GARDINI, Gian Luca; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). **Foreign policy responses to the rise of Brazil: balancing power in emerging states**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

GIACALONE, Rita Ana. Principios económicos y narrativas políticas de las propuestas de reconfiguración del orden regional latinoamericano. In: MELLADO, Noemi B.; FERNÁNDEZ SACA, Juan Carlos (org.). **Desafíos para el regionalismo latinoamericano en el contexto internacional del siglo XXI**. La Libertad: Editorial Delgado, 2017.

GOMES, Luiz Alberto; LUZ, Joyce Hellen. A governabilidade de um presidencialismo sem coalizão: um estudo das medidas provisórias do presidente Jair Bolsonaro. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 55–78, 10 jul. 2019.

GOMES, Pedro Henrique; BORGES, Beatriz; OLIVEIRA, Paloma. Após dois anos sem partido, Bolsonaro se filia ao PL, nona legenda da carreira política. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/30/apos-dois-anos-sem-partido-bolsonaro-se-filia-ao-pl-nona-legendada-da-carreira-politica.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2026.

GONZALES, Jenny. Soy king Blairo Maggi wields power over Amazon's fate, say critics. **Mongabay**, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2017/07/soy-king-blairo-maggi-wields-power-over-amazons-fate-say-critics/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

GRANATO, Leonardo; UBERTI, Guilherme Bratz. Mercosul e regionalismo aberto nos governos Temer e Bolsonaro: uma análise dos relatórios de gestão. **Revista Intellector - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais**, v. 21, p. 3–21, 3 ago. 2024.

HAAS, Ernst. **The uniting of Europe**. Stanford: University of Notre Dame Press, 1958.

HÄNGGI, Heiner; ROLOFF, Ralf; RÜLAND, Jürgen. **Interregionalism and International Relations A Stepping Stone to Global Governance?** London: Routledge, 2006.

HEDUVAN, Julieta. Paraguay y la integración regional: un vínculo de larga data. **Boletín Informativo del Grupo de Jóvenes Investigadores - Universidad Nacional de La Plata**, n. 6, p. 14–18, jul. 2019.

HERNÁNDEZ, Lorena Granja. A reforma institucional do Mercosul (2015-2022): eficiência ou desmonte? In: SARAIVA, Miriam Gomes; HERNÁNDEZ, Lorena Granja (org.). **Estudos de política externa: o Brasil e a América do Sul**. [S.l.]: Lemos Mídia, 2023.

HERNÁNDEZ NILSON, Diego. La supervivencia del Mercosur: entre la aberración institucional y el regionalismo populista. In: CAETANO, Gerardo; HERNÁNDEZ NILSON, Diego (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur: actores, politización y ideología. **Estudos Avançados**, v. 10, p. 217–250, ago. 1996.

HIRST, Mônica. Los desafíos de la política sudamericana de Brasil. **Nueva Sociedad**, out. 2006. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/los-desafios-de-la-politica-sudamericana-de-brasil/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

HOFFMANN, Stanley. Obstinate or obsolete? The fate of the nation-state and the case of Western Europe. **Daedalus**, v. 95, n. 3, p. 862–915, 1966.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Entre interesses e identidades, o que querem e o que são? A atuação internacional dos governos subnacionais argentinos e brasileiros no**

Mercosul (1995-2018). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp/Unicamp/PUC-SP), São Paulo, 2019.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Os governos subnacionais brasileiros no Mercosul: balanço, perspectivas e uma proposta de relançamento. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 37, p. 139–157, 12 mar. 2024.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**. [S.l.]: Longman, 2012.

KRAPOHL, Sebastian. Games regional actors play: dependency, regionalism, and integration theory for the Global South. **Journal of International Relations and Development**, v. 23, n. 4, p. 840–870, 2019.

LEITA, Francisco. El relacionamiento externo del Mercosur en materia comercial: instrumentos jurídicos y dimensión actual. In: NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos: passado, presente e futuro**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.

LIEVESLEY, Geraldine; LUDLAM, Steve (org.). **Reclaiming Latin America: experiments in radical social democracy**. London; New York: Zed Books; Palgrave Macmillan, 2009.

LIMA, Daniel Máximo Góes de. **Lobby e grupos de pressão no caso do impeachment de Dilma Rousseff em 2016**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LIMONGI, Fernando. **Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato**. São Paulo: Todavia, 2023.

LOPES, Dawisson Belém; BURIAN, Camilo López. La política exterior brasileña del siglo XXI: un cambio epocal. In: BRUN, Diego Abente; FLORENTÍN, Carlos Gómez (org.). **Panorama de las relaciones internacionales en el Paraguay actual**. Assunção, Paraguai: [s.n.], 2018. p. 99–129.

LOPES, Dawisson Belém; CARVALHO, Thales; SANTOS, Vinicius. Did the far right breed a new variety of foreign policy? The case of Bolsonaro’s “more-bark-than-bite” Brazil. **Global Studies Quarterly**, v. 2, n. 4, p. ksac078, 22 set. 2022.

LÓPEZ, Aldo Javier. MERCOSUR: el dilema de la agenda comercial externa. **Revista Aportes para la Integración Latinoamericana**, n. 47, p. 043, 22 dez. 2022.

LÓPEZ, Aldo Javier. Mercosur: la problemática de su inserción comercial internacional. **Revista Política Austral**, v. 2, n. 1, p. 31–52, 28 abr. 2023.

LUJÁN, Carlos. **Agenda externa del Mercosur: un factor clave de integración**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

MACIEL, Alice. Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. **Agência Pública**, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>. Acesso em: 9 mar. 2026.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (org.). **Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power**. 1. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2009.

MALAMUD, Andrés. A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of Brazilian foreign policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, p. 1–24, 2011.

MALAMUD, Andrés. La agenda interna del Mercosur: interdependencia, liderazgo, institucionalización. In: JARAMILLO, Grace (org.). **Los nuevos enfoques de la integración: más allá del regionalismo**. Quito: FLACSO Ecuador; Ministerio de Cultura del Ecuador, 2008. p. 115–135.

MALAMUD, Andrés. La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico. **Relaciones Internacionales**, n. 15, p. 113–138, 1 nov. 2010.

MALAMUD, Andrés. Presidential diplomacy and the institutional underpinnings of Mercosur: an empirical examination. **Latin American Research Review**, v. 40, n. 1, p. 138–164, 2005.

MALAMUD, Andrés. Presidential democracies and regional integration: an institutional approach to Mercosur (1985-2000). **Tese – European University Institute**, Florença, 2003.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe C. The experience of European integration and the potential for integration in South America. **SSRN Electronic Journal**, 2007.

MARCHÃO, Talita. De volta à Argentina, Guedes recua e diz que moeda comum, o peso real, está “distante”. **UOL**, 16 jul. 2019d. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/16/de-volta-a-argentina-guedes-recua-e-diz-que-moeda-comum-e-esta-distante.htm>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARCHÃO, Talita. O que é o globalismo, em debate pelo Itamaraty, segundo oito especialistas. **UOL**, 24 maio 2019c. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/24/o-que-e-globalismo-que-sera-debatido-pelo-itamaraty.htm>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARCHÃO, Talita. Por que Bolsonaro critica, mas mantém diplomatas de Maduro no Brasil? **UOL**, 26 mar. 2019a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/03/26/por-que-governo-bolsonaro-mantem-status-de-diplomatas-de-maduro-no-brasil.htm>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARCHÃO, Talita. Tereza Cristina faz “diplomacia paralela” para evitar crises com parceiros. **UOL**, 17 maio 2019b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/05/17/tereza-cristina-diplomacia-china-paises-arabes.htm>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MARCHÃO, Talita Ângulo Eredia. A adesão da Bolívia ao Mercosul no contexto legislativo brasileiro. **Cadernos de Regionalismo ODR - Dossiê 2025**, v. 9, n. 1, p. 75–84, 2025a.

MARCHÃO, Talita Ângulo Erédia. Decisão CMC nº 32/00 e dinâmicas de mudança institucional gradual no Mercosul. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 14, n. 27, p. 132–155, 15 out. 2025b.

MARIANO, Karina; BRESSAN, Regiane; FERREIRA, Guilherme. Latin American and Caribbean regional organizations facing the COVID-19 pandemic. **Contexto Internacional**, v. 44, p. e20220049, 2022.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 112, p. 147–179, abr. 2021.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015a.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; MARCHÃO, Talita Ângulo Eredia. O soft power e a arquitetura de influência da China na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 126, p. e126037kl, 2025.

MARIANO, Karina Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. Liquid regionalism: a typology for regionalism in the Americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, p. e004, 22 out. 2021.

MARIANO, Karina Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. **Liquid regionalism in the Americas: an analysis of contemporary regional developments**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. v. 29.

MARIANO, Marcelo. Gobierno de Jair Bolsonaro y perspectivas para el Mercosur y la Alianza del Pacífico. In: **Mercosur y Alianza del Pacífico: la convergencia entre los bloques desde la visión de Brasil**. Santiago: Observatorio Estratégico de la Alianza del Pacífico (OEAP) e Observatório de Regionalismo (ODR), 2019. v. 1.

MARIANO, Marcelo. La política exterior brasileña y los procesos de integración regional a partir de la creación de la UNASUR y de la Alianza del Pacífico. In: PASTRANA, Eduardo; JOST, Stefan (org.). **Incidencias regionales y globales de la Alianza del Pacífico**. Cidade do México: Fundación Konrad Adenauer, 2016. p. 205–226.

MARIANO, Marcelo Passini. **A estrutura institucional do Mercosul**. [S.l.]: Aduaneiras, 2000.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul**. [S.l.]: Editora UNESP, 2015b.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, SP, 2007.

MARIANO, Marcelo Passini. A crise doméstica do Brasil e a política externa do governo Temer. **Anuario Política Internacional & Política Exterior 2016-2017**, v. 1, p. 99–105, out. 2017.

MARIANO, Marcelo Passini. O Brasil de Temer: incertezas domésticas e política externa. **Anuario Política Internacional & Política Exterior 2017-2018**, p. 104–109, nov. 2018.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 23–41, out. 2012.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 112, p. 15–54, abr. 2021.

MATTLI, Walter. **The logic of regional integration: Europe and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MAZIEIRO, Guilherme. Governo Bolsonaro quer atrasar entrada da Bolívia no Mercosul. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/08/27/governo-bolsonaro-quer-atrasar-entrada-da-bolivia-no-mercosul.htm>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MAZUI, Guilherme. Governo anuncia que passaporte excluirá inscrição “Mercosul” e adotará brasão da República. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/23/governo-diz-que-brasil-deixara-de-adotar-passaporte-com-simbolo-do-mercosul.ghtml>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MELLADO, Noemi B. Factores de incidencia en la agenda externa del Mercosur: reconfiguración del orden regional. In: MELLADO, Noemi B.; FERNÁNDEZ SACA, Juan Carlos (org.). **Desafíos para el regionalismo latinoamericano en el contexto internacional del siglo XXI**. La Libertad: Editorial Delgado, 2017.

MENEZES, Roberto Goulart; GONÇALVES, Julia Borba. Gobierno de Jair Bolsonaro y perspectivas para el Mercosur y la Alianza del Pacífico. In: **La relación Mercosur y Alianza Pacífico a partir de la política exterior de Brasil**. Santiago: Observatorio Estratégico de la Alianza del Pacífico (OEAP) e Observatório de Regionalismo (ODR), 2019. v. 1.

MENEZES, Roberto Goulart; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. O Brasil e a trajetória recente da integração sul-americana (2008-2015): liderança, competição e novos rumos. In: **Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. v. 1, p. 167–175.

MERCOSUL. **Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do Mercosul**. Ministério das Relações Exteriores, 7 dez. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul-brasilia-7-de-dezembro-de-2012. Acesso em: 5 mar. 2025.

MERCOSUL. **Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do Mercosul**. 21 jul. 2017d.

MERCOSUL. **Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Bolívia**. Brasília, 21 dez. 2017i.

MERCOSUL. **Comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Partes do Mercosul**. Assunção: LII Cúpula de Presidentes do Mercosul, 18 jun. 2018b.

MERCOSUL. **Decisão CMC nº 26/03 - Programa de trabalho do Mercosul 2004-2006.** 16 dez. 2003. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/912>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MERCOSUL. **Decisão CMC nº 32/00 - Relançamento do Mercosul: relacionamento externo.** 29 jun. 2000. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/1248>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no Mercosul.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>. Acesso em: 24 mar. 2023f.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 26ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, mar. 2019b. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/26a-edicion-del-informe-semestral-segundo-semester-2018>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 27ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, out. 2019f. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/27a-edicion-del-informe-semestral-primer-semester-2019>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 28ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, abr. 2020b. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/28a-edicion-del-informe-semestral-segundo-semester-2019>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 29ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, out. 2020g. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/29a-edicion-del-informe-semestral-primer-semester-2020>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 30ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, abr. 2021a. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/informe-semestral-de-la-sm-30a-edicion>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 31ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, dez. 2021h. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/informe-semestral-de-la-secretaria-del-mercosur-31a-edicion>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 32ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, jun. 2022b. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/32a-edicion-del-informe-semestral-junio-2022>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 33ª edición.** Montevideo: Secretaria do Mercosul, nov. 2022e. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/33-informe-semestral-de-la-secretaria-del-mercosur>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe semestral de la Secretaría del MERCOSUR 34ª edición.**

Montevideu: Secretaria do Mercosul, maio 2023a. Disponível em:

<https://www.mercosur.int/documento/34-edicion-del-informe-semestral-mayo-2023>. Acesso em: 13 out. 2025.

MERCOSUL. **Informe técnico de comercio exterior del MERCOSUR 2024.** Comité Técnico nº 6 “Estadísticas del Comercio Exterior del MERCOSUR”, maio 2025.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 06/17: revogação da Decisão CMC nº 63/10.** Montevideu, 14 jul. 2017b.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/ATA nº 02/17: LI reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 20 dez. 2017g.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/P. DEC. nº 37/17: Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul.** Brasília, 20 dez. 2017h.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 01/19: Acordo para a eliminação da cobrança de encargos de roaming internacional aos usuários finais do Mercosul.** Santa Fé, 16 jul. 2019c.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 03/19: Acordo sobre o mecanismo de cooperação consular entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados.** Santa Fé, 16 jul. 2019d.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 13/19: Acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas.** Bento Gonçalves, 16 jul. 2019e.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 10/19: Acordo para a proteção mútua das indicações geográficas originárias nos territórios dos Estados Partes do Mercosul.** Bento Gonçalves, 4 dez. 2019g.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 29/19: Acordo sobre facilitação do comércio do Mercosul.** 4 dez. 2019h. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/75425_DEC_029-2019_PT_Acordo%20Facilitacao%20Comercio.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC nº 11/19: Acordo de reconhecimento mútuo de certificados de assinatura digital.** Bento Gonçalves, 4 dez. 2019i.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 14/19: Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços do Mercosul.** Bento Gonçalves, 4 dez. 2019j.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 20/19: Regulamentação do artigo 20 do Tratado de Assunção (complementação da Decisão CMC nº 28/05).** Bento Gonçalves, 5 dez. 2019k.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 09/19: Estrutura institucional do Mercosul.** Bento Gonçalves, 5 dez. 2019l.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. nº 02/20: Reuniões dos órgãos decisórios do Mercosul pelo sistema de videoconferência.** 5 maio 2020c.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 15/20: Acordo sobre comércio eletrônico do Mercosul.** Montevideu, 15 dez. 2020h.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 08/22: Tarifa externa comum.** Assunção, 22 jul. 2022c.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 06/23: Regime de origem Mercosul.** Puerto Iguazú, 3 jul. 2023b.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 05/23: Regime de origem Mercosul.** Puerto Iguazú, 3 jul. 2023c.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES. n° 03/20: Registro de comentários do setor privado em reuniões do Mercosul.** 30 jun. 2020d.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/ATA n° 04/21 (Corr.1): CXX reunião ordinária do Grupo Mercado Comum.** 23 set. 2021f.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/ATA n° 05/21: CXXI reunião ordinária do Grupo Mercado Comum.** 25 nov. 2021g.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/ATA n° 06/21: LVI reunião extraordinária do Grupo Mercado Comum.** 10 dez. 2021i.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC EXT./ACTA n° 01/16: XI reunión extraordinaria del Consejo del Mercado Común.** Buenos Aires, 14 dez. 2016b.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ACTA n° 01/17: L reunión ordinaria del Consejo del Mercado Común.** Mendoza, 20 jul. 2017c.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ACTA n° 01/19: LIV reunión ordinaria del Consejo del Mercado Común.** Santa Fé, 2019a.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ACTA n° 01/20: LVI reunión ordinaria del Consejo del Mercado Común.** 1 jul. 2020e.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ACTA n° 01/20: XII reunión extraordinaria del Consejo del Mercado Común.** 26 abr. 2021c.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ACTA n° 02/21: LVIII reunión ordinaria del Consejo del Mercado Común.** 7 jul. 2021e.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GMC/ACTA n° 01/21: CXVIII reunión ordinaria del Grupo Mercado Común.** 8 abr. 2021b.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GMC/ACTA n° 03/21: LV reunión extraordinaria del Grupo Mercado Común.** 6 jul. 2021d.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GMC/ACTA n° 01/22: CXXII reunión ordinaria del Grupo Mercado Común.** 27 abr. 2022a.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GMC/ACTA n° 04/22: CXXIV reunión ordinaria del Grupo Mercado Común.** Montevideú, 28 set. 2022d.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GMC/ACTA n° 06/22: CXXV reunión ordinaria del Grupo Mercado Común.** Montevideú, 17 nov. 2022f.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GRELEX/ACTA n° 01/16: VIII reunión del Grupo de Relacionamento Externo.** Montevideú: GRELEX, 9 mar. 2016a.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GRELEX/ACTA n° 01/17: IX reunión del Grupo de Relacionamento Externo.** Buenos Aires, 8 mar. 2017a.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GRELEX/ATA n° 02/17: X reunião do Grupo de Relacionamento Externo.** Brasília, 2 ago. 2017e.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GRELEX/ACTA n° 02/18: XII reunión del Grupo de Relacionamento Externo.** Montevideú: GRELEX, 2 ago. 2018c.

MERCOSUL. **MERCOSUR/GRELEX/ACTA n° 02/20: XVI reunión del Grupo de Relacionamento Externo.** 27 jul. 2020f.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto.** 1994. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-ouro-preto-adicional-tratado-asuncion-estructura-institucional-mercosur/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia.** 1998. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-ushuaia-compromiso-democratico-mercosur-bolivia-chile/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MERCOSUL. **Relatório de atividades da Secretaria do Mercosul 2017.** Secretaria do Mercosul, 2018a.

MERCOSUL. **Relatório de atividades da Secretaria do Mercosul 2019.** 2020a.

MERCOSUL. **Sistema de estatísticas de comércio exterior do Mercosul.** SECEM, 2026. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção.** 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/tratado-de-assuncao-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MERCOSUL; ALIANÇA DO PACÍFICO. **Anexo I - acciones para la implementación de la hoja de ruta MERCOSUR–Alianza del Pacífico.** Montevideú, 4 ago. 2017a.

MERCOSUL; ALIANÇA DO PACÍFICO. **Anexo V - hoja de ruta MERCOSUR–Alianza del Pacífico.** Montevideú, 4 ago. 2017b.

MERCOSUL; ALIANÇA DO PACÍFICO. **Reunião sobre cooperação em ventanillas únicas de comercio exterior.** Montevideú, 8 set. 2017c.

MERCOSUL; ARGENTINA. **MERCOSUR/L CMC/DI n° 01/17: Informe de resultados da Presidência Pro Tempore Argentina (PPTA) 2017.** Mendoza, 20 jul. 2017.

MERCOSUL; BRASIL. **MERCOSUL/LI CMC/DI n° 06/17: Relatório de atividades da Presidência Pro Tempore brasileira 2017**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 20 dez. 2017b.

MERCOSUL; BRASIL. **MERCOSUL/LV CMC/DI n° 12/19: Relatório de atividades da Presidência Pro Tempore brasileira 2019**. Bento Gonçalves: Ministério das Relações Exteriores, 4 dez. 2019.

MERCOSUL; BRASIL. **Nota PPTB n° 469/2017: MERCOSUL–Aliança do Pacífico – roteiro de atividades “hoja de ruta”; marco jurídico sobre facilitação do comércio entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico; proposta do MERCOSUL**. 15 dez. 2017a.

MERCOSUL; CANADÁ. **Declaração conjunta sobre a conclusão do diálogo exploratório relativo a um possível acordo de livre comércio integral entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados-Membros do Mercosul, e Canadá**. Assunção, 9 mar. 2018.

MERCOSUL; URUGUAI. **Informe de la Presidencia Pro Tempore del Mercosur Uruguay 2020**. 15 dez. 2020.

MERCOSUL; URUGUAI. **MERCOSUR/LIII GMC/DI n° 08/18: Informe de la Presidencia Pro Tempore de Uruguay (PPTU)**. Montevideú, 18 dez. 2018.

MILNER, Helen. **Interests, institutions, and information: domestic politics and international relations**. [S.l.]: Princeton University Press, 1997.

MORAVCSIK, Andrew. Introduction: integrating international and domestic theories of international bargaining. In: EVANS, Peter B.; JACOBSON, Harold Karan; PUTNAM, Robert D. (org.). **Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics**. Berkeley: University of California Press, 1993.

MORAVCSIK, Andrew. Liberal intergovernmentalism and integration: a rejoinder. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 33, n. 4, p. 611–628, 1995.

MORAVCSIK, Andrew. **Liberalism and international relations theory**. [S.l.]: Center for International Affairs, Harvard University. 1992.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences, power and institutions in 21st-century Europe. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 56, n. 7, p. 1648–1674, nov. 2018.

MORAVCSIK, Andrew. Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics. **International Organization**, v. 51, n. 4, p. 513–553, 1997.

MORAVCSIK, Andrew. **The choice for Europe: social purpose and state power from Messina to Maastricht**. London: Routledge, 1998.

MORAVCSIK, Andrew. The new liberalism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (org.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MORAVCSIK, Andrew; SCHIMMELFENNIG, Frank. Liberal intergovernmentalism. In: WIENER, Antje; BÖRZEL, Tanja A.; RISSE-KAPPEN, Thomas (org.). **European integration theory**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019a. p. 67–87.

MORAVCSIK, Andrew; SCHIMMELFENNIG, Frank. Liberal intergovernmentalism (draft). In: WIENER, Antje; BÖRZEL, Tanja A.; RISSE-KAPPEN, Thomas (org.). **European integration theory**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2019b. p. 67–87.

NEAMP. Jair Messias Bolsonaro - Lideranças Políticas NEAMP. **Navegador Político do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), da PUC-SP**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 13 mar. 2026.

NERY, Tiago; BRAGA, Pablo Saturnino; WINTER, Kethlyn. Crises da democracia liberal e ascensão da extrema direita: ruptura e desconstrução da política externa brasileira no governo Bolsonaro. In: DUARTE, Rubens de S.; MILANI, Carlos R. S. (org.). **Política externa, lideranças autoritárias e ultraconservadorismo**. Curitiba: Appris Editora, 2024. p. 65–92.

NEVES, Bárbara Carvalho. **Regionalismo e integração da infraestrutura na América do Sul: uma análise diante da crise regional (2014-2022)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 1 set. 2023.

NIEBIESKIKWIAT, Natasha. Luis Lacalle Pou ratificó su postura de firmar acuerdos extra Mercosur y Jair Bolsonaro lo apoyó. **Clarín**. Disponível em: https://www.clarin.com/economia/luis-lacalle-pou-ratifico-postura-firmar-acuerdos-extra-merc-sur-jair-bolsonaro-apoyo_0_8zWMiFoQy.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

NIEMANN, Arne; LEFKOFRIDI, Zoe; SCHMITTER, Philippe C. Neofunctionalism. In: WIENER, Antje; BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (org.). **European integration theory**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 43–63.

NOLTE, Detlef. The EU crisis and the comparative study of Latin American regionalism. In: NOLTE, Detlef; WEIFFEN, Brigitte (org.). **Regionalism under stress: Europe and Latin America in comparative perspective**. London: Routledge, 2020.

NOLTE, Detlef; SCHENONI, Luis L. To lead or not to lead: regional powers and regional leadership. **International Politics**, v. 61, n. 1, p. 40–59, 2021.

OELSNER, Andrea. The institutional identity of regional organizations, or Mercosur's identity crisis. **International Studies Quarterly**, v. 57, n. 1, p. 115–127, 2013.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes; ONUKI, Janina. Grupos de interesses e a política comercial brasileira: a atuação na arena legislativa. **Papéis Legislativos**, n. 8, p. 1–20, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **Mercosul: atores políticos e grupos de interesses brasileiros**. [S.l.]: Editora Unesp, 2003.

ONUKEI, Janina. Los cambios internacionales y el futuro del Mercosur. In: CAETANO, Gerardo; HERNÁNDEZ NILSON, Diego (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

PARAGUASSU, Lisandra. Brasil dá calote em fundo do Mercosul. **O Estado de S. Paulo**, 16 jul. 2015.

PENA, Celina et al. **Informe Mercosur n° 26: Mercosur: divergencias estratégicas y consensos pragmáticos**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/node/34533>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PENA, Celina; GAYÁ, Romina; SVARZMAN, Gustavo. **Informe Mercosur n° 25: 2022 - el devenir del Mercosur: claves internas y externas**. [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, 9 set. 2022. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/informe-mercotur-no-25-2022-el-devenir-del-mercotur-claves-internas-y-externas>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio; RIOS, Danniele Varella. Permeabilidade da política comercial brasileira diante da participação da Coalizão Empresarial Brasileira durante as negociações do acordo Mercosul e União Europeia. **Mural Internacional**, v. 12, p. e57620, 8 set. 2021.

PHILLIPS, Nicola. Hemispheric integration and subregionalism in the Americas. **International Affairs**, v. 79, n. 2, p. 327–349, mar. 2003.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. [S.l.]: Zahar, 2004.

PINHEIRO, Letícia; SANTOS, Leandro Wolpert dos. O Itamaraty na política externa do governo Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-itamaraty-na-politica-externa-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PMDB; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/UMA-PONTE-PARA-O-FUTUR-O.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

POSE-FERRARO, Nicolás. Changing preferences: how the organizations representing Brazilian industry came to support the European Union-Mercosur trade negotiation. **Review of International Political Economy**, p. 1–30, 3 fev. 2026.

POSE-FERRARO, Nicolás. **The political economy of industry organizations and Mercosur's North-South trade negotiations: the cases of Brazil and Argentina**. [S.l.]: Springer Nature Switzerland, 2023.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427–460, 1988.

QUILICONI, Cintia; ESPINOZA, Raúl Salgado. Latin American integration: regionalism à la carte in a multipolar world? **Colombia Internacional**, n. 92, p. 15–41, 2017.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Política externa e regionalismo em um ambiente internacional em transformação. **Mural Internacional**, v. 7, n. 2, p. 151–166, 30 dez. 2017.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini. As relações com a América do Sul (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO, Walter Antônio et al. (org.). **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. [S.l.]: Ipea, 2018.

RAMÍREZ, Lautaro Martín. Punto de inflexión para el Mercosur en razón de las negociaciones económicas internacionales. In: MELLADO, Noemi B.; FERNÁNDEZ SACA, Juan Carlos (org.). **Desafíos para el regionalismo latinoamericano en el contexto internacional del siglo XXI**. La Libertad, El Salvador: Editorial Delgado, 2017.

RAMOS MARTÍNEZ, Alejandro et al. **Informe MERCOSUR nº 22: renovando la integración**. [S.l.]: Inter-American Development Bank, dez. 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/informe-mercosur-no-22-renovando-la-integracion>. Acesso em: 4 jan. 2025.

REGO, Daniel Alem; JESUS JÚNIOR, Leonardo Bispo de. A Agenda FIESP II: uma análise econômica do apoio da entidade ao impeachment de 2016. **Desenvolvimento em Debate**, v. 12, n. 1, 2024.

RIBEIRO, Marcelo; DI CUNTO, Raphael. Maia deve pautar adesão da Bolívia ao Mercosul mesmo com PSL contra. **Valor Econômico**. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/08/28/maia-deve-pautar-adesao-da-bolivia-ao-mercosul-mesmo-com-psl-contras.html>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RIBEIRO, Pedro Feliú. **Comportamento legislativo e política externa na América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (org.). **The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. v. 4.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. Post-hegemonic regionalism. In: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. [S.l.]: Oxford University Press, 2021.

RIOS, Sandra Polónia et al. **Informe Mercosul 2020: sob a pressão da agenda externa**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, nov. 2020. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/node/29453>. Acesso em: 30 jul. 2024.

RODRIGUES, Gilberto M. A. ¿El Trump del trópico? Política exterior de ultraderecha en Brasil. **Análisis Carolina**, 15 abr. 2019.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Damián et al. Região, regionalismo e Mercosul. **Quo vadis?**, jul. 2024.

ROSALES, Osvaldo. **La Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: hacia la convergencia en la diversidad**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 2014. Disponível em: <https://pacificallianceblog.com/wp-content/uploads/2018/01/2014-CEPAL-La-Alianza-del-Pacifico-y-el-MERCOSUR-Hacia-la-Convergencia-en-la-Diversidad.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROZEMBERG, Ricardo et al. **Informe MERCOSUR: hacia un cambio necesario**. [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto para a Integração da América Latina e Caribe, jun. 2019.

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 9, n. 1, 8 jun. 2020.

SALLES, Marcus Maurer de; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. O Estatuto da Cidadania do Mercosul: os fundamentos jurídico-institucionais para a construção de uma cidadania regional. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 1, p. 55–74, 29 out. 2021.

SANAHUJA, José Antonio. Beyond the Pacific–Atlantic divide: Latin American regionalism before a new cycle. In: BRICEÑO-RUIZ, José; MORALES, Isidro (org.). **Post-hegemonic regionalism in the Americas: toward a Pacific–Atlantic divide?** [S.l.]: Routledge, 2017.

SANAHUJA, José Antonio. COVID-19: risco, pandemia y crisis de gobernanza global. In: MESA, Manuela (org.). **Anuario CEIPAZ 2019-2020: riesgos globales y multilateralismo: el impacto de la COVID-19**. [S.l.]: CEIPAZ, 2020.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al regionalismo post-liberal: crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe. **Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES)**, 2009.

SANAHUJA, José Antonio. Apresentação. In: CAETANO, Gerardo; HERNÁNDEZ NILSON, Diego (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Internacionalismo reaccionario y nuevas derechas neopatriotas latinoamericanas frente al orden internacional liberal. **Conjuntura Austral**, v. 11, n. 55, p. 22–34, 30 set. 2020.

SANAHUJA, José Antonio; RODRÍGUEZ DÍAZ, Jorge Damián. Twenty years of EU–MERCOSUR negotiations: inter-regionalism and the crisis of globalisation. In: GARCÍA, María J.; ARANA, Arantza Gómez (org.). **Latin America–European Union relations in the twenty-first century**. [S.l.]: Manchester University Press, 2022.

SANAHUJA, José Antonio; RODRÍGUEZ, Jorge Damián. **El acuerdo Mercosur - Unión Europea: escenarios y opciones para la autonomía estratégica, la transformación productiva y la transición social y ecológica**. [S.l.]: Fundación Carolina, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/ac-20-2021/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANAHUJA, José Antonio; RODRÍGUEZ, Jorge Damián. Unión Europea y Mercosur: cuatro nudos ¿y un desenlace? **Nueva Sociedad**. jun. 2024. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/311-UE-y-mercotur-cuatro-nudos-un-desenlace/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, n. 44, p. 25–35, dez. 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes. Prefácio. In: SARAIVA, Miriam Gomes; HERNÁNDEZ, Lorena Granja (org.). **Estudos de política externa: o Brasil e a América do Sul**. [S.l.]: Lemos Mídia, 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes. Procesos de integración de América del Sur y el papel de Brasil: los casos del Mercosur y la Unasur / integration processes in South America and the role of Brazil: the cases of Mercosur and Unasur. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n. 97/98, p. 87–100, 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes. South America at the core of Brazilian foreign policy during Bolsonaro's administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 2, p. e024, 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. Como mudar uma política externa? **CEBRI - Revista**. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/13/como-mudar-uma-politica-externa>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SARAIVA, Miriam Gomes; MELLO, Beatriz Bandeira de. El fracaso de la política exterior populista: la política exterior brasileña en el gobierno de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022. **Relaciones Internacionales**, v. 33, n. 67, p. 192–192, 30 ago. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117–137, dez. 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes; VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. A política externa brasileira e o “fim de ciclo” na América do Sul: para onde vamos? **Revista Pensamiento Proprio**, n. 44, p. 295–324, 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes; WEHNER, Leslie E.; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Populists and regional organizations: lessons from Bolsonaro's Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 67, n. 1, p. e009, 2024.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo federal**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/artigo/24/presenca-de-militares-em-cargos-e-funcoes-com-issionados-do-executivo-federal>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 80, p. 9–44, 2010.

SCHMITTER, Philippe C. A revised theory of regional integration. **International Organization**, v. 24, n. 4, p. 836–868, 1970.

SCHREIBER, Mariana. O que é o “orçamento secreto” e por que virou arma eleitoral contra Bolsonaro? **BBC News Brasil**, 5 set. 2022.

SERRA, José. Vinte e cinco anos e muito por fazer. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaovinte-cinco-anos-muito-por-fazer-19678658>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SILVA, Nathan Moraes Pinto da. Os mercadores da dúvida e a diplomacia brasileira: o negacionismo climático na política externa do governo Bolsonaro. In: SARAIVA, Miriam Gomes; HERNÁNDEZ, Lorena Granja (org.). **Estudos de política externa: o Brasil e a América do Sul**. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2018.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. In: ABRANCHES, Sérgio (org.). **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da transição. **Folha de S. Paulo**, 29 out. 2014b.

SPEKTOR, Matias. O projeto autonomista na política externa brasileira. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.). **Política externa, espaço e desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014a. v. 3.

STF. STF concluiu julgamento de ações contra réus que planejaram golpe de Estado.

Supremo Tribunal Federal. 17 dez. 2025. Disponível em:

<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-concluiu-julgamento-de-acoes-contra-reus-que-planejaram-golpe-de-estado/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

TEMER, Michel. Dois destinos, um só objetivo. **O Estado de S. Paulo**, 23 jul. 2018.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-artigos/michel-miguel-elias-temer-lulia-2016-2018/artigo-dois-destinos-um-so-objetivo-o-estado-de-s-paulo-23-07-2018>. Acesso em: 10 jan. 2025.

TEMER, Michel. Mercosul: caminhos para o futuro. **Valor Econômico**, 21 jul. 2017a.

Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/artigos-do-presidente-michel-temer/mercosul-caminhos-para-o-futuro>. Acesso em: 11 mar. 2026.

TEMER, Michel. Um Mercosul de resultados. **O Globo**, 21 dez. 2017b. Disponível em:

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/artigos-do-presidente-michel-temer/um-mercosul-de-resultados>. Acesso em: 1 jul. 2024.

TUSSIE, Diana. Las trayectorias del Mercosur: su inserción en un mundo que no para de cambiar. In: CAETANO, Gerardo; HERNÁNDEZ NILSON, Diego (org.). **30 años del Mercosur: trayectorias, flexibilización e interregionalismo**. Montevideo: Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2022.

UNCTAD. **Key statistics and trends in international trade 2017: the status of world trade**. Nova York e Genebra: United Nations; United Nations Conference on Trade and Development, 2018. Disponível em:

https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2017d6_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNCTAD. **Key statistics and trends in international trade 2018: international trade rebounds**. Genebra: United Nations; United Nations Conference on Trade and Development, 2019. Disponível em:

https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2019d2_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNCTAD. **Key statistics and trends in international trade 2019: international trade slump**. Genebra: United Nations; United Nations Conference on Trade and Development,

2020. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2019d7_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNCTAD. **Key statistics and trends in international trade 2020: trade trends under the COVID-19 pandemic**. Genebra: United Nations; United Nations Conference on Trade and Development, 2021. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2020d4_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

UNCTAD. **Key statistics and trends in international trade 2021: the effects of the COVID-19 pandemic on international trade**. Genebra: United Nations; United Nations Conference on Trade and Development, 2022. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2022d3_en.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

URUGUAI. Uruguay y China fijaron plazos para acuerdo de libre comercio en 2018, a 30 años de reinicio de relaciones diplomáticas. **Presidencia de Uruguay**. 19 jun. 2016. Disponível em: <https://www.gub.uy/presidencia/comunicacion/noticias/uruguay-china-fijaron-plazos-para-acuerdo-libre-comercio-2018-30-anos>. Acesso em: 15 jan. 2025.

URUGUAI. Lacalle Pou y Bolsonaro analizaron la posibilidad de flexibilizar el comercio con países fuera del Mercosur. **Ministerio de Relaciones Exteriores**. 3 fev. 2021a. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/comunicados/lacalle-pou-bolsonaro-analizaron-posibilidad-flexibilizar-comercio-paises>. Acesso em: 15 jan. 2025.

URUGUAI. LVIII reunión ordinaria del Consejo del Mercado Común (CMC) del Mercosur – Estados Partes y Bolivia. **Ministerio de Relaciones Exteriores**. 7 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/comunicados/lviii-reunion-ordinaria-del-consejo-del-mercado-comun-cmc-del-mercosur>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VADELL, Javier A.; GIACCAGLIA, Clarisa. El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral. **Foro Internacional**, p. 1041–1080, 30 jun. 2020.

VALFRÉ, Vinicius. Pela 1a vez, ex-presidente e generais são presos por tentativa de golpe e podem perder patentes. **O Estado de S. Paulo**. 25 nov. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pela-1-vez-ex-presidente-e-generais-sao-presos-por-tentativa-de-golpe-e-podem-perder-patentes>. Acesso em: 26 jan. 2026.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. [S.l.]: CEPAL, 2007.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. O papel dos acordos preferenciais de comércio em um novo ciclo de abertura comercial do Brasil nos anos 2020. **Breves Cindes**, n. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes), 2022.

VIGEVANI, Tullo. **Mercosul: impactos para trabalhadores e sindicatos**. [S.l.]: LTr, 1998.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. 2. ed. [S.l.]: Editora Unesp, 2011.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **Os desafios da integração regional no sul global: o caso da política externa brasileira para o Mercosul**. São Paulo: Editora Unesp; INCT INEU, 2023.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **The challenges for building regional integration in the global South: the case of Brazilian foreign policy towards Mercosur**. [S.l.]: Springer International Publishing, 2022. v. 18.

VILLA, Rafael Duarte; CORDEIRO, Fábio Cereda. Ganhos relativos ou política doméstica? Os tratados do Canal do Panamá como um jogo de dois níveis. **Contexto Internacional**, v. 28, n. 2, p. 301–353, dez. 2006.

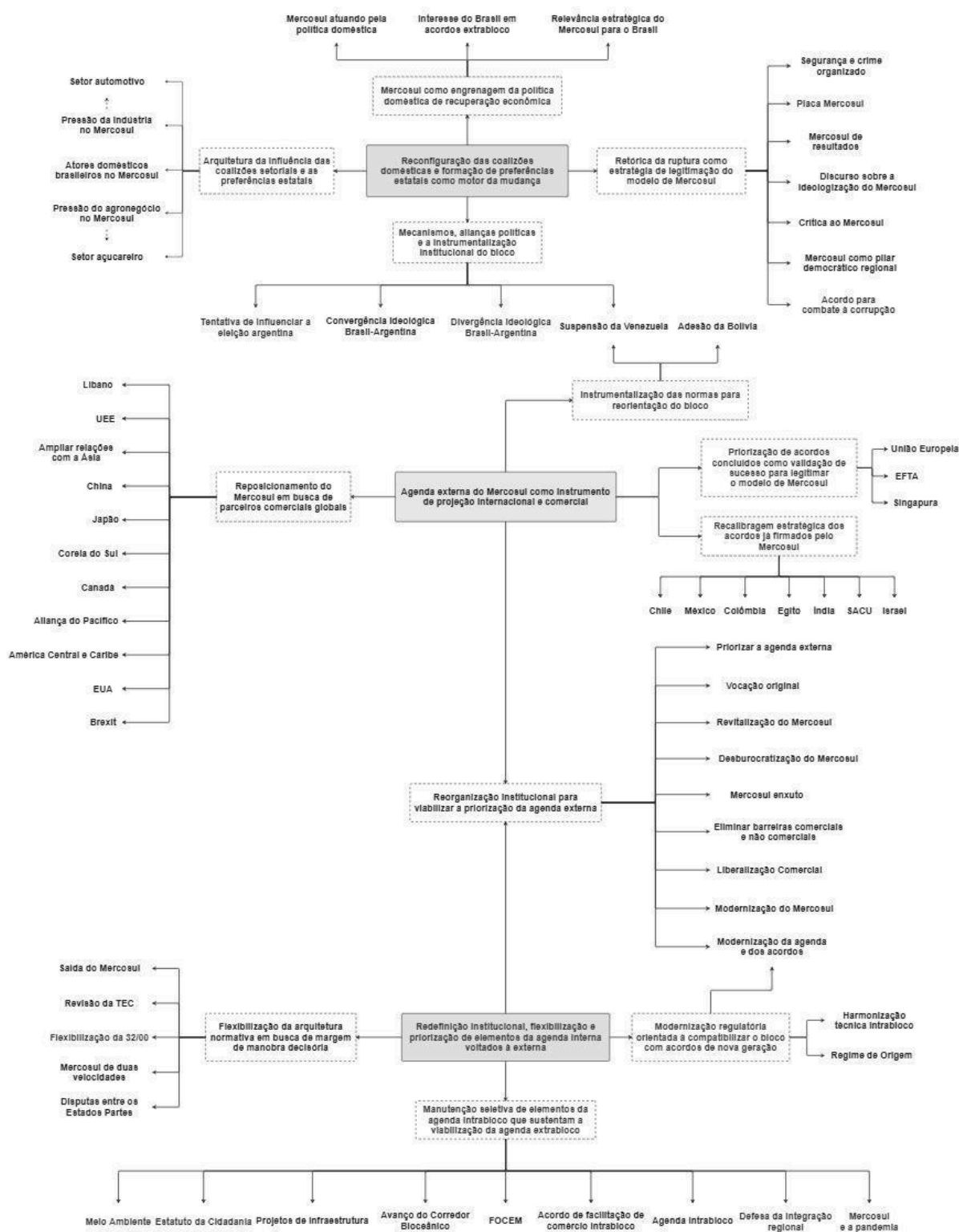
YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

ZELICOVICH, Julieta. Juntos, pero no tanto: un recorrido por la agenda de negociaciones comerciales externas del MERCOSUR (1991-2015). **Revista Integración y Cooperación Internacional**, n. 21, p. 16–26, 2015.

ZELICOVICH, Julieta. Usos estratégicos de las negociaciones comerciales internacionales en un orden de hegemonías en disputa. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 7, n. 3, p. 692–717, 28 nov. 2018.

ZELICOVICH, Julieta. ¿Lo que no te mata te fortalece? El Mercosur en tiempos de pandemia. **Temas y Debates**, v. 24, p. 419–427, 2020.

APÊNDICE A – MAPA TEMÁTICO FINAL



APÊNDICE B – ENTREVISTAS SOB ANONIMATO

A tabela abaixo apresenta a identificação das fontes entrevistadas sob anonimato ao longo da pesquisa. Com o objetivo de preservar integralmente o anonimato dos participantes, todas as descrições foram redigidas no masculino, independentemente do gênero da pessoa entrevistada, evitando assim qualquer elemento que pudesse permitir sua identificação.

Entrevistado 1	Ex-integrante do Poder Executivo federal no governo de Michel Temer
Entrevistado 2	Diplomata com atuação em negociações regionais ao longo do período analisado
Entrevistado 3	Diplomata com atuação em temas regionais nas Américas ao longo do período analisado
Entrevistado 4	Diplomata com atuação em negociações econômicas internacionais ao longo do período analisado
Entrevistado 5	Diplomata com atuação em negociações econômicas internacionais
Entrevistado 6	Servidor público federal com atuação em temas agrícolas e comerciais no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em diferentes administrações federais
Entrevistado 7	Servidor público federal com atuação em política comercial no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e no Ministério da Economia no governo Bolsonaro
Entrevistado 8	Servidor público federal com atuação em política comercial no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e no Ministério da Economia no governo Bolsonaro
Entrevistado 9	Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Entrevistado 10	Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O EX-CHANCELER

ALOYSIO NUNES FERREIRA

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Metadados:

Entrevistado: Aloysio Nunes Ferreira

Cargo / função: Ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil (2017-2018)

Entrevistadora: Talita Ângulo Erédia Marchão

Data: 30 de setembro de 2025

Formato: Videoconferência

Idioma: Português

Tipo de entrevista: Semiestruturada

A entrevista foi realizada em formato remoto, mediante videoconferência, com duração aproximada de 60 minutos. O entrevistado autorizou a gravação da entrevista e a utilização de seu nome e de sua posição institucional para fins acadêmicos. O registro foi realizado por meio de gravação audiovisual, com autorização prévia do entrevistado para a utilização do material e de sua identificação para fins acadêmicos. Foram apresentados os objetivos da pesquisa, as condições de participação e os procedimentos de uso e armazenamento dos dados, conforme previsto no termo de consentimento informado. A participação na pesquisa ocorreu de forma voluntária, sendo assegurado ao entrevistado o direito de interromper sua participação a qualquer momento ou de recusar responder a qualquer pergunta. Também foi garantida a possibilidade de anonimato e sigilo das informações, caso solicitado pelo participante. Neste caso específico, o entrevistado autorizou a identificação de seu nome e de sua posição institucional. As opiniões expressas pelo entrevistado refletem suas interpretações pessoais sobre os eventos discutidos e não representam necessariamente posições oficiais de instituições governamentais. A seguir apresenta-se a transcrição integral da entrevista.

Entrevistadora: Durante o período em que o senhor esteve à frente do Itamaraty, como o governo via o papel do Mercosul dentro da política externa brasileira? Falava-se naquele momento em reformulação e modernização do bloco. O que representava o Mercosul, naquele contexto, para a política externa brasileira?

Aloysio Nunes Ferreira: Quando eu assumi o Ministério das Relações Exteriores, o Mercosul tinha passado por um período longo de afastamento das questões econômicas e

comerciais. O bloco vinha se dedicando a outros temas relevantes, mas a dimensão econômico-comercial havia ficado em segundo plano. Nossa prioridade era fazer com que o Mercosul funcionasse efetivamente como uma área de livre comércio entre nós. O Partido Comunista do Uruguai fazia parte do governo dele, da Frente Ampla, mas que foi sempre muito desejoso de uma abertura.

Lembro que, na minha primeira reunião como ministro das Relações Exteriores, fiz uma visita, como é de praxe, à Argentina, onde me encontrei com a minha colega na época, a [então chanceler] Susana Malcorra. Estava presente também o ex-vice-presidente do Uruguai, que na ocasião era o ministro das Relações Exteriores [Rodolfo] Nin Novoa, hoje embaixador do Uruguai no Brasil. Lembro que o Novoa queria que fizéssemos um acordo de livre comércio com a China. E eu disse a ele: “Olha, se eu aceitar esse acordo, não posso passar em frente à FIESP de São Paulo, porque sou morto à pauladas”. Mas, enfim, havia um desejo de abertura.

E nós nos dedicamos a um exercício de levantar todas as exceções e todos os entraves ao livre comércio dentro do bloco. Fizemos um levantamento de tudo aquilo que não funcionava, que eram as exceções, as barreiras de diferentes naturezas, muitas delas usadas como pretextos para fechamento de mercado, barreiras sanitárias, fitossanitárias etc. E fizemos esse levantamento buscando eliminar essas barreiras. Da mesma forma fizemos em relação às exceções da tarifa externa comum.

Esse exercício foi feito por nós, os quatro ministros do Mercosul, ao mesmo tempo em que procuramos relançar negociações com a União Europeia. Se diz que a negociação com a Europa dura 20 anos. Não é verdade, ela começou há 20 anos, 25 anos, mas ficou em letargia por muito tempo por razões próprias da Europa e do próprio Mercosul.

Para aquela conjuntura política foi importante essa conjunção de desejo políticos de retomar e chegar a um acordo de associação econômica com a Europa, com os países da União Europeia. O que correspondia também na União Europeia a um desejo de reforçar o que já chamava na época de autonomia estratégica. Eu ouvi essa expressão "autonomia estratégica" dos negociadores europeus nessa época. Também relançamos negociação com a EFTA, que foi agora concluída. E a negociação com Singapura, que já foi concluída também e, se eu não me engano, está agora pendente de ratificação no Congresso.

Mesma coisa em relação a outros países da América do Sul: fizemos acordos de complementação econômica para dinamizar a relação entre o Mercosul e Colômbia, por exemplo. O acordo entre Mercosul e Colômbia é importante. Com o México também fizemos

algo semelhante em relação ao setor automotivo. Então, foi num movimento para afirmar a dimensão econômica-comercial do Mercosul.

Entrevistadora: As negociações com o Canadá também foram abertas naquele período, não foram? Agora estão tentando retomá-las....

Aloysio Nunes Ferreira: Exatamente. Canadá também. Então, essa era a orientação. O Mercosul sempre foi, desde que foi criado, um dos objetivos, uma das pedras angulares da diplomacia brasileira. Sempre foi. Mas essa dimensão econômico-comercial realmente ganhou mais corpo nesse período.

Prosseguiu depois no governo Bolsonaro, quando chegaram até à conclusão da negociação técnica [do acordo com a União Europeia]. Agora houve uma retomada no governo Lula, depois que a União Europeia enviou ao Mercosul aquela *side letter* sobre questões ambientais, o que ensejou uma reabertura da negociação por parte do governo brasileiro e também do Parlamento Europeu.,

Incluímos a observância do Acordo de Paris no texto do acordo de associação com a Europa. Houve também algumas disposições mais protecionistas em relação à produção de carros elétricos nos países do Mercosul e uma reafirmação da possibilidade de promovermos políticas industriais em alguns setores por meio de compras governamentais. Aliás, foi a explicitação de algo que, na minha opinião, já estava previsto no acordo. Enfim, é basicamente isso.

Entrevistadora: O senhor mencionou essa conjuntura quase perfeita naquele momento entre os quatro países sócios do Mercosul. Eu queria entender como era a relação do Brasil com os demais sócios, considerando que, no Mercosul, todos os Estados têm formalmente o mesmo poder de voto e de veto – inclusive os Estados Pequenos, no conceito de relações internacionais.

O Brasil ainda é a maior economia do bloco, o maior contribuinte do FOCEM e, em grande medida, o mercado que atrai o interesse externo. Quando um parceiro busca negociar com o Mercosul, muitas vezes está interessado no acesso ao mercado brasileiro e também aos produtos brasileiros. Nesse contexto, como era a relação do Brasil com os demais sócios do Mercosul?

Aloysio Nunes Ferreira: É uma relação que sempre tem em todo pacto comercial. Sempre tem momentos de tensão em relação a um ou outro item do comércio, mas são problemas que vão sendo resolvidos. Lembro que, com o Uruguai, frequentemente tínhamos a questão dos laticínios. A produção uruguaia acabava conflitando com os interesses dos produtores brasileiros, especialmente no Sul do país. Com o Paraguai havia a questão das autopeças produzidas pelas *maquilas*. Fiquei sabendo, por exemplo, que existe uma peça chamada “chicote”, que eu nem imaginava que existisse. Os paraguaios foram produzindo esse chicote, e era preciso ter alguma disciplina em relação a esse chicote no Paraguai para abastecer a indústria automobilística brasileira.

Esse tipo de problema aparece normalmente. Havia também o vinho com a Argentina. A Argentina nunca quis introduzir o setor automobilístico plenamente no acordo. Havia restrições também em relação ao açúcar brasileiro. Mas isso são coisas que acontecem. Há momentos de maior tensão, mas prevaleceu, da parte do Brasil, uma posição de abertura e de compreensão das dificuldades dos nossos sócios.

Entrevistadora: Eu perguntei porque o Uruguai é muito vocal. Ainda que seja um país pequeno, faz bastante barulho...

Aloysio Nunes Ferreira: Com certeza, faz barulho.

Mas havia a compreensão, por parte do Brasil, de que era preciso acomodar esses interesses. O Brasil é uma economia grande e ocupa uma posição natural de liderança em muitos processos. E a nossa preocupação era em manter a coesão do Mercosul, superando os problemas tópicos que surgiam, de modo a manter o Mercosul como uma plataforma importante de inserção do Brasil no mundo, na economia mundial. E também na economia regional, porque nós tivemos processo de aproximação do Mercosul com os países andinos. Porque ali, primeiro uma organização...

Entrevistadora: A Aliança do Pacífico...

Aloysio Nunes Ferreira: Isso, a Aliança do Pacífico. Tivemos várias reuniões em busca de entendimentos entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico.

Entrevistadora: Nos discursos do senhor, do ministro José Serra e do presidente Temer aparece com frequência a ideia de aproximação entre o Mercosul e a Aliança do

Pacífico. Foi também o momento em que Argentina e Uruguai passaram a participar como observadores da Aliança do Pacífico.

Aloysio Nunes Ferreira: Isso.

Entrevistadora: E o Brasil acabou ficando de fora – e ainda está. Nas entrevistas de pesquisa de campo que fiz recentemente em Brasília, algumas pessoas comentaram que essa relação com a Aliança do Pacífico avançava mais quando a presidência rotativa estava com o Chile, porque a relação do Brasil com o Chile era muito boa.

Como foi construída essa ideia de aproximação com a Aliança do Pacífico? Ou seja, não apenas olhar para a agenda extrarregional, mas também para essa articulação regional. Porque foi no governo do qual o senhor fez parte que essa aproximação começou a ser construída.

Aloysio Nunes Ferreira: Sim, foi. Eu acho que realmente, em relação ao Chile, tivemos um processo muito intenso de aproximação. Firmamos um acordo de complementação econômica que vai muito além da parte tarifária e comercial. Esse acordo envolveu outras questões – regulatórias, promoção de gênero, pequenas e médias empresas – uma série de temas que vão além da dimensão propriamente comercial. Então, com o Chile, penso que isso aconteceu.

Em relação aos outros países, menos. Creio que por falta de interesse dos nossos vizinhos, que já têm uma relação comercial conosco baseada nos acordos da Aladi. A gente já tem uma plataforma de entendimento do nosso vizinho através da Aladi. Nós queríamos ir além disso. Em alguns casos conseguimos avançar um pouco, por exemplo com a Colômbia, onde fomos além do que estava previsto na Aladi. Mas, né? Mas havia problemas políticos em relação à Bolívia, e o Peru também vivia um quadro de muita instabilidade política. Mas, basicamente, era isso.

Entrevistadora: O Equador entra nesse contexto, já que o acordo do Mercosul com o Equador, na verdade, é com a Comunidade Andina, não é? Não existe um acordo direto com o Equador.

Aloysio Nunes Ferreira: Isso, isso. Acho que não avançou como gostaríamos que tivesse avançado. Mas o Equador tinha um problema bilateral, que era a questão da banana e do camarão. E inventamos que havia problemas fitossanitários com a banana do Equador. Mentira. Tinha problema de proteção da produção de banana do Vale do Ribeira. Tanto que, quando retomamos a importação de banana, depois o [presidente Jair] Bolsonaro voltou a fechar por causa dos interesses dele no Vale do Ribeira.

Entrevistadora: O senhor mencionou anteriormente a FIESP, e eu gostaria de retomar esse ponto. Nas entrevistas de campo que realizei recentemente em Brasília, conversei com representantes do setor industrial e ouvi com frequência o seguinte argumento: “Ásia não. Olha para a Europa, para os vizinhos, para o Canadá – mas Ásia não.”

O senhor comentou há pouco sobre a China. Como essa questão aparecia nas discussões naquele período?

Aloysio Nunes Ferreira: Mas com a Europa, eles estavam muito reticentes em relação ao acordo com a União Europeia...

Entrevistadora: Sim, o setor industrial era bastante reticente ao acordo com a União Europeia. Estive recentemente na CNI e me chamou a atenção que hoje o setor já apresenta um discurso mais favorável ao acordo.

Eu queria entender duas coisas. Primeiro, quais são os setores no Brasil que conseguem influenciar mais diretamente a construção da política externa. Nas entrevistas de campo que fiz em Brasília, conversando com representantes empresariais e com diferentes ministérios, tentei justamente compreender como as demandas econômicas chegam ao Itamaraty e se traduzem – ou não – em política externa. No caso do agronegócio isso parece mais fácil de observar, porque muitas vezes as demandas do setor acabam aparecendo em resultados concretos.

E, em segundo lugar, como vocês conseguiram superar a resistência do setor industrial ao acordo com a União Europeia?

Aloysio Nunes Ferreira: Bem, o agro é muito influente, como você acaba de dizer e com evidência. Havia alguns problemas em relação à agroindústria, por exemplo o setor vinícola brasileiro, especialmente o do Rio Grande do Sul, que estava muito reticente ao

acordo com a União Europeia por causa da proteção ao mercado. Porque o acordo vai permitir a importação de vinho da Europa. Hoje a tarifa já caiu para cerca de 35% e deve cair a zero.

Então havia ali uma resistência que foi contornada com um esforço muito grande do nosso ministro da Agricultura na época, Blairo Maggi, que, em entendimento com a representação política do Rio Grande do Sul – leia-se a senadora Ana Amélia – conseguiu algum tipo de compensação, algum tipo de política, digamos, protetiva, de investimentos e outras compensações fora da tarifa para o setor do vinho. Mesma coisa em relação aos laticínios. Havia resistência por causa do grande interesse do Uruguai em exportar produtos lácteos, e o choque disso com os interesses dos nossos produtores de laticínios.

Na indústria, basicamente, a principal resistência vinha da indústria automobilística. Tanto que, para a indústria automobilística, o prazo de desgravação tarifária consignado na negociação técnica é bastante longo. O prazo é de cerca de 30 anos, algo assim. Pelo peso que a indústria automobilística tem – não apenas automóveis, mas também autopeças – isso tem um peso enorme na indústria brasileira. Então houve uma divisão dentro do setor.

Agora, houve algo que acho notável no ambiente político e empresarial brasileiro que foi uma aceitação gradativa da abertura. Veja que a negociação com a União Europeia ganhou um impulso grande durante o período em que fui ministro das Relações Exteriores, no governo Temer. Naquela época, o PT era muito reticente e muito contra o acordo, por razões de natureza geopolítica, pela a ideia de privilegiar o Sul em vez do Norte. Todo um esforço de natureza geopolítica...

Havia também resistência, como ainda existe, de setores do sindicalismo agrícola, especialmente de cooperativas, que acham que vão ser prejudicadas. Naquela época isso era mais forte; hoje está mais atenuado, porque se percebe que o próprio acordo tem condições muito especiais.

Havia resistência da esquerda. E hoje você tem o presidente Lula como um dos principais entusiastas do acordo Mercosul-União Europeia, um dos impulsionadores do acordo. Há inclusive uma declaração do Celso Amorim dizendo que o acordo em si não é muito bom, mas que, do ponto de vista sistêmico – no sentido geopolítico – ele é importante. De fato, não foi fácil vender o acordo internamente no Brasil.

Entrevistadora: A ideia da minha pesquisa é justamente entender se algumas orientações adotadas naquele período acabaram estruturando a forma como o Brasil passou a conduzir sua política externa para o Mercosul. Observando os governos seguintes, parece haver certa continuidade em relação a essa agenda...

Aloysio Nunes Ferreira: Um governo liberal de centro-direita, um governo de direita e um governo de centro-esquerda. no caso do Lula. Houve uma espécie de conciliação em torno de uma política de abertura, de busca de novos mercados e de uma inserção maior no mundo. Não apenas do ponto de vista do mercado e do comércio, mas também da participação nas regras do comércio internacional e da economia internacional. A percepção de que acordos comerciais, como o da União Europeia, o da EFTA e outros que virão, dão ao Brasil uma posição de influência na economia mundial. Isso acabou se tornando uma constante.

A mesma coisa aconteceu no setor empresarial. Eu vejo hoje o presidente da CNI, o Ricardo Alban, como um dos entusiastas do acordo. Para mim, isso parecia difícil de imaginar alguns anos atrás. Há hoje uma percepção de um Brasil mais confiante e mais desejoso, percebendo que uma expressão mais desenvolvida no cenário internacional é positiva para a própria economia brasileira.

Entrevistadora: **Entrevistadora:** Nessa dinâmica do Mercosul, quando o Brasil avança em negociações externas do bloco, isso acaba inserindo também as economias dos outros sócios...

Aloysio Nunes Ferreira: Veja, quando reduzimos tarifas, em alguns casos até a zero, com a União Europeia, isso promove uma revolução dentro do próprio Mercosul. Como fica a tarifa externa comum se vamos ter um grande parceiro comercial com tarifa zero? E nós vamos desgravar...

Entrevistadora: Era justamente a minha próxima questão. Eu queria falar sobre a TEC, porque é exatamente esse ponto: estamos caminhando para tarifa zero em alguns acordos e ainda temos a TEC no interior do bloco. Em relação à própria flexibilização da TEC, porque, nesse contexto, ela acaba ficando tensionada...

Aloysio Nunes Ferreira: Olhe o volume de comércio que teremos agora com Singapura, com a EFTA e com a União Europeia. Se conseguirmos aprovar isso ainda este ano, provavelmente será votado agora no dia 3 de dezembro no Conselho. Depois vai para o Parlamento, mas a expectativa é de aprovação.²⁰

²⁰ A entrevista foi realizada em 30 de setembro de 2025. A votação mencionada não ocorreu na data indicada, e foi realizada em 09 de janeiro de 2026. O acordo foi assinado em janeiro de 2026

Entrevistadora: O que deve ser aprovado agora é aquela parte que trata apenas do pilar comercial, certo? O acordo foi dividido.

Aloysio Nunes Ferreira: Exatamente. A parte política, de cooperação, fica para depois, porque depende da aprovação em cada um dos 27 parlamentos. Deve acontecer algo semelhante ao que se discute no caso Mercosul-Canadá: separa-se a parte comercial, que entra em vigor primeiro, e a parte política vem depois.

Entrevistadora: Antes de voltarmos à TEC e à Decisão 32/00, gostaria de tocar em mais um ponto sobre o acordo Mercosul-União Europeia: a questão ambiental. Esse foi um tema bastante sensível nas negociações, especialmente em relação à incorporação de cláusulas ambientais e às discussões sobre padrões regulatórios. Como essa questão apareceu nas discussões naquele momento? E ela era percebida como um problema apenas para o Brasil ou para o Mercosul como um todo?

Aloysio Nunes Ferreira: Não. A questão ambiental, no meu período, não foi um tema relevante. Não chegou a entrar na agenda da negociação dura. As discussões estavam mais concentradas na negociação tarifária. Era uma negociação de listas, como “lista de supermercado”. Os argentinos queriam muito o acordo porque estavam interessados no mercado europeu, e queriam que abrissemos o nosso mercado de vinhos para que pudessem ampliar o acesso ao mercado europeu. Enfim, a questão ambiental não foi um ponto central naquele momento.

A questão ambiental surge depois, quando se conclui a negociação técnica já no governo Bolsonaro, em razão de tudo o que estava acontecendo na área ambiental naquele período, o desmonte de vários mecanismos de proteção ambiental e um discurso muito associado à ideia de “motosserra”.

Entrevistadora: Então essa dimensão ambiental foi incorporada posteriormente às negociações conduzidas naquele período? Porque, pelo que se entende, o acordo já estava bastante avançado quando o governo Temer deixou o poder.

Aloysio Nunes Ferreira: Ali era o seguinte: naquele momento havia uma dúvida, que enfrentei durante todo o período em que fui ministro, sobre a legitimidade do próprio governo

Temer. Era um governo que surge de um *impeachment*, que foi apresentado como golpe em muitos setores da política, da academia e da imprensa. Curiosamente, o *impeachment* do Collor não foi tratado dessa forma, mas, enfim.

O fato é que havia uma discussão sobre a legitimidade do governo. E já estávamos próximos de uma eleição presidencial de resultado incerto. Lula estava preso e ninguém sabia exatamente o que aconteceria. Os europeus também tinham dúvidas sobre o que iria acontecer naquela eleição e sobre o que poderia surgir dessa caixa de pandora que é a política brasileira.

Por outro lado, quando estávamos prestes a concluir a negociação técnica, do lado europeu também havia um fator institucional. O mandato dos comissários europeus estava se encerrando. Eles estavam no final do mandato. Isso acabou impedindo que assinássemos o acordo naquele momento, embora praticamente tudo já estivesse apalavrado. Tudo.

Pegue, por exemplo, a negociação sobre o agro, que hoje cria problemas em alguns setores da sociedade europeia, especialmente na França, na Polônia e na Irlanda – que temem a concorrência da produção do Mercosul, leia-se do Brasil. Naquela época, tudo isso já estava resolvido. Toda essa questão já tinha sido superada. As salvaguardas, as cotas e as tarifas dentro das cotas já estavam negociadas, como a famosa cota da carne de 99 mil toneladas. Tudo isso já estava negociado, e não mudou de lá para cá. O que ocorreu foi a interferência dessas questões políticas, que impediram o fechamento naquele momento. Depois, a negociação foi concluída no governo Bolsonaro. Quem concluiu, na verdade, foi o ministro Carlos França. Ele conclui a negociação no governo do Bolsonaro.

A partir daí surgiram as objeções de setores da política europeia, especialmente dos partidos verdes, que apontavam, com toda razão, preocupações com o desmonte da política ambiental brasileira durante o governo Bolsonaro. Surge então a chamada *side letter*, com a exigência de alguns compromissos adicionais. Para nós, isso acabou sendo positivo, porque incorporamos o Acordo de Paris ao texto do acordo.

Entrevistadora: Em relação ao setor de laticínios, o Uruguai sempre aparece como um dos países mais interessados nessa pauta. Como o Brasil se posicionou nessa negociação e até que ponto as demandas do Uruguai conseguiram influenciar o acordo, considerando também a presença de produtores fortes na própria União Europeia?

Aloysio Nunes Ferreira: Eu me lembro que as demandas do Uruguai foram acomodadas.

Entrevistadora: Mas o Brasil chegou a participar dessa negociação ou isso foi tratado diretamente?

Aloysio Nunes Ferreira: Não, não foi necessário. O presidente Tabaré Vázquez era muito favorável ao acordo e o Uruguai sempre quis esse acordo. O Uruguai quer o acordo. O Uruguai é um país com um mercado interno muito pequeno. É um mercado reduzido, do tamanho de uma cidade como Guarulhos ou Jundiaí – estou brincando, claro. Enfim, é um mercado interno muito pequeno, e por isso eles precisam do comércio exterior.

Entrevistadora: Pergunto isso porque o presidente Tabaré Vázquez foi um dos primeiros líderes da região a defender a flexibilização do Mercosul. Ainda em 2005, no contexto do debate sobre a ALCA, ele já mencionava a possibilidade de negociar com os Estados Unidos. Mais tarde, voltou a levantar a questão da Decisão 32/00 em relação à China. Como o Brasil lidava com essas pressões por flexibilização do Mercosul, especialmente em relação à negociação conjunta e à tarifa externa comum? Muitas vezes essas duas demandas aparecem associadas.

Aloysio Nunes Ferreira: No meu tempo, havia quem visse a tarifa externa comum como uma amarra, um constrangimento ao Brasil, que a rigor poderia nos prejudicar. Porque nós estaríamos incorporando reivindicações e limitações impostas por outros países nos nossos acordos comerciais, diminuindo, portanto, a nossa autonomia em relação à política comercial. Havia, dentro do Itamaraty e também no empresariado brasileiro, a ideia de que o livre comércio dentro do Mercosul poderia ser mantido, mas sem a tarifa externa comum. Essa posição existia.

Lembro que o ministro José Serra chegou a pensar nisso, conversou comigo algumas vezes, já na época, antes até de ser o ministro das Relações Exteriores. Mas, dentro do Itamaraty a tarifa externa comum é tratada quase como um dogma – como a Santíssima Trindade para a Igreja Católica. Não se mexe nisso; é algo que está ali e é para ficar. Naquele momento não havia nenhum movimento consistente no sentido de eliminar a tarifa externa comum. Já no governo Bolsonaro houve uma redução bastante acentuada da TEC.

Entrevistadora: E em relação à flexibilização da Decisão 32/00? O Uruguai sempre foi muito vocal nessa pauta e, em alguns momentos, o próprio Brasil chegou a mencionar a possibilidade de discutir o tema. Lembro, por exemplo, que durante o G20

realizado na Argentina o presidente Temer comentou que ele e o presidente Macri eram favoráveis a algum grau de flexibilização, ainda que ambos já estivessem no fim de seus mandatos. Como essa questão da flexibilização foi tratada durante o governo de vocês?

Aloysio Nunes Ferreira: No meu período isso não foi colocado como um objetivo ou como uma questão a ser enfrentada. Como eu já mencionei, no meu primeiro encontro com um colega ministro das Relações Exteriores esse tema chegou a ser mencionado, e eu respondi que não seria possível. Havia uma norma, e essa norma precisava ser respeitada. Então isso não foi um ponto, digamos, que nós estivéssemos dedicados seriamente a discutir ou implementar.

Entrevistadora: Tenho uma última questão sobre a situação da Venezuela naquele período. Eu gostaria que o senhor comentasse um pouco como foi esse processo da suspensão no bloco. Sei que ele começa em 2016, ainda na gestão do ministro José Serra, mas a suspensão efetiva ocorre em 2017 e permanece até hoje. Como foi construída a convergência entre os países do Mercosul para suspender a Venezuela?

Aloysio Nunes Ferreira: Permanece. E necessariamente teria que haver consenso. Houve duas causas para a suspensão. A primeira ocorreu ainda quando Serra era ministro das Relações Exteriores. Naquele momento houve uma decisão de suspender a Venezuela por descumprimento de compromissos que o país havia assumido quando foi aceito no Mercosul, em 2012.

Depois se somou uma nova suspensão por outra razão, que foi quando o presidente Maduro, que havia sido derrotado na eleição parlamentar, convocou uma Assembleia Nacional Constituinte com fortes restrições à participação da oposição, que acabou se recusando a participar do processo.

Entrevistadora: Essa é com base no Protocolo de Ushuaia, do compromisso democrático, não?

Aloysio Nunes Ferreira: Isso, a cláusula democrática do Mercosul. A nossa posição foi crítica em relação ao que estava acontecendo na Venezuela, que era a suspensão, uma extrema suspensão. E havia dentro da América do Sul, e da América Latina, alguns países estavam quase no limite de propor uma intervenção [militar] na Venezuela. A posição do

Brasil foi a de levar o caso da Venezuela ao plenário da OEA. Isso era uma forma de evitar a pressão por uma intervenção militar na Venezuela, especialmente por parte dos Estados Unidos.

E a posição do Brasil é a de levar o caso da Venezuela para o plenário da OEA. Que é uma forma de você evitar a pressão por intervenção militar na Venezuela, dos Estados Unidos...

Entrevistadora: Até porque seria uma crise em um país com o qual o Brasil faz fronteira.

Aloysio Nunes Ferreira: Exatamente. Nosso objetivo era levar o assunto ao plenário da OEA. Se organizou um movimento para incluir o tema da Venezuela na agenda da OEA. Foi o que depois chamamos de Grupo de Lima, uma reunião de chanceleres realizada em Lima, da qual eu participei. O objetivo inicial do grupo era colocar a situação da Venezuela em debate na OEA, porque o secretário-geral da organização não queria colocar o tema em discussão. Depois, esse Grupo de Lima prosseguiu com outros objetivos, como não reconhecer a eleição de Maduro. E aí o Brasil se afastou e disse: “Não, nós não reconhecemos ou deixamos de reconhecer eleições. A nossa política externa não incorpora esse elemento de julgar se um governo é legítimo ou não”. Para o governo, existe o Estado, o Estado está aí e nós nos relacionamos com o Estado.

Por outro lado, buscamos manter com a Venezuela uma relação de cooperação em muitos campos, especialmente nas questões de fronteira: segurança da fronteira, sanitárias e de combate ao crime organizado. Houve iniciativas de cooperação nessas questões de imigração, saúde e segurança contra o crime organizado. O ministro da Defesa brasileiro na época, Raul Jungmann, chegou a ir à Venezuela para se reunir com o ministro da Defesa venezuelano, [Vladimir] Padrino López. Então, a nossa tentativa foi de buscar relações diplomáticas e de cooperação. A Venezuela faz parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica [OTCA] então existia uma preocupação.

Entrevistadora: E tem também a questão de Roraima, não? A eletricidade ainda era trazida da Venezuela...

Aloysio Nunes Ferreira: Exatamente. Portanto, a nossa preocupação era manter uma relação diplomática ativa. Isso acabou sendo prejudicado por uma iniciativa da própria

Venezuela, que expulsou o nosso embaixador, Ruy Pereira, que é um excelente embaixador. Hoje ele dirige a Agência Brasileira de Cooperação. Na época, como um bom embaixador, procurava se relacionar com todo o espectro político da Venezuela, inclusive com a oposição, para nos informar melhor sobre a situação do país. Recebia representantes da oposição na embaixada para conversar e ouvir opiniões. Isso acabou gerando um problema, e o governo venezuelano decidiu expulsá-lo. Cheguei a conversar depois com o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, [Jorge] Arreaza, e disse a ele: “Olha, você cometeu um erro. Não precisava fazer isso”. De todo modo, houve reciprocidade diplomática, e também expulsamos o embaixador venezuelano. Mas não rompemos relações diplomáticas.

Entrevistadora: Uma última questão: a Bolívia. O processo de adesão ao Mercosul começa ainda no momento do afastamento da presidente Dilma, quando o pedido de ingresso é enviado ao Congresso. O processo avança durante o governo Temer, mas acaba ficando paralisado no governo Bolsonaro, e a adesão só é concluída mais recentemente, já no governo Lula. Como foi, para o governo de vocês, a questão da entrada da Bolívia no Mercosul?

Aloysio Nunes Ferreira: Não, a nossa relação com a Bolívia era muito boa. Eu estive lá, fui condecorado, e recebemos o presidente Evo Morales mais de uma vez. Ele inclusive veio jogar futebol com o pessoal da CUT. Enfim.

Entrevistadora: Então a Bolívia não era uma questão sensível para o governo Temer?

Aloysio Nunes Ferreira: Não, não era. As relações eram muito boas.

Entrevistadora: E é um país importante para o Mercosul, se pensarmos em temas como infraestrutura e o corredor bioceânico.

Aloysio Nunes Ferreira: Sim. Para nós, a Bolívia não era um problema, de jeito nenhum.

Após esse trecho, a entrevista foi encerrada.

APÊNDICE D – LIVRO DE CÓDIGOS E TEMAS

Nome do Código ("label")	Descrição
Acordo de facilitação de comércio intrabloco	Criação do acordo no âmbito do Mercosul, com foco na simplificação de procedimentos aduaneiros, na redução de custos logísticos e na harmonização de normas comerciais, em alinhamento ao Acordo de Facilitação de Comércio da OMC. Expressa o esforço de modernização e de integração operacional do bloco.
Acordo para combate à corrupção	Compromissos assumidos no âmbito do Mercosul para prevenir, detectar e sancionar atos de corrupção, incluindo medidas de cooperação jurídica, transparência administrativa e intercâmbio de informações entre os Estados Partes.
Adesão da Bolívia	Processo de incorporação da Bolívia como integrante pleno do Mercosul, contemplando seus aspectos políticos, econômicos e estratégicos. Aponta para a busca por maior integração sul-americana e para o esforço do Brasil em consolidar sua liderança regional por meio da ampliação de adesões ao bloco.
Agenda intrabloco	Conjunto de iniciativas e discussões internas do Mercosul voltadas à consolidação do mercado comum, à integração produtiva, à harmonização regulatória e à atualização institucional. Trata-se de um código abrangente, que reúne elementos não detalhados nos códigos subsequentes.
Aliança do Pacífico	Aproximação com a Aliança do Pacífico como estratégia de integração regional e de inserção competitiva na economia global. A Aliança é caracterizada como um bloco dinâmico e orientado à liberalização, cujo engajamento sinaliza a busca do Mercosul por modernização e pela redução de seu isolamento comercial.
Ampliar relação comercial com a Ásia	Estratégias e iniciativas voltadas à expansão das relações econômicas e comerciais do Mercosul com países e blocos asiáticos, como China, Japão, Coreia do Sul e Asean. O código expressa o reconhecimento da Ásia como centro dinâmico da economia global.
Atores domésticos brasileiros no Mercosul	Influência e participação de atores domésticos – como o agronegócio, segmentos industriais, associações empresariais e burocracias estatais – na formulação das posições do Brasil no âmbito do Mercosul.
Brexit	Brexit como evento com impactos sobre o Mercosul e sobre as negociações com a União Europeia. O tema aparece associado à possibilidade de fortalecimento do diálogo com o Reino Unido de forma autônoma e à diversificação de parcerias.
Chile	Relacionamento com o Chile, apresentado como parceiro estratégico extrabloco, com papel de ponte entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, e como referência de integração pragmática e orientada à modernização nas negociações comerciais regionais.

China	Abrange referências à relação do Mercosul e do Brasil com a China, enfatizando o papel estratégico do país como principal parceiro comercial e destino das exportações. A presença chinesa é interpretada tanto como oportunidade para a expansão de mercados e investimentos quanto como desafio à autonomia produtiva e tecnológica da região.
Colômbia	Referências ao relacionamento com a Colômbia, especialmente no contexto dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) e de iniciativas voltadas à ampliação do comércio. A Colômbia é tratada como parceiro estratégico na América do Sul e como ponte com a Aliança do Pacífico.
Convergência ideológica Brasil-Argentina	Afinidade política e ideológica entre os governos do Brasil e da Argentina, especialmente durante as gestões de Temer e Macri, e aos seus efeitos sobre a cooperação bilateral e o alinhamento das pautas econômicas no âmbito do Mercosul.
Corredor Bioceânico	Iniciativas de infraestrutura regional voltadas à conexão entre o Atlântico e o Pacífico por meio de rotas terrestres que integrem Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. É apresentado como instrumento de integração física e logística do Mercosul, orientado à redução de custos de transporte, ao aumento da competitividade e ao fortalecimento da conectividade regional.
Crítica ao Mercosul	Abrange questionamentos à eficácia, aos resultados ou à estrutura institucional do Mercosul, evidenciando percepções de falta de resultados concretos. Inclui situações em que o bloco é retratado como obstáculo à competitividade, à liberalização comercial ou à inserção internacional.
Defesa da integração regional	Diz respeito à valorização do aprofundamento ou do fortalecimento da integração regional como princípio orientador da política externa brasileira ou do Mercosul. Inclui justificativas de natureza histórica, econômica ou normativa, como aquelas associadas à democracia e ao desenvolvimento compartilhado.
Desburocratização do Mercosul	Envolve iniciativas e discursos voltados à reforma institucional do bloco, à simplificação de procedimentos internos, à redução de entraves administrativos e à ampliação da eficiência decisória e operacional do Mercosul. O código aparece associado à ideia de modernização institucional e de maior pragmatismo na condução do bloco.
Discurso sobre a ideologização do Mercosul	Narrativas que criticam a condução anterior do Mercosul como “ideológica” ou “politizada”, associadas à tentativa de redefinir o bloco como instrumento pragmático de promoção comercial e de inserção internacional.
Disputas entre os Estados Partes	Conflitos que expressam a dinâmica de negociação e de poder entre os Estados Partes, nos quais os governos buscam maximizar seus interesses e proteger setores considerados estratégicos.

Divergências entre Brasil e Argentina	Tensões políticas e desalinhamentos ideológicos entre os governos do Brasil e da Argentina, especialmente evidentes durante as gestões de Bolsonaro e Fernández, bem como aos seus efeitos sobre a coordenação política e econômica no âmbito do Mercosul.
Eliminar barreiras comerciais	Ações e compromissos voltados à redução ou eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, tanto entre os membros do Mercosul quanto em relação a parceiros extrarregionais, com o objetivo de ampliar o acesso a mercados e fortalecer a competitividade das exportações.
Estatuto da Cidadania	Agenda de direitos civis, trabalhistas, previdenciários e educacionais comuns, voltada ao fortalecimento da dimensão social e identitária do bloco e à aproximação dos cidadãos do processo de integração.
EUA	Refere-se às relações entre o Mercosul – ou o Brasil no âmbito do bloco – e os Estados Unidos, geralmente associadas à busca por maior aproximação econômica, modernização produtiva, cooperação técnica e integração às cadeias globais de valor lideradas por empresas norte-americanas.
Fim do poder de veto	Debates e propostas voltados à revisão do mecanismo de consenso nas decisões do Mercosul, com questionamentos ao poder de veto individual dos Estados Partes. Aparece frequentemente associado à tentativa de redução de impasses políticos no processo decisório do bloco.
Flexibilização da 32/00	Menções sobre a possibilidade de revisão ou flexibilização da Decisão CMC nº 32/00, que estabelece a obrigatoriedade de negociações comerciais conjuntas no Mercosul. O código expressa o debate sobre a possibilidade de os Estados Partes negociarem acordos de forma individual.
FOCEM	Refere-se ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) como instrumento voltado à redução de assimetrias e à promoção da coesão econômica e social entre os Estados Partes. Abrange referências ao papel do fundo no financiamento de projetos de infraestrutura, integração produtiva e desenvolvimento regional.
Harmonização técnica intrabloco	Necessidade de alinhamento de normas técnicas, regulamentos sanitários e fitossanitários e padrões de qualidade entre os países do Mercosul. Envolve esforços de convergência regulatória interna voltados à facilitação do comércio e ao fortalecimento da integração produtiva e comercial.
Interesse do Brasil em acordos extrabloco	Abrange referências ao interesse brasileiro em negociar ou ampliar acordos comerciais fora do Mercosul, com vistas à diversificação de mercados, à inserção em cadeias globais de valor e à modernização da política externa econômica.
Liberalização comercial	Discursos e ações voltados à ampliação da competitividade, à integração às cadeias globais de valor e à modernização do comércio exterior no âmbito do Mercosul.

Meio Ambiente	Menções ao tema ambiental no contexto do Mercosul e de suas negociações externas. Inclui referências à incorporação de compromissos de sustentabilidade em acordos comerciais e à pressão internacional por padrões ambientais mais rigorosos.
Mercosul - América Central e Caribe	Iniciativas do Mercosul de aproximação política, econômica e comercial com países da América Central e do Caribe, associadas a esforços de diversificação da agenda externa do bloco e de ampliação de sua presença regional.
Mercosul atuando pela política doméstica do Brasil	Diz respeito à mobilização do Mercosul como instrumento de política doméstica do Brasil, seja para legitimar decisões internas, responder a pressões de grupos econômicos ou projetar coerência entre as políticas interna e externa.
Mercosul como pilar democrático regional	Concepção do Mercosul como instrumento de defesa e promoção da democracia na América do Sul, associado à estabilidade política e institucional, e sustentado por compromissos democráticos e mecanismos de resposta a rupturas institucionais nos Estados Partes.
Mercosul de duas velocidades	Envolve a proposta de maior flexibilidade nas negociações comerciais e nas políticas de integração, de modo a permitir que países mais dispostos avancem em acordos sem depender do consenso pleno do bloco.
Mercosul de resultados	Expressões e discursos que defendem um “Mercosul de resultados”, com ênfase em um suposto pragmatismo, na eficiência e na obtenção de ganhos econômicos concretos.
Mercosul e a pandemia	Atuação do Mercosul durante a pandemia de covid-19, destacando as limitações decorrentes de respostas nacionais desarticuladas e a dificuldade do bloco em articular uma resposta conjunta diante da fragmentação política entre os Estados Partes.
Mercosul enxuto	Defesa de um Mercosul supostamente mais pragmático e funcional, com foco em resultados econômicos, associado à redução da burocracia e do número de instâncias decisórias. Envolve a priorização de temas comerciais e a eliminação de estruturas consideradas excessivas ou ineficientes, configurando uma reinterpretação do escopo da integração regional.
Mercosul- Índia	Abrange referências ao Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercosul e a Índia, incluindo discussões sobre sua ampliação, aprofundamento ou revisão, com vistas a expandir o acesso a mercados.
Mercosul-Canadá	Abrange referências ao processo de negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Canadá.
Mercosul-Coreia do Sul	Menções às negociações e à construção de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Coreia do Sul.
Mercosul-EFTA	Envolve as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein). O acordo é tratado como marco da estratégia de diversificação comercial e, assim como o acordo com a União Europeia, como referência de acordos de nova geração.

Mercosul-Egito	Menções ao acordo entre o Mercosul e o Egito, incluindo iniciativas de implementação, aprofundamento e eventuais revisões, no contexto da estratégia de ampliação e atualização das parcerias extrabloco.
Mercosul-Israel	Referências ao Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, incluindo sua implementação, avaliação e possíveis revisões.
Mercosul-Japão	Diz respeito ao interesse em aprofundar as relações comerciais com o Japão, parceiro estratégico da Ásia-Pacífico, com vistas à diversificação de mercados e à inserção em cadeias produtivas de maior intensidade tecnológica e valor agregado.
Mercosul-Líbano	Menções ao entre o Mercosul e o Líbano, tratado como parte da estratégia de ampliação de parcerias extrabloco e de fortalecimento da presença do bloco no Oriente Médio.
Mercosul-SACU	Menções ao acordo de preferências comerciais entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), incluindo iniciativas voltadas à sua atualização, expansão ou aprofundamento no âmbito da diversificação das parcerias extrabloco.
Mercosul-Singapura	Negociações do primeiro acordo celebrado com um país do Sudeste Asiático, interpretadas como parte da agenda de abertura extrabloco e da tentativa de reposicionar o Mercosul como ator relevante no eixo Ásia-Pacífico.
Mercosul-UE	Abrange menções às negociações, aos resultados e às implicações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. É apresentado como a principal iniciativa de liberalização comercial do bloco, associado à modernização e à reorientação externa do Mercosul após 2016, bem como à expressão de preferências pró-abertura da coalizão governamental e de setores exportadores.
Mercosul-UEE	Referências às negociações e iniciativas de aproximação entre o Mercosul e a União Econômica Eurasiática (composta por Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Armênia e Quirguistão), associadas à busca por diversificação de parcerias comerciais, exploração de novos mercados e redução da dependência de economias ocidentais.
México	Diz respeito ao relacionamento entre o Mercosul (ou o Brasil) e o México, incluindo negociações comerciais, cooperação econômica e política e iniciativas de aproximação com a Aliança do Pacífico. O código reflete o interesse brasileiro em diversificar parcerias no âmbito latino-americano.
Modernização da agenda e dos acordos	Abrange esforços de atualização da agenda do Mercosul e de seus acordos comerciais, tanto no plano externo quanto no plano interno, com vistas a adequá-los às chamadas “novas gerações” de tratados. Envolve a incorporação de novos temas e a adaptação de normas e instrumentos intrabloco para viabilizar negociações extrarregionais. Inclui a narrativa de modernização do bloco como instrumento de competitividade e de alinhamento às tendências globais.

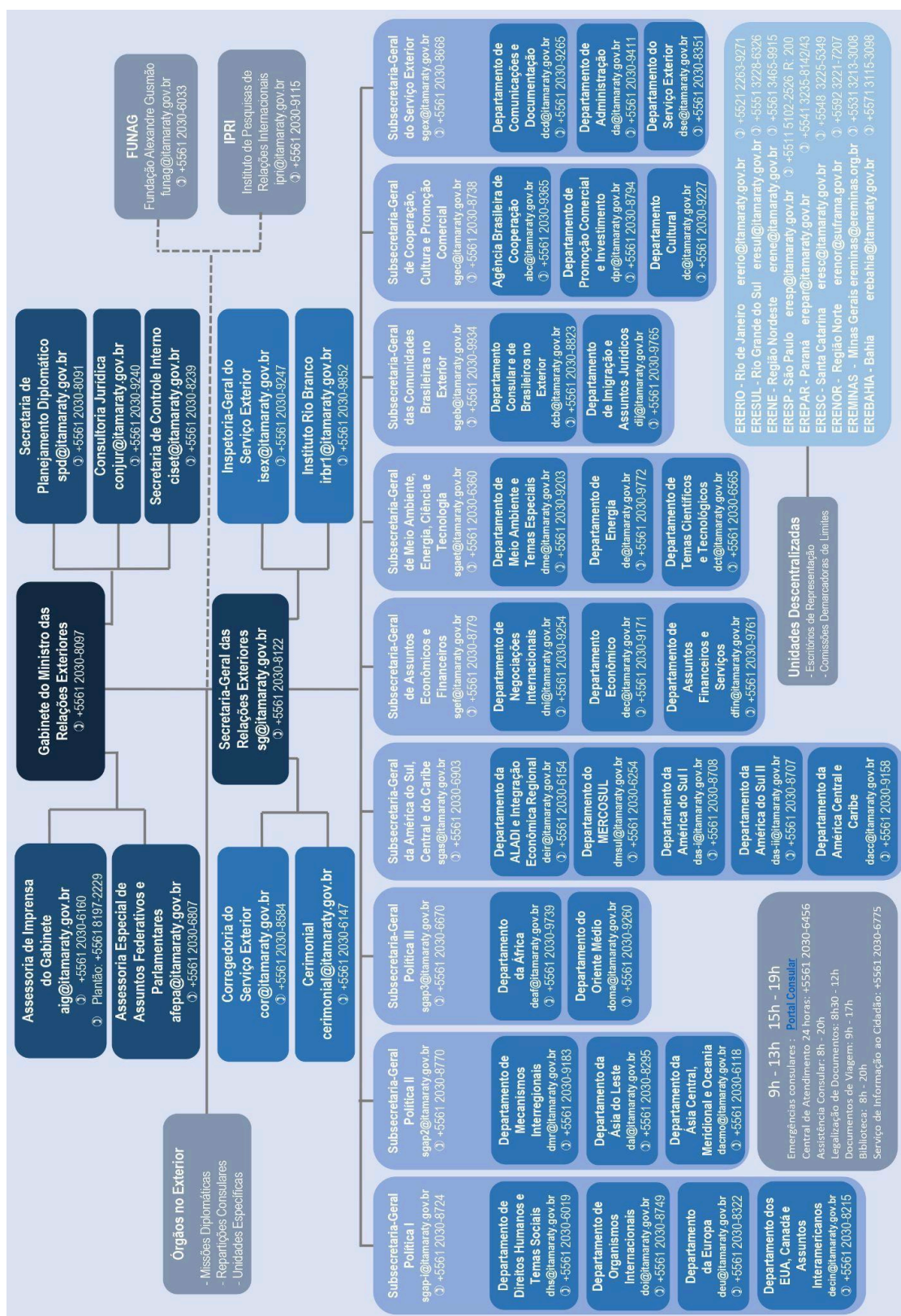
Modernização do Mercosul	Associação do Mercosul à necessidade de atualização institucional, normativa ou econômica, com o objetivo de torná-lo mais eficiente, ágil e compatível com as dinâmicas do comércio global. Inclui referências à revisão de regras internas, à redução da burocracia e à adaptação às novas agendas internacionais.
Placa Mercosul	Menções críticas à adoção do modelo unificado de placas veiculares do Mercosul, frequentemente apresentadas como exemplo de burocratização excessiva, perda de autonomia regulatória e imposição de normas regionais sem benefícios claramente identificáveis.
Pressão da indústria no Mercosul	Influência de entidades da indústria brasileira na definição da agenda do Mercosul e nas posições adotadas pelo Brasil em negociações comerciais. Evidencia demandas por competitividade, proteção a setores sensíveis e ampliação do acesso a novos mercados.
Pressão do agronegócio no Mercosul	Atuação e influência do agronegócio brasileiro na definição das posições do país no âmbito do Mercosul, especialmente em negociações comerciais extrabloco e na priorização de acordos de livre comércio. Inclui a defesa de uma agenda mais orientada à liberalização.
Priorização da Agenda Externa	Abrange a centralidade atribuída às negociações comerciais com países e blocos extrarregionais no âmbito do Mercosul, incluindo a celebração de novos acordos, a retomada e conclusão de negociações em curso e a revisão de acordos existentes. Expressa o deslocamento da ênfase relativa da integração intrabloco para a ampliação da inserção internacional, em consonância com o interesse brasileiro em diversificar parcerias e mercados.
Projetos de infraestrutura	Refere-se a menções à infraestrutura como instrumento estratégico para ampliar a competitividade regional, facilitar o comércio intrabloco e extrabloco e reduzir assimetrias entre os Estados Partes.
Regime de Origem	Diz respeito ao conjunto de regras e procedimentos que definem a origem dos produtos comercializados no Mercosul, fundamentais para a aplicação de preferências tarifárias e para o funcionamento dos acordos comerciais intra e extrabloco. Abrange também instrumentos voltados à identificação e diferenciação de produtos no âmbito dos acordos comerciais, como as indicações geográficas, especialmente no contexto das negociações com a União Europeia. Está associado à facilitação do comércio e ao fortalecimento da integração produtiva entre os Estados Partes.
Relevância estratégica do Mercosul para o Brasil	Compreensão do Mercosul como instrumento da estratégia de inserção internacional do Brasil, associado ao aumento da produtividade, à geração de emprego e renda e ao posicionamento do país em cadeias globais de valor, de modo a ampliar sua atratividade como parceiro negociador.
Revisão da TEC	Envolve menções à proposta de flexibilização ou revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, com vistas a permitir negociações e ajustes unilaterais por parte dos Estados Partes.

Revitalização do Mercosul	Iniciativas e discursos voltados a uma suposta reativação política e econômica do Mercosul após períodos de paralisia ou perda de dinamismo. Envolve a proposta de tornar o bloco mais pragmático, eficiente e orientado a resultados, articulando a integração regional à abertura comercial e à adaptação às novas dinâmicas globais.
Saída do Mercosul	Críticas à permanência do Brasil (ou de outros Estados Partes) no Mercosul, nas quais a retirada do bloco é apresentada como alternativa diante de impasses políticos, econômicos ou institucionais. Reflete percepções de perda de autonomia e insatisfação com o ritmo e os resultados da integração.
Segurança e crime organizado	Cooperação regional em temas de segurança pública, incluindo controle de fronteiras, combate ao narcotráfico, o tráfico de armas e ao crime organizado.
Setor açucareiro	Papel do setor açucareiro nas negociações comerciais do Mercosul e em acordos extrabloco, destacando sua relevância econômica e política, bem como as resistências enfrentadas, especialmente nas tratativas com a UE e outros mercados protegidos. Evidencia a exclusão recorrente desse setor em negociações internacionais.
Setor automotivo	Papel do setor automotivo nas negociações intra e extrabloco do Mercosul, bem como às políticas industriais e comerciais voltadas à sua proteção e competitividade. Constitui um exemplo central da influência de interesses industriais na formação das preferências nacionais e na dinâmica das negociações regionais.
Suspensão da Venezuela	Menções à suspensão motivada tanto pelo descumprimento de normas comerciais e institucionais quanto pela aplicação da cláusula democrática. O episódio é analisado como evidência da capacidade de reação institucional do bloco diante de rupturas democráticas e, simultaneamente, como medida que eliminou um potencial veto no processo decisório, viabilizando a priorização da agenda externa e a reorientação comercial do Mercosul.
Tentativa de influenciar a eleição argentina	Atuação do governo brasileiro no contexto das eleições argentinas de 2019, incluindo manifestações explícitas de preferência eleitoral e posicionamentos públicos favoráveis a determinados candidatos. Indica o uso da política externa como instrumento de sinalização política no contexto regional.
Vocação original do Mercosul	Diz respeito à ideia de que o Mercosul possui um propósito fundacional orientado à integração econômica da região, baseado na cooperação entre países vizinhos e no desenvolvimento conjunto. É mobilizada para sustentar a defesa de um retorno a princípios considerados autênticos do bloco, frequentemente associados à sua dimensão econômico-comercial.

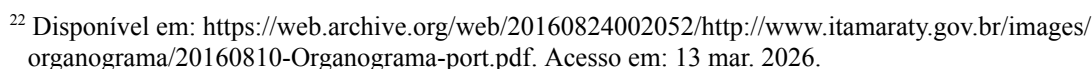
Nome do Tema	Descrição	Códigos
Reconfiguração das coalizões domésticas e formação de preferências estatais como motor da mudança	Refere-se às mudanças nas coalizões domésticas no Brasil a partir de 2016 e aos seus efeitos sobre a forma como o Estado passou a conceber o papel do Mercosul. O tema abrange os processos de formação de preferências estatais associados ao deslocamento da coalizão de poder, marcado pela ascensão de grupos favoráveis à ampliação da abertura comercial e à liberalização, bem como pela maior incidência de atores econômicos – como o agronegócio, segmentos industriais e setores exportadores – na definição da agenda de política externa.	Adesão da Bolívia; Aliança do Pacífico; ampliar relação comercial com a Ásia; Brexit; Chile; China; Colômbia; desburocratização do Mercosul; eliminar barreiras comerciais e não comerciais; EUA; liberalização comercial; Mercosul – América Central e Caribe; Mercosul-Canadá; Mercosul-Coreia do Sul; Mercosul-EFTA; Mercosul-Egito; Mercosul-Índia; Mercosul-Israel; Mercosul-Japão; Mercosul-Líbano; Mercosul-SACU; Mercosul-Singapura; Mercosul-UE; Mercosul-UEE; Mercosul enxuto; México; modernização da agenda e dos acordos; modernização do Mercosul; priorização da agenda externa; Revitalização do Mercosul; suspensão da Venezuela; vocação original do Mercosul.
Agenda externa do Mercosul como instrumento de projeção internacional e comercial	Abrange a redefinição da função do Mercosul na estratégia de inserção internacional do Brasil, na medida em que o bloco passa a ser mobilizado como plataforma para a ampliação de acordos comerciais extrabloco e para o reposicionamento do país em cadeias globais de valor. O tema abrange a priorização de negociações comerciais de nova geração, com ênfase no acesso a mercados, na redução de barreiras e na convergência regulatória. Assume caráter instrumental na medida em que o Mercosul opera menos como espaço de integração política e mais como meio de projeção com foco na expansão comercial e na competitividade.	Acordo de facilitação de comércio intrabloco; agenda intrabloco; Corredor Bioceânico; defesa da integração regional; desburocratização do Mercosul; disputas entre os Estados Partes; eliminar barreiras comerciais e não comerciais; Estatuto da Cidadania; fim do poder de veto; flexibilização da 32/00; FOCEM; harmonização técnica intrabloco; liberalização comercial; meio ambiente; Mercosul de duas velocidades; Mercosul e a pandemia; Mercosul enxuto; modernização da agenda e dos acordos; modernização do Mercosul; priorização da agenda externa; projetos de infraestrutura; regime de origem; revisão da TEC; Revitalização do Mercosul; saída do Mercosul; vocação original do Mercosul.

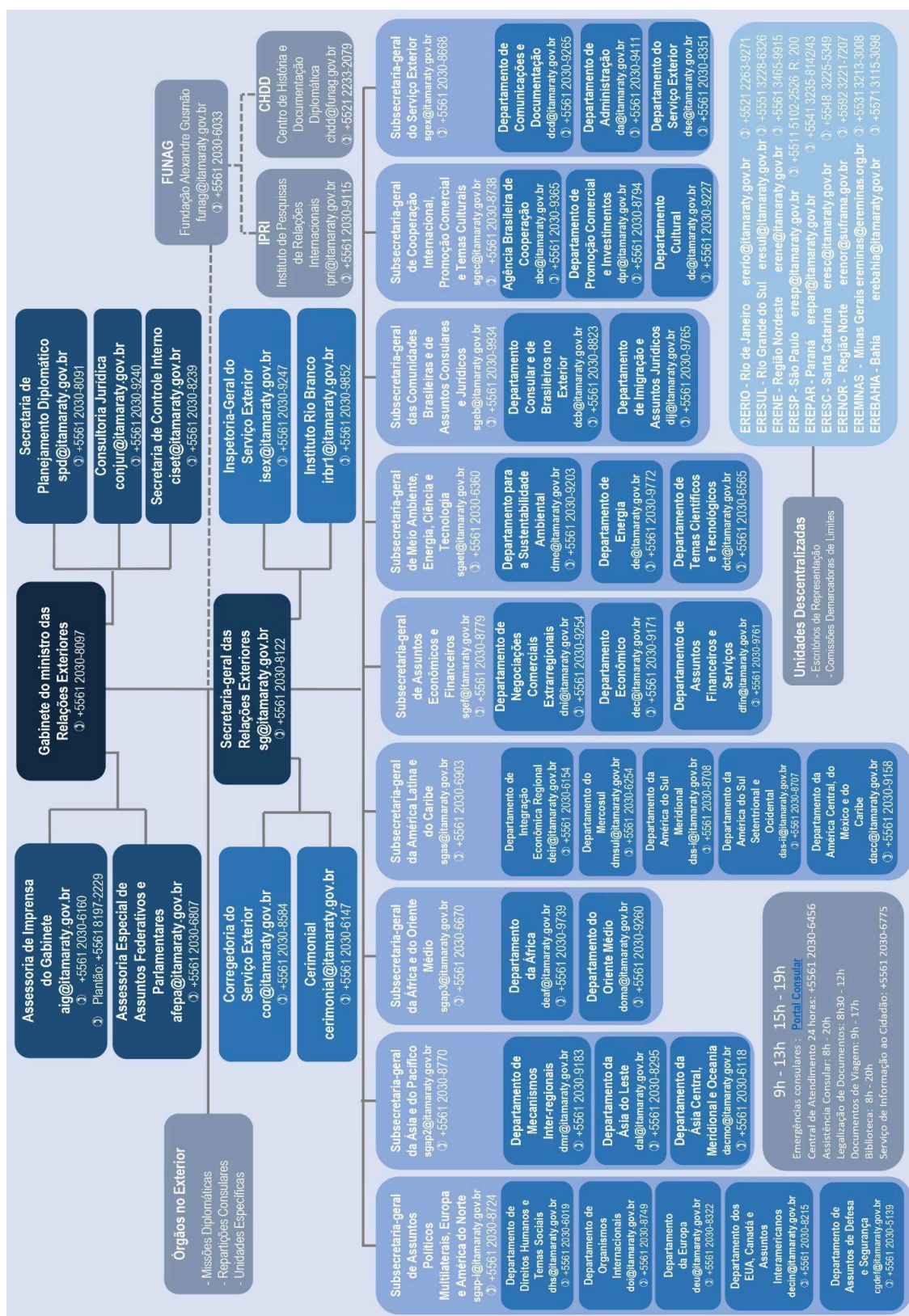
Nome do Tema	Descrição	Códigos
Redefinição institucional, flexibilização e priorização de elementos da agenda interna voltados à externa	Está relacionado às transformações no arranjo institucional do Mercosul, no contexto em que a agenda interna passa a ser reconfigurada em função dos objetivos de inserção internacional do bloco, em um contexto de crescente centralidade da agenda externa. O tema abrange a priorização de instrumentos e políticas orientados à eficiência econômica e comercial – como os debates sobre a flexibilização da Tarifa Externa Comum (TEC), a revisão da Decisão 32/00 e a simplificação de procedimentos decisórios –, bem como a reorientação do escopo normativo do bloco, com menor ênfase em dimensões políticas e sociais.	Acordo de facilitação de comércio intrabloco; agenda intrabloco; Corredor Bioceânico; defesa da integração regional; desburocratização do Mercosul; disputas entre os Estados Partes; eliminar barreiras comerciais e não comerciais; Estatuto da Cidadania; fim do poder de veto; flexibilização da 32/00; FOCEM; harmonização técnica intrabloco; liberalização comercial; meio ambiente; Mercosul de duas velocidades; Mercosul e a pandemia; Mercosul enxuto; modernização da agenda e dos acordos; modernização do Mercosul; priorização da agenda externa; projetos de infraestrutura; regime de origem; revisão da TEC; saída do Mercosul; vocação original do Mercosul.

ANEXO A – ORGANOGRAMA DO ITAMARATY EM FEVEREIRO DE 2016²¹

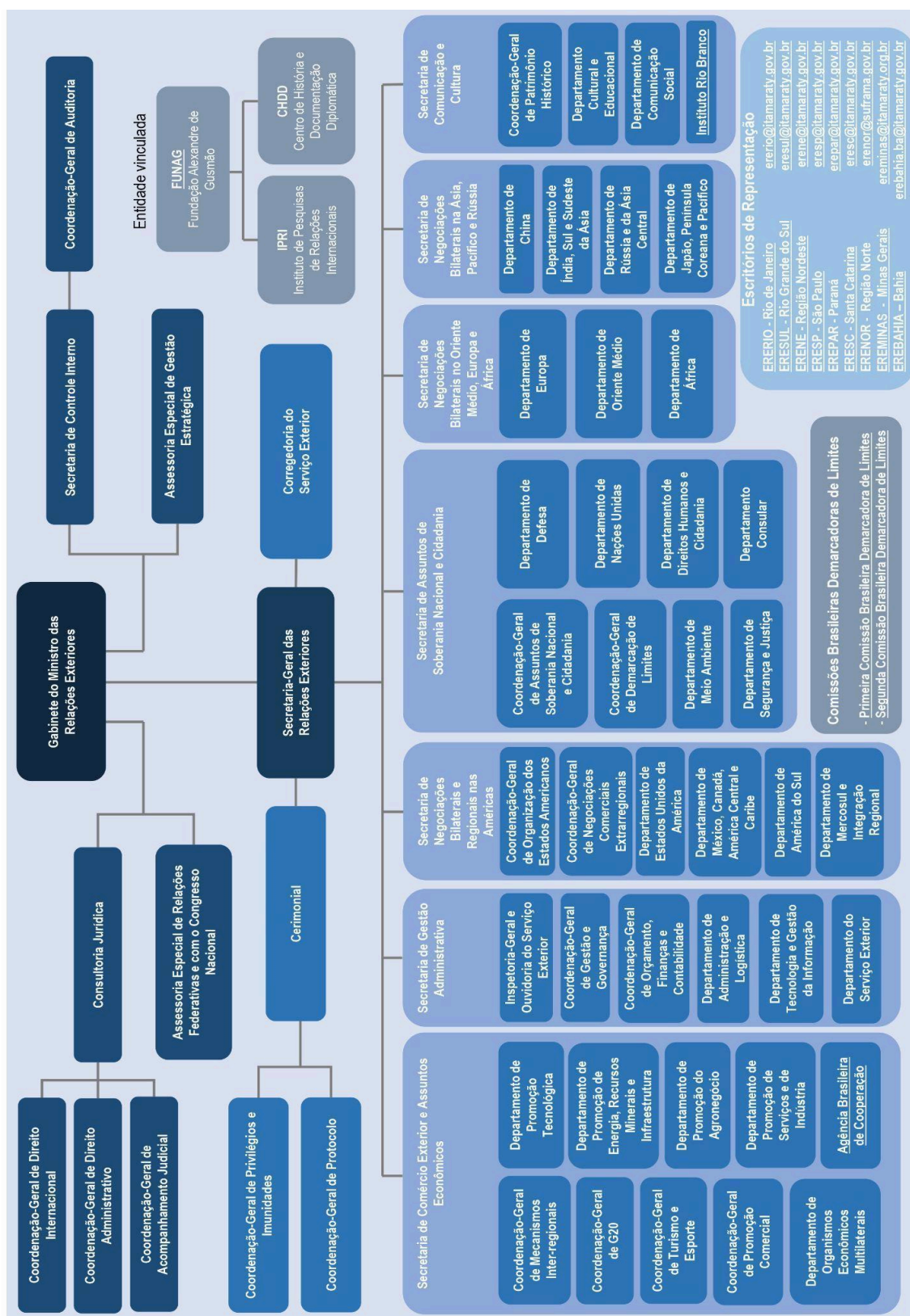


²¹ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160304111611/http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20160203-Organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

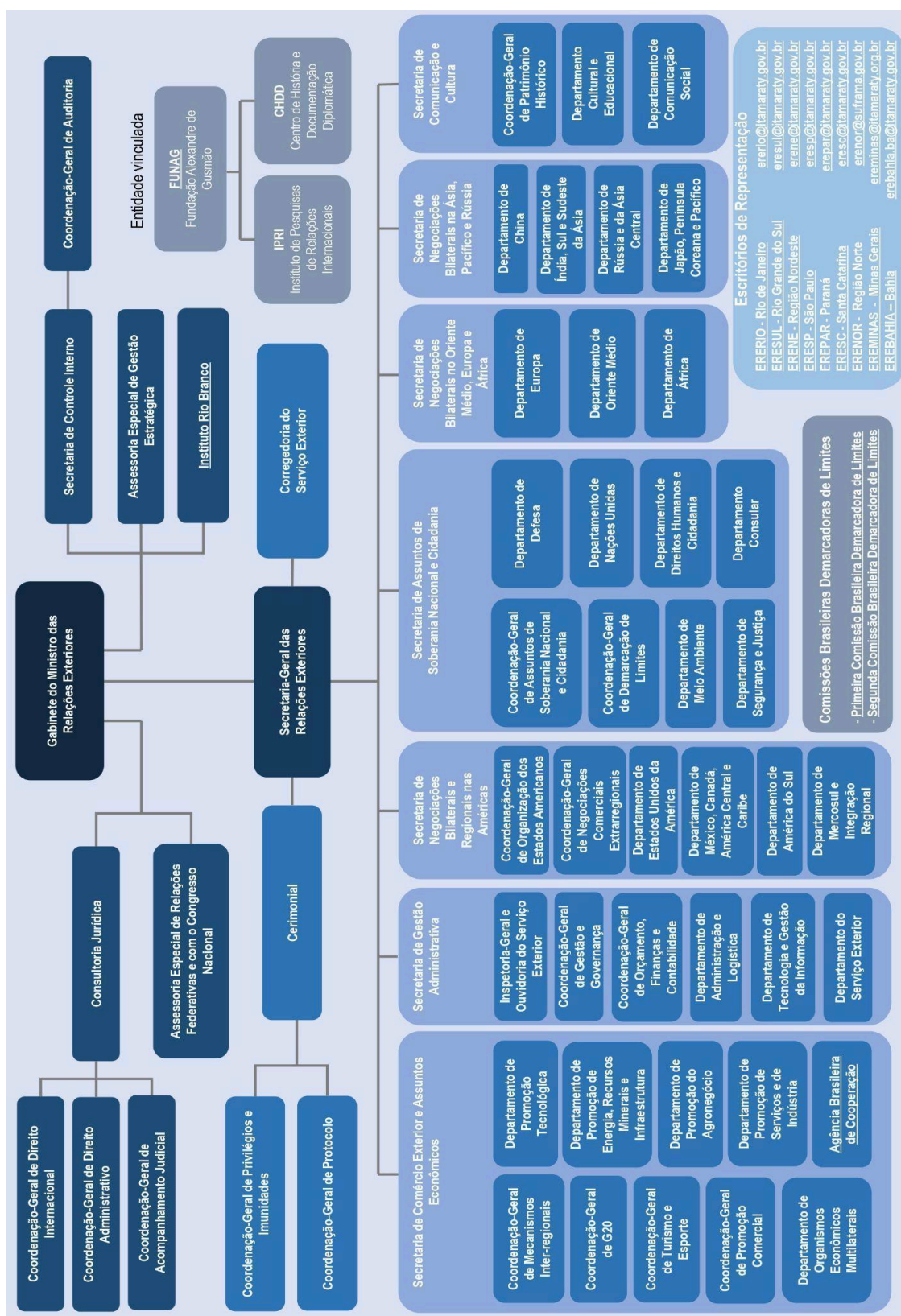


ANEXO C – ORGANOGRAMA DO ITAMARATY EM JULHO DE 2017²³

²³ Disponível em: https://web.archive.org/web/20170807233341/http://www.itamaraty.gov.br/images/organograma/20170726-Organograma-port-Itima-verso_atualizacao_26jul2017.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.

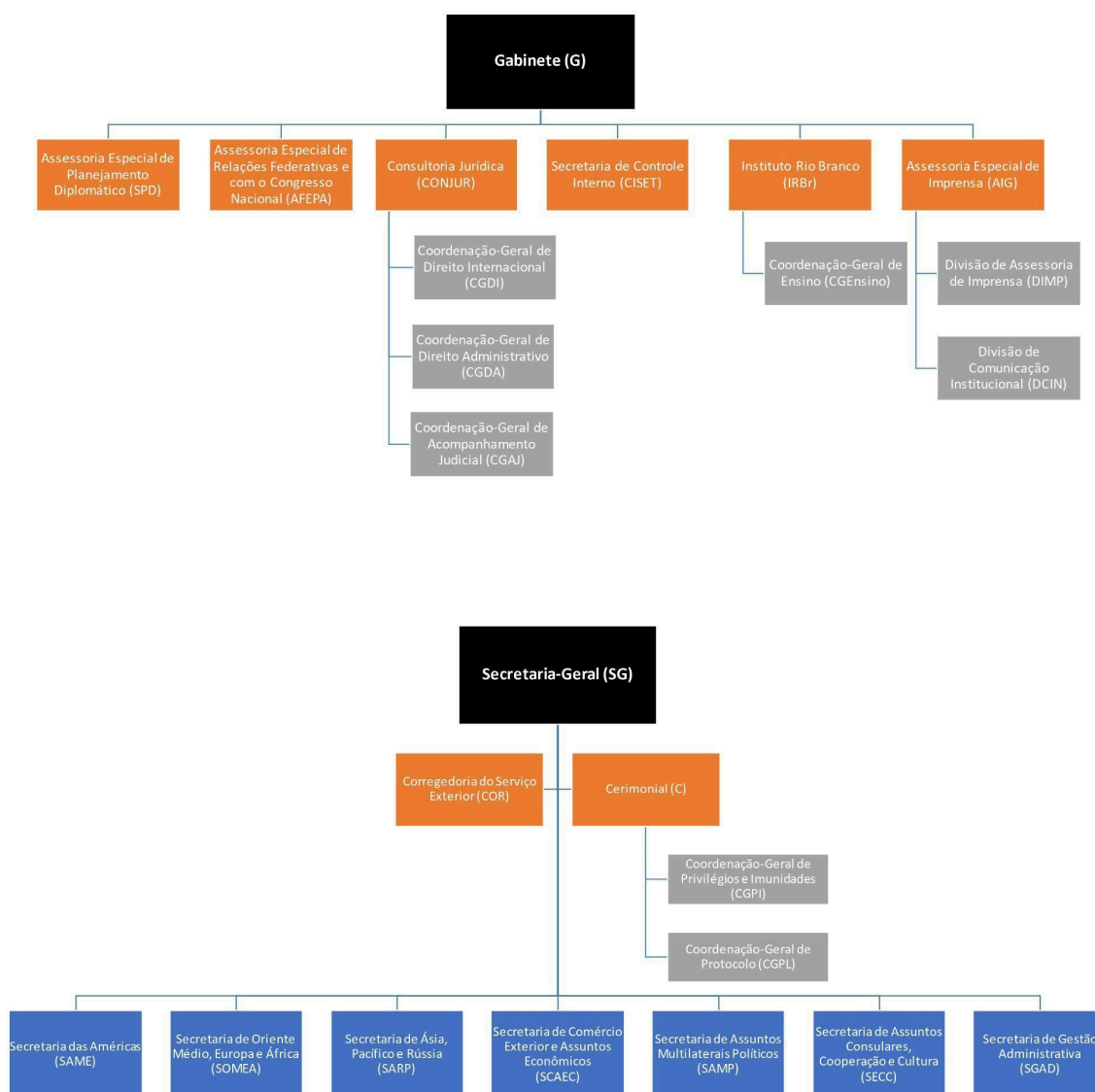
ANEXO D – ORGANOGRAMA DO ITAMARATY EM AGOSTO DE 2020²⁴

²⁴ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20210102143057/https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/20200826-organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

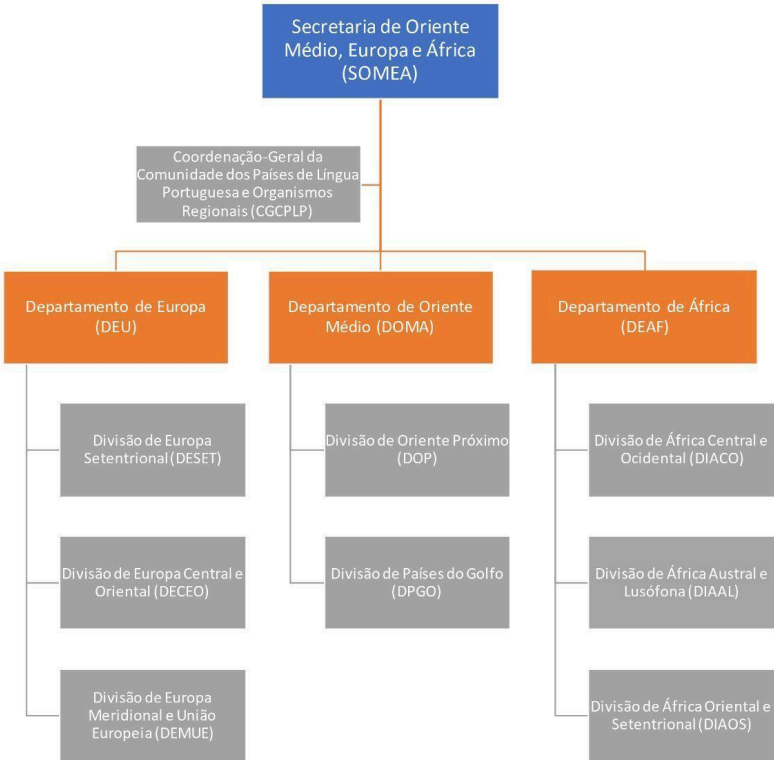
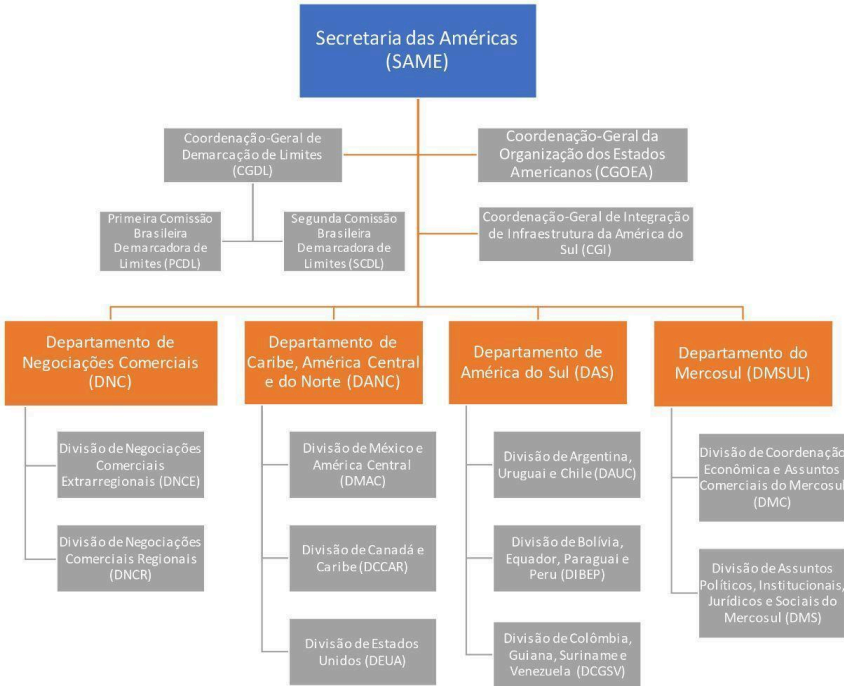
ANEXO E – ORGANOGRAMA DO ITAMARATY EM JUNHO DE 2021²⁵

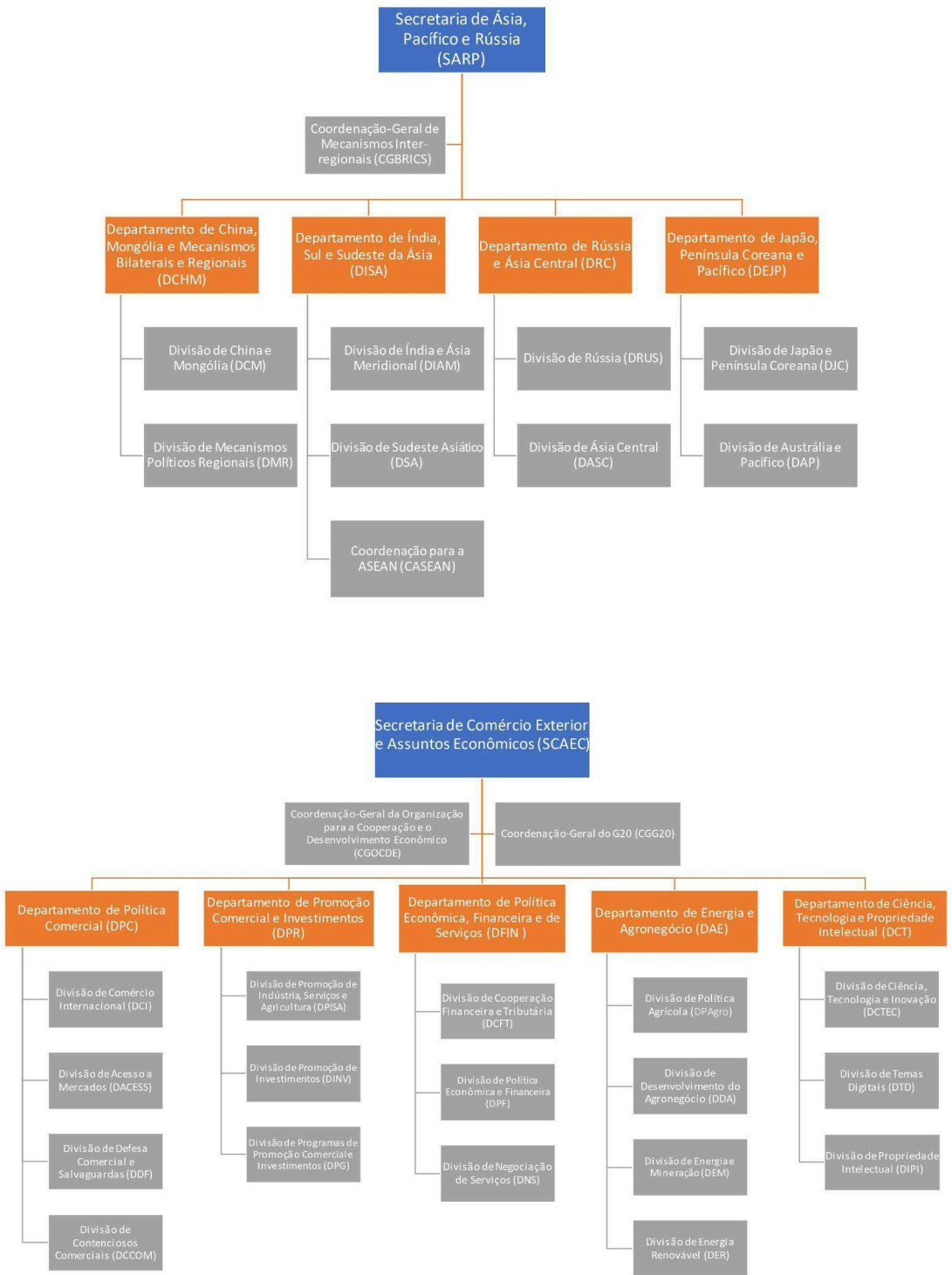
²⁵ Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220320051421/https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/20210614-organograma-port.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

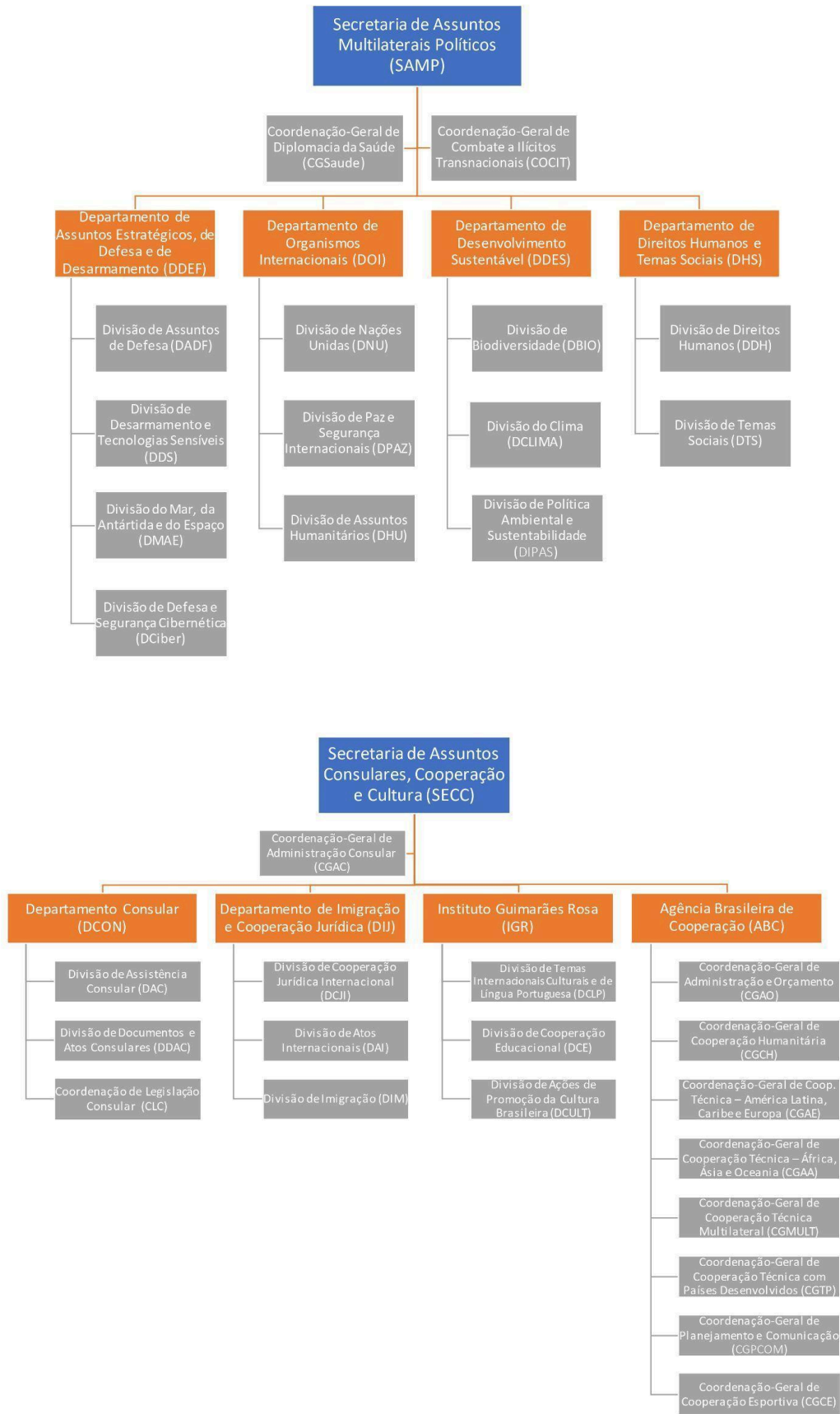
ANEXO F – ORGANOGRAMA DO ITAMARATY EM 2022²⁶

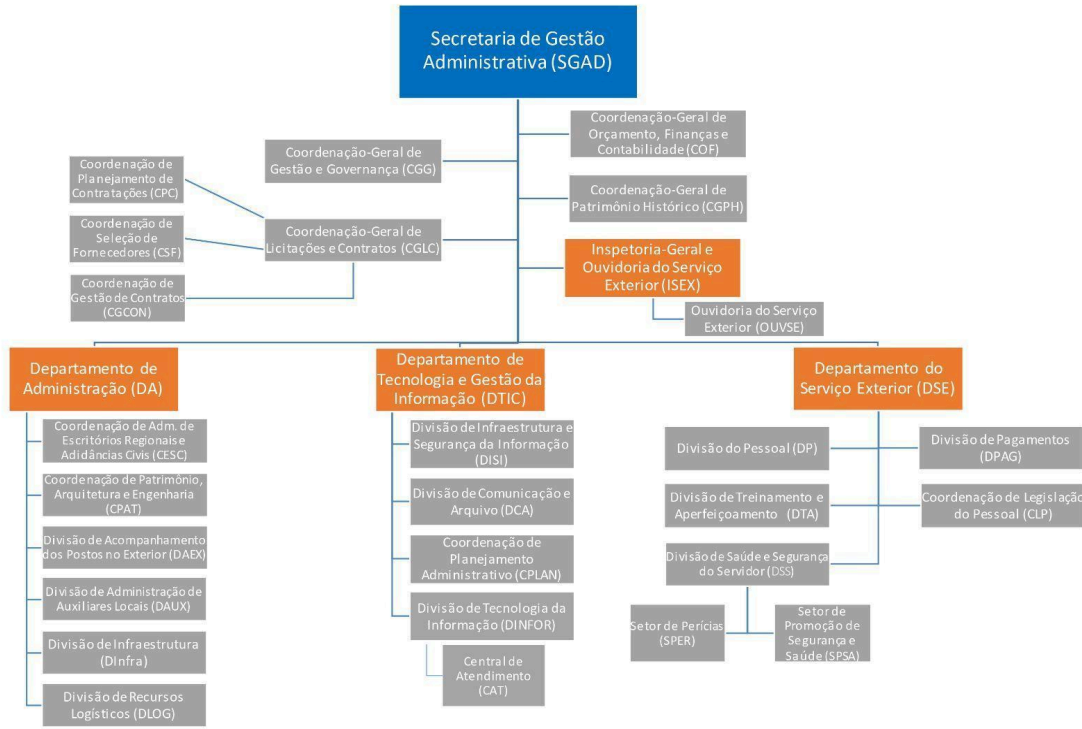


²⁶ Disponível em: https://web.archive.org/web/20220916074555/https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/organograma_mre_2022.pdf. Acesso em: 13 mar. 2026.









FUNAG

ERERIO	ERESP	EREMINAS
ERENE	ERENOR	ERESUL
EREBAHIA	EREPAR	EREMS